



CATARINA DE FARIAS LINS

A TRAJETÓRIA DA ARQUITETURA RESIDENCIAL NO RECIFE DO SÉCULO XIX AO INÍCIO DO SÉCULO XX

RECIFE | 2020

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Catarina de Farias Lins

**A TRAJETÓRIA DA ARQUITETURA RESIDENCIAL NO RECIFE DO
SÉCULO XIX AO INICIO DO SÉCULO XX**

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para graduação no curso de Arquitetura e Urbanismo, sob a orientação do Prof. Dr. Pedro Henrique Cabral Valadares.

Recife

2020

Catálogo na fonte
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

L759t Lins, Catarina de Farias.
A trajetória da arquitetura residencial no Recife do século XIX ao início do século XX / Catarina de Farias Lins. - Recife, 2020.
122 f. .: il. color.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Henrique Cabral Valadares.
Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia – Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2020.
Inclui bibliografia.

1. Arquitetura residencial. 2. Arquitetura do século XIX. 3. Arquitetura recifense. I. Valadares, Pedro Henrique Cabral. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

72 CDU (22. ed.)

FADIC (2020.2-800)

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

CATARINA DE FARIAS LINS

A TRAJETÓRIA DA ARQUITETURA RESIDENCIAL NO RECIFE DO SÉCULO XIX AO INICIO DO SÉCULO XX

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para graduação no curso de Arquitetura e Urbanismo, sob orientação do Prof. Dr. Pedro Henrique Cabral Valadares.

Aprovada em 09 de dezembro de 2020

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pedro Henrique Cabral Valadares
Orientador / Faculdade Damas (FADIC)

Prof^a. Ms. Maria Tatiana Cavalcanti Fonseca
Primeira examinadora / Faculdade Boa Viagem (UniFBV)

Prof^a Dr^a. Mércia Carréra de Medeiros
Segunda examinadora / Faculdade Damas (FADIC)

*Para Thiago.
A ti não seria preciso este dedicar,
seriam suas todas as dedicatórias,
do início, do meio, do fim.
Todas as linhas, as vírgulas,
acentos, o todo.
Pois sem ti nada teria sido possível.*

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, agradeço a toda a minha família, sobretudo aos meus pais que sempre estiveram ao meu lado em qualquer desafio. Em especial, meu marido que sempre esteve me impulsionando mesmo nos fins de semana que estive ausente. Meus filhos, que mesmo sem saberem, foram força motriz para alcançar meus objetivos.

Também gostaria de agradecer a meu orientador, Pedro Valadares, pelos ensinamentos e amizade ao longo do caminho. À professora Winnie Fellows, por sua paciência e dedicação a todo tempo.

Agradeço também, às minhas amigas e companheiras nessa jornada da Arquitetura, por nos apoiarmos mutuamente. Sou feliz com nosso encontro.

*“Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor”*

- Fernando Pessoa -

RESUMO

O presente trabalho tem por objeto de estudo a Arquitetura Residencial no Recife do século XIX ao início do século XX, visando entender e elucidar as razões e causas das transformações ocorridas na cidade que ocasionaram os tipos e estilos arquitetônicos residenciais naquele tempo, com foco na classe mais abastada, cujas as edificações eram concebidas por arquitetos, geralmente de origem acadêmica, com pretensão de investigar as influências das transformações empreendidas a partir do século XIX, perpassando o período imperial e o início do período republicano, na produção da arquitetura residencial no Recife. O trabalho se apresenta relevante por se tratar de um estudo que envolve informações históricas da arquitetura residencial recifense que atravessou gerações e deixou um legado cultural, além de contribuir para esclarecimentos acerca da formação do patrimônio construído da cidade. Pretendeu-se, assim, fazer a identificação de alguns exemplares significativos da cidade para demonstrar em que medida a arquitetura residencial no Recife do referido período seguiu os padrões estilísticos e tipo morfológicos ditos por Lemos (1989), Weimer (2005) e outros teóricos, como recorrentes no Brasil daquele período. Concluiu-se que apesar da arquitetura residencial no Recife do século XIX ao início do século XX ter seguido os mesmos padrões vigentes nas demais grandes cidades do país, a cidade possui alguns tipos incomuns.

Palavras-chave: Arquitetura residencial. Arquitetura do século XIX. Arquitetura recifense.

ABSTRACT

The present work aims at study Residential Architecture in Recife from the 19th to the beginning of the 20th century, in order to understand and elucidate the reasons and causes of the transformations that occurred in the city. Consequently, it caused the types and styles of residential architecture at that time, focusing on class more wealthy, whose buildings were designed by architects, generally of academic origin, with the intention of investigating the influences of the transformations undertaken since the 19th century, spanning the imperial period and the beginning of the republican period, in the production of residential architecture in Recife. Indeed, the work is really relevant because it is a study that involves historical information on the residential architecture of Recife that spanned generations and left a cultural legacy, in addition to contributing to clarifications about the formation of the city's built heritage. As a matter a fact, it was intended, to identify some significant specimens of the city in order to demonstrate to what extent the residential architecture in Recife of that period followed the stylistic and morphological patterns said by Lemos (1989), Weimer (2005) and other theorists, as recurring in Brazil of that period. Finally, it was concluded that although, the residential architecture in Recife from the 19th century to the beginning of the 20th century followed the same standards stablished in other large cities of the country, the city has some unusual types.

Keywords: Residential architecture. 19th century architecture. Recife architecture.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Casa-grande seiscentista (demolida) do Engenho Megaípe, Muribeca, PE.	19
Figura 2 - Casa Grande do Engenho Massagana, Cabo de Santo Agostinho, PE...	20
Figura 3 - Capela do Engenho Massangana, no Cabo de Santo Agostinho, PE.....	22
Figura 4 - Antiga senzala do Engenho Coimbras, Cabo de Santo Agostinho, PE....	23
Figura 5 - Palácio Episcopal, Rio de Janeiro, RJ, 1702.	25
Figura 6 - Casa térrea em taipa de pilão, Carapicuíba, SP, área construída pelo Padre José de Anchieta para proteção dos índios.....	26
Figura 7 - Casa de Câmara e Cadeia em Mariana, MG.....	28
Figura 8 - Igreja dos Santos Cosme e Damião, Igarassu, PE.....	29
Figura 9 - Catedral de Salvador, BA.	30
Figura 10 - Igreja de Santo Alexandre, Belém, PA.	31
Figura 11 - Catedral São Pedro dos Clérigos, Recife, PE.	32
Figura 12 - Igreja do Carmo da Antiga Sé de 1761, Rio de Janeiro, RJ.	33
Figura 13 - Casa de porta-e-janela. São Luiz, Ma.	37
Figura 14 – Planta esquemática.....	38
Figura 15 – Casa de meia-morada. São Luiz, Ma.....	39
Figura 16 – Planta esquemática.....	39
Figura 17 – Casa de morada-inteira. São Luiz, Ma.....	40
Figura 18 – Planta esquemática.....	40
Figura 19 - Casa de $\frac{3}{4}$ de morada. São Luiz, MA.	41
Figura 20 – Plantas esquemáticas.	42
Figura 21 – Casa de morada e meia. São Luiz, MA.	43
Figura 22 – Corte esquemático de um Sobrado do Brasil Colonial.	43
Figura 23 – Planta baixa de um sobrado.	44
Figura 24 - Sobrados na cidade de Ouro Preto. Fonte: Eráclito Pereira, 2011.....	45

Figura 25 - Detalhe da fachada posterior da Casa da Marquesa de Santos, Rio de Janeiro, RJ. Fonte: Rocha-Peixoto, 2000.	48
Figura 26 - Vista da fachada principal da casa de Grandjean de Montigny, Rio de Janeiro, RJ.	50
Figura 27 - Desenho esquemático do interior de uma residência urbana do século XIX.....	56
Figura 28 – Casa com porão alto e entrada lateral realizada através do alpendre antecedido pela escada.	57
Figura 29 - Residência construída segundo a tipologia do chalé em Taubaté, SP... ..	59
Figura 30 - Vista da casa da Marquesa de Itu, São Paulo (SP), final do século XIX.....	61
Figura 31 - Plantas dos pavimentos térreo e superior da casa da Marquesa de Itu, São Paulo, final do século XIX.	61
Figura 32 – Vila do Conde Egídio Pinotti Gamba, São Paulo - SP, 1924.....	62
Figura 33 – Residência Cardoso de Almeida, São Paulo - SP, 1915.	63
Figura 34 – Residência de Josefa Gavião Peixoto, São Paulo – SP, 1915.....	63
Figura 35 – Mansão da Baronesa de Arary, São Paulo – SP, 1916.....	64
Figura 36 – Palacete Guingle, Rio de Janeiro – RJ, 1917.	65
Figura 37 – Palacete na Avenida Atlântica Rio de Janeiro – RJ, 1919.....	65
Figura 38 – Palacete Edgard Duvivier, Rio de Janeiro – RJ, 1923.....	66
Figura 39 – Sobrados construídos no período holandês na antiga rua dos Judeus atual Bom Jesus, 1637.....	68
Figura 40 - Engenho, pintura óleo sobre madeira, Frans Post, 1668.	72
Figura 41 - Engenho, pintura óleo sobre madeira, Frans Post, 1668.	73
Figura 42 – Panorama do Recife em aquarela, início do século XIX.....	74
Figura 43 – Poço da Panela, 1847.....	78
Figura 44 – Residência onde morou o litógrafo Henrich Carls (mapa 1 – item 01). .	80
Figura 45 – Casario do bairro do Poço da Panela (mapa 1 – item 02).....	81
Figura 46 – Residência no Poço da Panela (mapa 1 – item 03).....	81

Figura 47 – Residência de Ariano Suassuna, rua do Chacon, Poço da Panela (mapa 1 – item 04).	82
Figura 48 – Fachada da Residência de Ariano Suassuna.	83
Figura 49 – Interior da residência de Ariano Suassuna, Poço da Panela.....	83
Figura 50 – Mapa da Passagem da Madalena, Recife, PE, século XIX.	84
Figura 51 - Madalena, bairro aristocrático de então, quando os palacetes olhavam para o rio, 1878.	85
Figura 52 - Solar Rodrigues Mendes por volta de 1880.....	85
Figura 53 – Planta-baixa esquemática pavimento térreo do Solar Rodrigues Mendes.	87
Figura 54 - Solar Rodrigues Mendes atual Academia (mapa 2 - item 05).	88
Figura 55 – Sala de Jantar com lustre Baccarat. Fotografia antes da restauração. .	90
Figura 56 – Vestíbulo do Solar Rodrigues Mendes, Recife – PE.....	90
Figura 57 – Atual Academia Pernambucana de Letras (mapa 2 - item 05).	91
Figura 58 – A residência quando era o Internato Pernambucano do professor Manoel Alves, 1877.....	92
Figura 59 – Antiga residência do comerciante inglês Henry Gibson, construída em 1847, em estilo neomanuelino. Recife – PE (mapa 2 - item 06).	93
Figura 60 – Atualmente, residência da família dos Batista da Silva, Recife, PE (mapa 2 - item 06).	94
Figura 61 - Avenida Marquês de Olinda após a Reforma do Bairro do Recife, início do século XX.	98
Figura 62 – Palacete de Augusto Frederico de Oliveira, Litografia de Henrich Carls, Ponte d’Úchoa, 1878 (mapa 2 - item 07).	99
Figura 63 – Após reformas de Augusto Frederico, 1930.	99
Figura 64 – Comparação entre as duas intervenções.	100
Figura 65 – Atual Museu do Estado de Pernambuco (mapa 2 - item 07).	100

Figura 66 - Conjuntos de edifícios na Rua da Santa Cruz, Boa Vista (mapa 03 – item 08).	102
Figura 67 - Palacete eclético localizado na Avenida Manoel Borba, nº 292, Boa Vista (mapa 03 – item 09).	102
Figura 68 - Casas ecléticas conjugadas, localizadas na Rua Capitão Lima, nº 307 e 321, Santo Amaro (mapa 03 – item 10).	103
Figura 69 - Casarões na Passagem da Madalena, 1890.....	104
Figura 70 - Solar da Madalena, século XIX (mapa 04 – item 11).	105
Figura 71 - Solar da Madalena, atual Museu da Abolição (mapa 04 – item 11).	106
Figura 72 - Palacete de Frederika von Söhsten, hoje Blue Angel recepções (mapa 04 – item 12).	107
Figura 73 - Casarão em estilo Sarraceno, hoje Colégio GGE (mapa 04 – item 13).	108
Figura 74 - Casa nº 150, Rua do Benfica, hoje sede da FACEPE (mapa 04 – item 14).	109
Figura 75 - Casarão Costa Azevedo, Av. Rosa e Silva, nº 707, Graças. Construído em 1934 (mapa 05 – item 15).	111
Figura 76 - Palacete J.J. de Melo, hoje sede do INCRA Pernambuco (mapa 05 – item 16).	112

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Exemplares Arquitetônicos, Poço da Panela.	80
Mapa 2 - Exemplares Arquitetônicos, Graças.	86
Mapa 3 - Exemplares Arquitetônicos, Boa Vista e Santo Amaro.	101
Mapa 4 - Exemplares Arquitetônicos, Benfica.	104
Mapa 5 - Exemplares Arquitetônicos, Aflitos.....	110

SUMÁRIO

<u>1.</u>	<u>INTRODUÇÃO</u>	<u>12</u>
<u>2.</u>	<u>CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO DA ARQUITETURA NO BRASIL</u>	<u>17</u>
<u>3.</u>	<u>A ARQUITETURA RESIDENCIAL NO BRASIL</u>	<u>35</u>
3.1	Período Imperial	46
3.2	Primeiras décadas do Período Republicano	53
<u>4.</u>	<u>A ARQUITETURA RESIDENCIAL NO RECIFE</u>	<u>67</u>
4.1	Período Imperial	73
4.2	Primeiras décadas do Período Republicano	95
<u>5.</u>	<u>CONCLUSÕES</u>	<u>113</u>
	REFERÊNCIAS	119
	APÊNDICE A - Mapa geral de exemplares arquitetônicos selecionados do séc. XIX e início do séc. XX no Recife.	122

1. INTRODUÇÃO

O século XIX e início do século XX é um período com grandes mudanças no cenário europeu e também no Brasil. É marcado como um intenso período de desenvolvimento político, social, econômico e cultural, portanto, reflete na Arquitetura, ora vista, segundo Lemos (1989), a moradia de uma sociedade corresponde a um importante elemento de sua cultura e é reflexo das transformações que essa sociedade vive. Este espaço dialoga tanto com os condicionantes naturais como clima e disponibilidade de materiais, quanto com aspectos relacionados aos costumes e modo de vida das pessoas, mas especificamente da classe econômica dominante de uma sociedade.

Na Arquitetura Residencial do Recife não seria diferente, as casas de determinado grupo social representam um objeto de grande relevância, pois nos permitem observar a influência de fatores diversos na formação da moradia dos indivíduos, sejam estes fatores relacionados a mudanças ou a conservação de tradições, assim observa Menezes (2019). O objeto de pesquisa se perfaz do caráter exemplificativo dessas transformações da Arquitetura Residencial no Recife e de que forma essas mudanças ocorreram ao longo do século XIX ao começo do século XX.

Diante disso, esse trabalho vem mostrar a organização dessas edificações e os modelos adotados que renovaram o modo de viver da sociedade dominante, afastando-se daquele modo colonial, que geriu os referidos modelos de moradias, tradicionalmente empregados desde o século XVI na cidade e, de maneira mais ampla, no Brasil. Exemplifica ainda, utilizando conceitos de Lemos (1989) que, em geral, nas cidades, habitava-se um só andar, isto é: cada família ocupa um só pavimento. Enquanto que nos campos, onde uma família vivia numa casa de mais de um andar, era melhor que a distribuição lhe desse luz por dois lados, sendo construída entre um pátio e um jardim, era muito comum ter um vestíbulo para onde desse a porta de entrada da casa.

Tais transformações são exemplos do tema que o trabalho abordará, confrontando os padrões arquitetônicos do Brasil com exemplares residenciais do Recife. Sabendo-se que a casa brasileira começou a apresentar mudanças importantes a

partir do século XIX, momento em que a Corte Portuguesa chegou ao Brasil, trazendo consigo uma nova situação política e econômica, junto com novos costumes que exerceram grande influência no cenário brasileiro.

Diante dessas questões iniciais, faz-se necessário estudar e analisar a produção arquitetônica residencial no Brasil do início do século XIX até o início do século XX, com o intuito de trazer à luz um conhecimento que permite uma boa compreensão das particularidades, pouco abordadas na literatura, referentes especificamente ao Recife. O período adotado refere-se à época em que a figura do arquiteto se torna cada vez mais presente na sociedade, enquanto autor de projetos arquitetônicos de diversas residências para a nobreza e demais integrantes das classes mais abastadas, tendo como receituário projetual os princípios estéticos de origem erudita.

Essa pesquisa tem importância por se tratar de um estudo envolvendo informações históricas da arquitetura residencial recifense que atravessou gerações e deixou um legado cultural. Como já fora mencionado, as residências recifenses passaram por algumas transformações ao longo dos séculos e há vários acontecimentos de ordem política, econômica, social, cultural e outros elementos que influenciaram a formação de diversos aspectos da cidade e das produções artísticas e arquitetônicas. Essas transformações aconteciam quando a arquitetura brasileira estava sendo fortemente influenciada por referências europeias.

O aprofundamento no assunto se deu através de autores e estudiosos da área que embasaram o conhecimento sobre o tema, como os estudos de Lemos (1989) que tratam da relação entre antropologia e arquitetura na história da arquitetura da casa brasileira, desde o descobrimento até a era moderna, analisando as funções de habitação que permitem a compreensão dos aspectos sociais, culturais e econômicos da sociedade brasileira ao longo do tempo, a julgar pelo fato de o ato de morar ser uma manifestação de caráter cultural. As técnicas construtivas e os materiais variam com o progresso e o habitar de um espaço, além de manter vínculos com a modernidade, relacionando-se com os usos e costumes tradicionais da sociedade.

Já quando o autor citado trata do Recife, podemos analisar não só os reflexos das Companhias Gerais do Comércio, que tinham o objetivo de aumentar os lucros

comerciais com a exploração das colônias pelos europeus, mas também da produção açucareira, que provocaram um singular adensamento populacional que justificou o aparecimento dos característicos “sobrados magros” - altas e estreitas construções que continuaram a ser construídas pelo século XIX afora, dando à cidade uma fisionomia peculiar.

Dentro ainda desse contexto, outro autor que aborda o assunto da Arquitetura Residencial é Weimer (2005) que trata da arquitetura popular e considera que poucas nações tiveram uma formação cultural tão diversa como o Brasil, o que significa uma ampla variedade de heranças construtivas. Mais do que isso, as dimensões continentais do país, com a grande diversidade de climas e ecossistemas, propiciaram múltiplas adaptações dos modelos trazidos pelos mais diversos países europeus.

Entre essas adaptações não podem ser esquecidas as que nos foram legadas pelo colonizador. O autor explica que ao contrário da arquitetura popular, adaptável, auto explicável no uso dos materiais e das técnicas, a arquitetura erudita é mais controlada e até dominada pelas conquistas tecnológicas mais recentes. Nesse sentido, a arquitetura erudita adota preferencialmente os materiais sofisticados e se sujeita aos modos de vida das culturas das quais é adepta. E ainda se refere a Vauthier, engenheiro francês que esteve no Recife no século XIX, quando diz que as tipologias das casas brasileiras são sempre muito parecidas e que quem viu uma casa brasileira, viu quase todas, referindo-se, principalmente, às residências de classes menos abastadas.

Uma visão mais local da nossa história é a de Menezes (2019), que nos informa e emociona sobre os palacetes e solares dos arredores do Recife, buscando identificar os modelos adotados naquelas moradias, à luz do modo de projetar a arquitetura no século XIX. O autor estuda três locais onde existiram, em maior número, edificações desse período, destacando particularmente duas delas: o palacete de Augusto Frederico de Oliveira e o solar do Barão Rodrigues Mendes. A abordagem tem caráter saudosista de uma época onde a arquitetura refletia o momento da aristocracia recifense, resplandecia uma economia em ascensão e uma sociedade construída com memórias da Europa, essencialmente, da vida parisiense, cuja a Belle Époque foi seu ponto alto.

A questão norteadora da pesquisa foi em que medida a arquitetura residencial no Recife do século XIX ao início do século XX, seguiu os padrões estilísticos e tipo morfológicos ditos por Lemos (1989), Weimer (2005) e outros teóricos, como recorrentes no Brasil daquele período. Tendo em vista elucidar tal questão, este trabalho possuiu como objeto de estudo as Transformações da Arquitetura Residencial no Recife do século XIX ao início do século XX. Partindo da hipótese de que apesar da arquitetura residencial no Recife mencionado período ter seguido os mesmos padrões vigentes nas demais grandes cidades do país, criou também soluções próprias.

O objetivo geral do presente trabalho foi avaliar as transformações da arquitetura residencial no Recife, da classe mais abastada, com pretensão de investigar as influências das transformações empreendidas a partir do século XIX, perpassando o período imperial e o início do período republicano, na produção da arquitetura residencial no Recife. Assim como os objetivos mais específicos foram analisar a funcionalidade, estilos e tipos arquitetônicos, dos exemplares escolhidos, relacionando estas características com o período em que elas foram construídas e também com o contexto sociocultural da época de construção e dos seus proprietários; identificar aspectos que acabaram se instituindo como tradições, relacionadas às habitações e ao modo de viver da elite daquelas épocas; elucidar o papel dos exemplares residenciais estudados no processo de desenvolvimento urbano e sociocultural do Recife, analisando mapas antigos e informações sobre a cidade, comparando os períodos de construções dessas residências. Por fim, comparar os exemplares residenciais escolhidos com padrões estilísticos e tipo morfológicos ditos por Lemos (1989), Weimer (2005) e outros teóricos como recorrentes no Brasil daquele período.

Para desenvolver a pesquisa foi utilizado o método de abordagem hipotético-dedutivo, cujas conclusões se basearam nos conhecimentos de autores e estudos já existentes acerca da arquitetura residencial no Brasil e no Recife, no século XIX ao início do século XX, para obtenção de informações por meio de pesquisas e análises de exemplares residenciais selecionados.

O método de procedimento foi o histórico para investigar como os fatos ocorridos ao longo do recorte temporal mencionado refletiram na arquitetura residencial do

Recife. E ainda, o método comparativo, pois trouxe à luz alguns exemplares residenciais da arquitetura recifense que passaram por transformações.

Este trabalho está dividido em cinco capítulos seguindo uma ordem cronológica dos fatos históricos. No primeiro, consta a Introdução; o segundo, explana o contexto do desenvolvimento da arquitetura no Brasil onde uma nova tipologia de habitação, que não era exatamente igual à produzida em Portugal, nem repetia a formação das moradias indígenas, foi estabelecida com a colonização no século XVI, introduzindo o leitor para o objeto do trabalho; o terceiro capítulo, teve como enfoque a arquitetura residencial no Brasil e como se desenvolveu as transformações nas edificações no período do século XIX e primeiras décadas do século seguinte; o quarto, possui um foco na questão da arquitetura residencial no Recife e as modificações arquitetônicas e urbanísticas ocorridas na cidade ao longo do século XIX e início do século XX ressaltando exemplares arquitetônicos deste período.

Por fim, chegamos ao capítulo cinco, a conclusão, que considera toda a pesquisa realizada ao longo desse trabalho trazendo algumas reflexões sobre as conquistas e transformações na arquitetura residencial daquele período, sobretudo no que toca aos estilos arquitetônicos empregados no Recife.

*“Para ser grande, sê inteiro: nada
Teu exagera ou exclui.
Sê todo em cada coisa.
Põe quanto és
No mínimo que fazes.
Assim em cada lago a lua toda
Brilha, porque alta vive”
- Fernando Pessoa -*

2. CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO DA ARQUITETURA NO BRASIL

Cada sociedade adota soluções para construir e organizar sua estrutura, envolvem ainda muitas variáveis que se relacionam a diferentes âmbitos da vida do seu povo. Uma dessas variáveis é a atividade econômica desempenhada, que pode influenciar a conformação da arquitetura, criando demandas por determinados tipos de espaço.

Com a colonização europeia, estabeleceu-se aqui no Brasil, inicialmente, uma nova tipologia de habitação, que não era exatamente igual à produzida em Portugal, nem repetia a formação das moradias indígenas. Estas casas primitivas caracterizavam-se pela combinação de costumes e programas de necessidades portugueses com os conhecimentos dos nativos sobre os condicionantes do território, como o clima, disponibilidade de materiais, além das técnicas construtivas. Segundo Weimer (2012), esta conformação seguia as exigências dos costumes portugueses, ao contrário do partido da moradia dos índios, em que não havia uma separação física nítida de ambientes no interior da habitação. Uma mistura de costumes que muitas vezes resultava em características peculiares e que apresentam problemas de difícil compreensão como no caso das alcovas.

As soluções para dormitórios na forma de cubículos fechados com precária ventilação e iluminação, são adaptadas ao clima desértico de violentas variações de temperatura ao longo do dia e de baixíssimos índices de umidade. Que essa forma tenha se perpetuado no Portugal Meridional é compreensível pelo fato de que as condições climáticas ali não são muito diversas. Porém, a manutenção dessa solução com reduzidas adequações – dentre as quais a modificação da ventilação cruzada por sobre paredes de meia altura – não parece ser suficientemente satisfatória para as condições de higiene exigidas num clima quente e úmido como o litoral brasileiro e, principalmente, por um período tão longo que vem desde o estabelecimento do colonizador em nossas terras até o fim do período imperial (WEIMER, 2012, p. XLIII).

A família, contingente básico da célula de morar, aqui no Brasil, é resultado da miscigenação de índios, brancos e africanos. Dessa forma, a evolução da arquitetura no Brasil está intimamente ligada às transformações da família brasileira

ao longo do tempo e essa mistura de culturas. No que tange à estrutura familiar do período colonial, caracterizada pelo patriarcalismo latifundiário, havia um modelo que surgiu no ambiente rural, suporte econômico da colônia, onde o homem era o chefe familiar a quem todos deviam obediência. Ele era o senhor da sua propriedade e deveria resguardar a sua família, sobretudo as mulheres, do contato com outras pessoas. Como dito por Veríssimo e Bittar (1999, p.22), “aqui, mais do que apenas a tradição lusitana, impõe-se uma clausura feminina quase muçulmana, restringindo inclusive a área de circulação das mulheres a espaços internos”.

Era recorrente este modelo de moradia no período colonial, apresentando algumas diferenças regionais, sobretudo no que se refere às técnicas construtivas, à disponibilidade de materiais e ao atendimento às diferenças de clima. Contudo, mesmo diante das especificidades que cada região apresentava, observa-se que a arquitetura brasileira colonial seguia uma estrutura de organização dos espaços baseada nestas premissas e demandas no início da colonização do Brasil.

No que se refere às ações direcionadas à colonização, tendo início as atividades relacionadas com a produção e exportação da cana-de-açúcar, pilar da economia colonial, instituiu-se uma estrutura fundamentada em grandes propriedades rurais. Estas, conhecidas como engenhos, concentravam as áreas de plantio; a fábrica (ou o engenho propriamente dito); a casa do proprietário e de sua família, nominada de casa-grande; as moradias dos trabalhadores; a senzala, que era a moradia dos escravos; além da capela, destinada à prática religiosa dos moradores deste complexo. Nesse sentido, Lemos (1996) preconiza que as moradias dos engenhos de açúcar Pernambucanos (**Figura 1**), retratados nas pinturas de Franz Post, têm uma grande semelhança com a arquitetura portuguesa rural, no entanto, não apresentam ligação entre si quanto à intenção plástica ou quanto ao partido.

Todas possuem, é verdade, uma varanda ou alpendre, mas isso não é suficiente para caracterizar uma tipologia do engenho pernambucano. O que pode ser observado naquelas pinturas e gravuras é a dispersão das atividades em construção espalhadas pelo terreno. Essa difusão certamente da tradição nortista de Portugal aqui se somou aos costumes da organização espacial dos conjuntos habitacionais indígenas, porque o clima quente e seco a isso predispunha (LEMOS, 1996, p. 25).

Era nesses engenhos que a maioria das atividades cotidianas daquela época ocorriam indo além dos aspectos econômicos. Nesse contexto, o engenho se tornou

um sistema complexo que reunia e organizava também a estrutura social da colônia. Os engenhos abrigavam tanto os senhores, donos das terras, quanto os seus trabalhadores escravos, concentrando a base das relações econômicas e também das relações sociais. Dessa forma, Lemos (1996) explica que as habitações dos senhores e dos escravos se distinguíam socialmente pelos diferentes tratamentos dados à elas.

Figura 1 - Casa-grande seiscentista (demolida) do Engenho Megaípe, Muribeca, PE.



Fonte: Davidson, 2019.

Assim, dentro desse complexo, a casa-grande tinha um papel de destaque por ser a moradia do proprietário, apresentando-se, frequentemente, em porte médio e com cobertura em quatro ou duas águas, organizada em um ou em dois pavimentos, e a escolha dos materiais e das técnicas construtivas a serem empregados dependiam da disponibilidade dos mesmos na região. Outrossim, existiram exemplares construídos com alvenaria de pedra, de tijolos de adobe, além da taipa de pau-a-pique. A madeira era também muito utilizada, sobretudo nas estruturas de telhados, os quais eram cobertos por telhas cerâmicas, ou por palha nos modelos mais simples, mas, geralmente, a casa recebia um tratamento especial, com sendo empregados materiais mais duráveis e de melhor qualidade.

[...] a presença dos engenhos de açúcar, principal local da atividade açucareira, marcou fortemente a Região Nordeste do Brasil, organizando em torno de si a paisagem natural e servindo de suporte físico-espacial à estrutura da sociedade que dele igualmente dependia. Primeiro grande complexo arquitetônico diretamente associado a uma atividade produtiva, mas que a ela não se restringe. Com a casa-grande, a capela, a fábrica e a

senzala, materializam e retratam, pela sua arquitetura, uma verdadeira síntese da sociedade brasileira de então, mas que pode ser considerada, ainda hoje, como o insuperável arquétipo das contradições sociais do Brasil (BICCA e BICCA, 2006, p.13)

A casa-grande organizava-se seguindo a estrutura da divisão nos três setores, a sala de visitas possuía acesso pela entrada principal, a qual constituía o mais importante elemento da zona de receber visitas. Esse espaço, geralmente, era antecedido por uma varanda (**Figura 2**), que se destinava aos encontros do senhor com as pessoas de fora da família, era o único ambiente da residência que admitia um contato com o universo externo. Portanto, esse cômodo era inapropriado às mulheres da família quando havia visitantes no recinto.

De mesmo modo que as pessoas estranhas só podiam adentrar na varanda, sendo-lhes completamente impróprio o ingresso nas demais áreas da casa sem serem convidadas. A zona de receber contava, ainda, com um ou mais quartos destinados aos visitantes, necessidade evidente, por se tratar de zona rural afastada de outros latifúndios e também das pequenas cidades que se formavam inevitavelmente para se negociar a produção, principalmente na faixa litorânea, junto aos principais portos exportadores, conforme expõe Veríssimo e Bittar (1999). Ou seja, tal fato se verificava também em função das dificuldades e da precariedade dos caminhos e dos meios de transporte da época. Dessa forma, a hospitalidade adquiriu uma grande importância, tornando-se uma questão de sobrevivência.

Figura 2 - Casa Grande do Engenho Massagana, Cabo de Santo Agostinho, PE.



Fonte: Andrade, 2009.

Além dessa função, de transição entre o exterior e o interior da residência, as varandas eram também importantes como recurso para amenizar os rigores do clima tropical, muito quente na maior parte do ano. Segundo Lemos (1996), sua implantação, anexa às paredes da casa, permitia que se criasse ali uma área de sombra e de proteção das paredes dos espaços internos, evitando o calor excessivo. Esta solução se mostrava tão adequada ao clima que poderia ser encontrada em várias regiões do território e na maioria das residências construídas nestes locais, fossem seus proprietários pessoas ricas ou pobres. O autor faz uma distinção bastante oportuna quanto ao conceito de varanda naquela época quando explica que “alpendre é o nome de uma construção anexa à casa; varanda é um refrescante local de lazer, de estar, na casa tropical. Um alpendre pode vir a ser uma varanda, mas nem toda varanda é alpendrada” (LEMOS, 1996, p. 30).

Em se tratando da zona íntima, Gomes (2006) explica que esta congregava a sala de viver e se encontrava, frequentemente, como o centro desta zona, a partir da qual se tinha acesso aos dormitórios e às dependências de serviço. Em alguns exemplares deste tipo de residência havia um corredor organizando a circulação nessa área, não sendo, portanto, obrigatória a passagem pela sala de viver para se chegar a algum outro cômodo. Ao que se refere a zona de serviço esta era localizada sempre nos fundos da edificação ou eram implantadas em cômodos anexos construídos junto à parte posterior da moradia. Nesses casos, o acesso a estas dependências também era feito através da sala de viver. Este autor elucida ainda, que no interior dessa casa-grande do engenho colonial predominava a simplicidade e a escassez de utensílios domésticos e de mobiliário. Os pisos eram de terra batida ou lajotas de barro nos pavimentos térreos, utilizando-se os assoalhos de madeira nos casos em que havia andares superiores. Quando existiam forros, eram executados com tábuas de madeira.

Segundo Weimer (2012), as paredes externas dessas construções eram rebocadas e caiadas e o uso de pedras lavradas e de melhor qualidade era reservado para algumas partes específicas como os cunhais. O emprego de tais acabamentos nas residências não era frequente, mas apenas nos casos de propriedades de personalidades importantes e de senhores muito ricos.

No terreno do engenho ainda havia espaço para a capela, elemento relevante dentro do contexto das propriedades rurais de todo o período colonial, pois a religião tinha grande importância para as pessoas daquela época, observa Gomes (2006) (**Figura 3**).

Figura 3 - Capela do Engenho Massangana, no Cabo de Santo Agostinho, PE.



Fonte: Fundação Joaquim Nabuco, 2009.

Outrossim, as distâncias existentes entre as propriedades rurais e os núcleos urbanos reforçavam a demanda por uma capela particular, a qual era frequentada pela família do proprietário, pelos escravos e pelos visitantes e convidados. As plantas das capelas dos engenhos eram simples, apresentando uma nave, a capela-mor, uma sacristia e o coro em um pavimento superior. Nos interiores havia altares, púlpitos, imagens de madeira entalhada, além de forros e tribunas.

Tais cuidados não devem ser encarados como ostentação dos senhores, mas sim considerados dentro do contexto da época em que a religião tinha uma grande importância na vida das pessoas, inclusive no que diz respeito à vida social. Naquele tempo, as poucas possibilidades de socialização constituíam-se nas celebrações e eventos religiosos, fato que também contribuía para um maior cuidado em relação a esses espaços (GOMES, 2006, p. 103)

Segundo ainda este autor, a capela e a casa-grande eram os únicos edifícios dos engenhos que apresentavam alguma intenção plástica. Esta diferença em relação às

demais obras que compunham o complexo se verificava em função das características que marcavam a sociedade do período colonial. No que tange à fábrica, era edificada tendo como premissa atender apenas aos aspectos relacionados à sua funcionalidade. Concomitantemente, a senzala, onde os escravos ficavam, não recebia melhores tratamentos por parte dos senhores, considerando a condição social inferior à qual os escravos eram submetidos. **(Figura 4)** “As senzalas eram constituídas de vários cubículos construídos, formando um único edifício. Além disto, eram erigidas com materiais simples, como a taipa de pau-a-pique e a palha ou telhas de barro para a cobertura” (GOMES, 2006, p.103).

Figura 4 - Antiga senzala do Engenho Coimbras, Cabo de Santo Agostinho, PE.



Fonte: Gomes, 2006, p.102.

Um fato que contribuiu para que as dependências de serviço se apresentassem de forma mais simples do que os demais cômodos da casa, foi o desenvolvimento das tarefas domésticas feitas pelos os escravos, uma vez que não havia por parte dos

senhores um interesse em melhorar estes espaços nem em criar condições para que esse serviço fosse desenvolvido com menos esforço.

Nas casas urbanas, inicialmente simples residências térreas, chamadas de casas de porta e janela por este padrão em suas fachadas, que, segundo Veríssimo e Bittar (1999), gradativamente vai ampliando suas fachadas e abrindo portas para o comércio e depois surgem os modelos assobradados que eram comuns em Portugal. “Este modelo torna-se tão adequado às condições socioculturais que permanecem inalterados por cerca de três séculos” (VERÍSSIMO E BITTAR, 1999, p. 22). Essas residências apresentavam-se organizadas seguindo a tradicional divisão nos três setores, mas contavam com algumas especificidades características do meio urbano.

Apesar dos sobrados e as casas térreas serem os edifícios mais recorrentes na maioria dos núcleos urbanos coloniais, não eram as únicas tipologias residenciais urbanas existentes nesse período. Em outras cidades e em núcleos urbanos maiores havia outras tipologias de moradia como os solares e os palácios (**Figura 5**). Em Salvador, na Bahia, por exemplo, destacavam-se os solares imponentes, principalmente porque esta cidade era a capital da colônia. Segundo Gomes (2006) essas edificações localizavam-se, frequentemente, soltas no lote e caracterizavam-se pelas suas maiores dimensões. Esse tipo de implantação diferenciava-se da observada nos sobrados urbanos comuns por apresentarem as quatro fachadas livres. As plantas desses solares tendiam para o quadrado, situação com maiores possibilidades de resultar em uma conformação de áreas internas sem luz natural. Assim sendo, algumas edificações resolveram esse problema criando pátios internos que permitiam uma melhor iluminação e ventilação dos cômodos.

Figura 5 - Palácio Episcopal, Rio de Janeiro, RJ, 1702.



Fonte: Liberal, 2006.

Na região de São Paulo, a disponibilidade de materiais foi determinante para a predominância da técnica da taipa de pilão nas construções (**Figura 6**). Nesta parte do território da colônia, sobretudo nas áreas mais afastadas do litoral, não havia matéria prima disponível para a fabricação de cal, o que inviabilizou a utilização de alvenaria. Lemos (1996) discorre que a utilização da madeira ficava restrita aos locais em que esta era indispensável, como as estruturas dos telhados e as esquadrias.

A arquitetura paulista é caracterizada pela da taipa de pilão, técnica baseada na terra pisada entre taipas que, pela sua natureza, determina muros contínuos extremamente sensíveis à umidade, de insignificante resistência à tração e de difícil revestimento à vista de sua superfície frágil ao risco. Técnica milenar cultivada pelos árabes no Algarve, embora tenha sido introduzida pelos romanos, é própria dos lugares pobres, pobres não só economicamente, mas também carentes de materiais de construção como cal, a pedra, o tijolo e carente de técnicas apropriadas à madeira vista como elemento estrutural (LEMOS, 1996, p.41).

Figura 6 - Casa térrea em taipa de pilão, Carapicuíba, SP, área construída pelo Padre José de Anchieta para proteção dos índios.



Fonte: Novakoski, 2013.

No final do século XVII, algumas expedições chegaram à região de Minas Gerais e descobriram ouro nos arredores da área hoje conhecida como Ouro Preto. Essa descoberta despertou o interesse de muitas pessoas, o que provocou um significativo fluxo migratório para tal região, atraindo não apenas os paulistas, mas também nordestinos e portugueses que procuraram meios para se instalar rapidamente e para dar início às atividades de mineração. Tal atividade econômica fez com que a ocupação das terras mineiras se caracterizasse pela formação de núcleos urbanos e não por propriedades rurais, como era recorrente na colônia até então. Diante disso, observa-se que sua arquitetura apresentava, sobretudo, edificações urbanas, com algumas especificidades em função do contexto. “A arquitetura mineira sempre teve essa característica: respeitar o perfil natural do terreno, ao contrário do paulista taieiro que sempre artificializava o sítio de implantação de suas casas fazendo terraplenos” (LEMOS, 1996, p.43).

Outra tipologia recorrente em todo país foram as casas de Câmara e Cadeia, com grande incidência em Minas Gerais devido às características peculiares da

exploração do ouro aluvial, minerado nos rios e riachos, que favoreceu o assentamento das populações mineradoras em núcleos urbanos. Devido às condições excepcionais de trabalho proporcionadas pela riqueza econômica e desenvolvimento urbano das vilas recém-criadas, a região começou a crescer já na segunda década do século XVIII. Nesse contexto, a elevação de um povoado à vila significava ascensão institucional, autonomia política e administrativa reconhecida pelo Estado. De acordo com Bueno (2009) esse fato implicava na concomitante edificação de uma Casa de Câmara e cadeia e de um pelourinho fronteiro à ela. Esse tipo de edificação se tornou o símbolo do poder político nas antigas vilas coloniais e mantiveram no Brasil a associação, tipicamente lusitana, das atividades administrativas da Câmara e prisão dos condenados da Justiça. Sua localização estratégica, nas principais praças e mercados evidenciou a importância nas vilas e cidades coloniais, dividindo o poder destes espaços apenas com as igrejas.

O intuito da criação da Casa da Câmara e Cadeia era satisfazer as necessidades de serviços administrativos, judiciais e penitenciários. A Câmara, geralmente duas salas, era o lugar destinado ao desenvolvimento de audiências públicas ou fechadas, deliberações judiciárias e lugar de tomadas de posses de cargos públicos. Já a Cadeia era, literalmente a área destinada às prisões e um dos pilares do sistema colonial.

Por mais precária que fosse ela era assobradada e construída com materiais em geral mais sólidos do que as casas comuns, normalmente térreas. A cobertura das casas de câmara e cadeia, quase sempre em quatro águas e com telhas, era mais um elemento de distinção em relação ao casario humilde, quase sempre de taipa e com cobertura frequentemente de palha, situação que somente começa a mudar no decorrer do século XIX. As residências possuíam duas águas apenas, com a cumeeira paralela à rua... As casas de câmara e cadeia ficavam frequentemente isoladas em relação aos edifícios vizinhos. Algumas vezes, eram edificadas no meio da praça (TEXEIRA, 2008, p.18).

As condições técnicas e os materiais disponíveis eram escassos, determinando a estrutura física das casas de câmara e cadeia, tendo elementos padronizados e simplificados. Essa tipologia arquitetônica representava o poder do Estado e geralmente eram projetadas por engenheiros militares (**Figura 7**).

Figura 7 - Casa de Câmara e Cadeia em Mariana, MG.



Fonte: Campello, 2012.

Em 1549, seguindo atribuições diretas do rei Dom João III, o governador-geral, Tomé de Sousa, chegou ao Brasil trazendo vários padres jesuítas que deveriam propagar a fé católica. Com a chegada dos Jesuítas, muitas edificações religiosas foram erguidas, assim estas igrejas ganharam destaque nas organizações urbanas. Segundo Gomes (2006) era dos senhores de engenho e dos comerciantes, que lucravam com a produção do açúcar, a iniciativa de ajudar também na construção desses templos urbanos. Dessa forma, com a participação na construção de uma igreja, almejavam angariar a simpatia do clero e, talvez, um salvo-conduto para o reino dos céus. E ainda, poderia garantir o privilégio de um sepultamento em solo sagrado, em alguns casos, mediante doação.

Os doadores de bens para a construção de igrejas faziam questão, em vida, de ver prontos os altares onde se rezariam missas em seu louvor e os jazigos onde seriam enterrados e, como era grande a sua vaidade, chegavam a exigir que as obras de cantaria fossem executadas em Portugal, o que não significava grandes aumentos de custos porque essa carga vinha como lastro imprescindível das embarcações (GOMES, 2006, p. 113).

Os senhores de engenho e os comerciantes urbanos, além de contribuir para a construção das igrejas e conventos das ordens religiosas, também construíam,

como irmãos leigos das ordens terceiras. Eram seus próprios templos, dentre os quais se encontram verdadeiras riquezas da arquitetura sacra no Brasil. Diante do caráter sagrado da grande maioria das edificações maiores construídas na colônia, a influência da estética europeia cultivada pelas diferentes ordens religiosas foi determinante para a conformação do primeiro estilo arquitetônico no Brasil, o maneirismo brasileiro. Segundo explica Bury (2006) as igrejas adotaram como modelo básico a vertente maneirista portuguesa conhecida como Arquitetura Chã, caracterizada pela adaptabilidade a múltiplos usos, funcionalidade, simplicidade de construção e custos relativamente baixos, o que facilitava a construção no Brasil, mesmo diante da escassez de matéria prima e dificuldades técnicas.

Esse estilo era definido por uma única nave retangular e com uma capela-mór ao fundo, onde ficava o altar-mor, delimitado por um grande arco de cruzeiro. As fachadas eram extremamente simples, derivadas do modelo clássico, com o corpo principal em retângulo ou quadrado, com janelas de verga reta no nível superior e um frontão triangular. A parte superior das fachadas era pouco movimentada e possuía, eventualmente, adornos nos frontões como pináculos. Havia também discretos relevos no frontispício, afirmando a sobriedade, simetria e equilíbrio apreciados pelos classicistas (**Figura 8**).

Figura 8 - Igreja dos Santos Cosme e Damião, Igarassu, PE.



Fonte: IPHAN, 2015.

Seguindo a austeridade do resto do edifício, o campanário tinha semelhança com uma torre integrada ao corpo principal. Esse modelo de igreja seria a contribuição

mais duradoura do maneirismo no Brasil, sendo adotado em larga escala até o século XIX.

No entanto, uma segunda fase do maneirismo foi desenvolvida a partir de meados do século XVII, quando o território já possuía um pouco mais de riqueza e com alguns artesãos e nativos artistas em atividade. Bury (2006) destaca duas igrejas como as mais representativas desta segunda fase: a Catedral de Salvador e a Igreja de Santo Alexandre de Belém do Pará que foi concluída em 1672 (**Figuras 9 e 10**).

A terceira e última fase do Maneirismo brasileiro se desenvolveu na primeira metade do século XVIII principalmente em Minas Gerais, quando a região torna-se um grande centro econômico, político e cultural devido ao ciclo do ouro. Os seus primeiros monumentos construídos ainda seguem o modelo da Arquitetura Chã e sua aderência às linhas retas, embora os interiores já estejam decorados em estilo barroco.

Figura 9 - Catedral de Salvador, BA.



Fonte: Bury, 2006.

Figura 10 - Igreja de Santo Alexandre, Belém, PA.



Fonte: Bury, 2006.

A arquitetura barroca teve um início tardio no Brasil. O estilo foi trazido pelos colonizadores no século XVIII e manifestou-se no país até as duas primeiras décadas do século XIX com a função de propagar a fé cristã na colônia pelos jesuítas. Bury (2006) ainda comenta que, com o tempo, as fachadas adquiriam mais verticalidade e movimento com os frontões adornados com curvas e relevos em pedra (**Figura 11**). Caracterizado por suas formas monumentais e decorações exuberantes que exaltam a religião, o barroco ganhou força no país e teve grande ascensão em Minas Gerais onde as características das construções barrocas refletem aspectos da disponibilidade de recursos locais com a exploração do ouro mineiro. Os artistas fizeram uso de materiais diferentes daqueles utilizados na Europa: no lugar de pedras como o mármore, o barroco mineiro conta com pedrasabão e bastante madeira em suas esculturas e ornamentos.

Mesmo no século XVIII, quando fachadas, cúpulas, torres, retábulos, púlpitos e a ornamentação interna das igrejas em geral se libertaram por completo de todas as precedentes limitações de traçados estáticos e retilíneos, e as fachadas das igrejas do Barroco e do Rococó

desenvolveram um dinamismo acentuado e uma predileção por formas curvas e sinuosas quase sem paralelo na Europa, ainda assim, as plantas baixas dessas igrejas se mantiveram monotonamente fiéis aos severos traçados retangulares dos séculos XVI e XVII (BURY, 2006, p. 128)

Figura 11 - Catedral São Pedro dos Clérigos, Recife, PE.



Fonte: Bury, 2006.

Sob influência do Rococó francês, em meados do século XVIII, se percebe no exterior das edificações religiosas, um abrandamento nas proporções, tornando-os mais elegantes; as aberturas são mais amplas, permitindo uma maior penetração da luz externa, e o detalhamento nos relevos em pedra ficam mais minuciosos. O uso de temas da natureza e as linhas curvas do Rococó podem ser vistos com mais relevância no interior das igrejas brasileiras, principalmente em molduras, tetos e painéis de azulejos com cores luminosas e suaves, em contraposição às cores fortes do Barroco (**Figura 12**).

Figura 12 - Igreja do Carmo da Antiga Sé de 1761, Rio de Janeiro, RJ.



Fonte: Ricaldes, 2019.

Ao longo dos séculos, os conhecimentos e as técnicas construtivas experimentavam um desenvolvimento maior. Portanto, no século XVIII, já se observavam algumas novidades na formação das construções e as inovações foram ocorrendo lentamente, de modo que havia mais profissionais habilidosos que poderiam esculpir detalhes em madeira e em pedra enriquecendo com ornamentos as edificações em geral. No caso das residências, algumas partes como escadas, janelas, portas e oratórios eram privilegiadas, destaca Bury (2006).

Essas diferenças passaram a ser observadas de forma mais definitiva no século XIX, especialmente com a chegada da Família Real e sua corte portuguesa ao Brasil em 1808, trazendo consigo uma nova situação política e econômica, junto com novos costumes que exerceram grande influência no cenário brasileiro. Dessa maneira, a arquitetura brasileira passa a apresentar mudanças importantes.

A transferência da corte portuguesa para o Brasil, é um momento em que a colônia passa a abrigar a sede do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, que foi instalada no Rio de Janeiro. Com isso, essa cidade sofreu uma significativa

mudança, passando a ter contato com as inovações da Revolução Industrial através da abertura dos portos brasileiros. Diante desse fato, no que diz respeito à arquitetura, muitas novidades acontecem, como por exemplo, o acesso à novos materiais de construção. E com essas novas possibilidades, surgem novos costumes que promoveram algumas mudanças na arquitetura e também no cotidiano dos moradores, sobretudo da elite que cresceu exponencialmente no país a partir do século XIX.

Contudo, esses elementos que foram introduzidos pelo neoclassicismo no Brasil não foram encontrados apenas nas novas construções realizadas no início do século XIX, nesse período ocorreram também muitas reformas de casas construídas no período colonial que passaram por adaptações ao novo estilo. O ecletismo, estilo que sucedeu o neoclassicismo, foi adotado no Brasil republicano, nos edifícios públicos e principalmente nas residências das famílias mais abastadas, projetadas por profissionais que detinham o domínio do ofício da arquitetura.

*“Dar a cada emoção uma personalidade,
a cada estado de alma uma alma”
- Fernando Pessoa -*

3. A ARQUITETURA RESIDENCIAL NO BRASIL

Muito embora os hábitos dos colonizadores e sua forma de morar orientassem a construção das primeiras moradias no Brasil do século XVI, o costume lusitano de cozinhar no interior da edificação não foi incorporado no novo território, por exemplo. Tal fato se verificava em função do clima quente da colônia, muito diferente do que era observado em Portugal, caracterizado por temperaturas mais baixas em determinadas épocas do ano, aspecto este que favorecia a implantação do fogão no interior da residência, aqui ficava na área externa da casa. Segundo Lemos (1996), a casa portuguesa se manifestou mais no Brasil através de sua aparência e da tentativa de repetir modismos estilísticos e diz que “aqui, as condições sócio-econômicas e o clima determinaram plantas, agenciamentos, e partidos arquitetônicos peculiares. Casas brasileiras com exterioridade lusitanas” (LEMOS, 1996, p. 13).

Em se tratando do panorama geral da arquitetura residencial do período colonial, estas primeiras residências eram moradias simples para os portugueses que aqui se instalaram nas primeiras décadas do século XVI, mas, com o passar dos anos, estas modestas moradias cedem lugar a construções mais sólidas. Entretanto, não havia uma alteração no programa básico delas, conforme ressalta Lemos (1996).

As construções sincréticas que foram se aperfeiçoando à medida que as índias, as cozinheiras de plantão, foram, aos poucos, sendo substituídas quando, estatisticamente falando, a presença da mulher portuguesa passou a importar na sociedade. Aí, então, os programas se definiram melhor (LEMOS, 1996, p.21).

O colonizador português foi uma espécie de coordenador, orientador e homogeneizador dessa moradia. Aprendeu com o índio que cozinhar nos trópicos é ao ar livre, na varanda ou num puxado ao lado da casa, enquanto que de Portugal trouxe o saber fazer das paredes caiadas e os portais coloridos, transformando agora a casa portuguesa, por força do modelo econômico, numa *casa grande*, onde há escravos africanos em um puxado ao lado da cozinha, se configurando, assim, a

senzala, conforme explicam Veríssimo e Bittar (1999), referindo-se a casa da classe mais abastada, do meio rural.

Nas áreas centrais das cidades, as casas térreas e os sobrados, com uniformidade construtiva e estética, foram o tipo predominante a gerar a morfologia urbana considerada pelo engenheiro francês Louis Vauthier, no século XIX, como monótona, de modo que “quem viu uma casa brasileira viu quase todas” (VAUTHIER apud RODRIGUES, 1975, p. XX) Apesar dessa tal monotonia, “da porta para dentro cada um podia fazer conforme seu desejo” (WEIMER, 2012, p.195).

A moradia do período colonial introduz uma primeira setorização na casa brasileira, isolando as áreas íntimas. Em função do clima quente, surge a separação da cozinha e os serviços para uma zona específica. Diante disso, acaba surgindo uma terceira área correspondente ao espaço destinado a receber os visitantes. Dessa forma, a moradia brasileira do século XVI caracteriza-se por uma organização espacial interna configurada por três zonas principais, separadas fisicamente: a zona íntima (dos dormitórios), a zona de serviço (da cozinha) e a zona de receber (da sala). Segundo Weimer (2012), o número de alcovas (dormitórios sem janelas) dependia do tamanho da família e das posses do proprietário. Se a casa era muito estreita, podia-se dispensar o corredor, e a ligação entre a sala e a cozinha era feita através das próprias alcovas.

Assim, todas as moradias possuíam cômodos encarreirados. O da frente, com janelas no alinhamento da rua, quase sempre era a sala de recepção, quando não abrigava alguma oficina de artesanato ou mesmo uma loja. Os cômodos intermediários, acessíveis por corredor lateral, eram os dormitórios, naquele tempo chamados de camarinhas, alcovas ou “casas de dormir”. Nos fundos, fechava a fila a cozinha, a varanda alpendrada que dava acesso ao quintal, onde sempre havia um arremedo de instalação sanitária (LEMOS, 1996, p.32).

No Brasil colonial, apesar do seu território amplo, uma mesma estrutura econômico-social era mantida por todas as províncias, isso propiciava uma arquitetura com as mesmas características e necessidades para que ela se desenvolvesse. Na visão de Lemos (1996), o que caracteriza uma casa de um povo de determinada região e de uma classe social é o conjunto de critérios que regem a distribuição de atividades diferentes dentro de um mesmo espaço. Dessa forma, os dois tipos fundamentais de habitação urbana eram o sobrado e a casa térrea, tendo esta última uma divisão tipológica conhecida por: Porta-e-janela; meia-morada; $\frac{3}{4}$ de morada; morada-

inteira e morada-e-meia. Weimer (2012) afirma que os construtores faziam malabarismos para construir em terrenos de largura mínima que por vezes não chegavam a uma braça (2,20m). Apesar da simplicidade dessa organização interna do espaço, a variação é significativa estando elas patentes nas fachadas simétricas.

A moradia de porta-e-janela é um tipo de habitação mais simples, onde sua nomenclatura já define quais são seus elementos de fachada, possuindo internamente uma divisão em três compartimentos, sendo estes a sala, o dormitório, chamado de alcova e a cozinha, todos conjugados e havendo um pequeno espaço de acesso na porta de entrada (**Figura 13 e 14**).

Figura 13 - Casa de porta-e-janela. São Luiz, Ma.



Fonte: Gomes, Varum e Costa, 2012.

Figura 14 – Planta esquemática.



Fonte: Colin, 2011.

Já a residência de meia-morada, quando o terreno é um pouco mais largo, permite a apresentação de uma porta de entrada em uma das extremidades com duas janelas laterais na fachada. Quando a porta aparece colocada em uma extremidade era indicação do lado onde se encontrava o corredor. Este tipo de moradia tinha sua divisão interna compartimentada em sala, dormitório e varanda, estes articulados por um corredor lateral de acesso na porta de entrada, havia também a cozinha e a dependência de serviço ou um depósito que localizam-se em um corredor secundário que se integra a varanda (**Figura 15 e 16**).

Quando os terrenos eram mais largos e permitiam a colocação de duas janelas, nas chamadas “casas de meia morada”, também havia um procedimento ambíguo que permitia três soluções: a porta do meio com uma janela em cada lado, a porta da direita com as duas janelas à esquerda, ou o contrario, a porta à esquerda com as duas janelas à direita. A solução preferencial é a da simetria de reflexão (WEIMER, 2012, p.198).

Figura 15 – Casa de meia-morada. São Luiz, Ma.



Fonte: Gomes, Varum e Costa, 2012.

Figura 16 – Planta esquemática.



Fonte: Colin, 2011.

No que tange a morada-inteira, eram casas um pouco mais suntuosas por se tratar de proprietários de maiores posses. Estas apresentam uma composição de fachada com porta central e duas janelas de cada lado. Segundo Weimer (2012) quando a

fachada recebia maior numero de aberturas, as possibilidades de combinação aumentavam proporcionalmente, no entanto também se privilegiava a simetria. Sua conformação interna constitui-se de uma ou duas salas frontais, um corredor central, duas alcovas, varanda, cozinha e dependências (**Figuras 17 e 18**).

Figura 17 – Casa de morada-inteira. São Luiz, Ma.



Fonte: Gomes, Varum e Costa, 2012.

Figura 18 – Planta esquemática.



Fonte: Colin, 2011.

A habitação tipificada como $\frac{3}{4}$ de morada apresenta uma porta em um dos lados da fachada frontal ladeada por uma janela e no outro flanco apresenta duas janelas. A assimetria nesse caso era latente e podiam apresentar ainda uma outra alternativa simples, sendo a porta colocada em uma das extremidades. Os ambientes internos se apresentam de forma semelhante à da meia-morada, no entanto, é acrescida de dois pequenos ambientes, correspondente ao acréscimo de uma janela na fachada (**Figura 19**).

As casas que recebiam três janelas recebiam o nome de “casa de três quartos de morada”. Tinham obrigatoriamente uma assimetria. Podiam apresentar duas alternativas básicas, cada qual com duas variantes: a porta podia ser colocada numa extremidade (à direita ou à esquerda) ou entre as janelas (com uma isolada à direita ou á esquerda). A primeira alternativa era bastante rara, por uma razão simples: se a construção apresentava quatro aberturas, significava que o terreno era mais largo que nos casos precedentes, o que induzia a que a planta baixa apresentasse um corredor centrado ao qual, por sua vez, estava associada a porta da fachada (WEIMER, 2012, p. 199)

Figura 19 - Casa de $\frac{3}{4}$ de morada. São Luiz, MA.

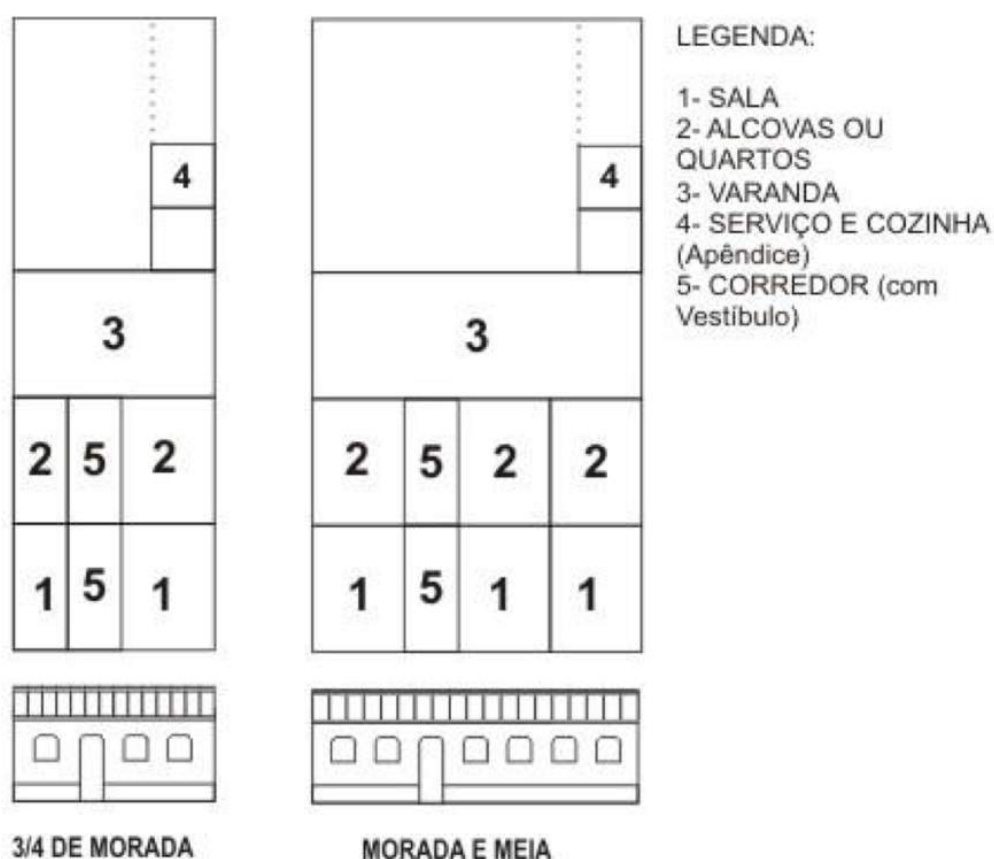


Fonte: Gomes, Varum e Costa, 2012.

O maior modelo de casas térreas era a morada-e-meia, apresentando seis janelas ou mais e uma porta, correspondendo a uma morada inteira acrescida de duas janelas. Tais residências eram de propriedade daqueles que possuíam posses como

os grandes fazendeiros e que as utilizavam no período das entressafras. Quando o número de janelas era ímpar, a tendência era colocar a porta no centro para preservar a simetria. A distribuição interna desse tipo de moradia era semelhante à morada-inteira, acrescida de mais uma alcova e mais uma sala em um dos lados. (Figuras 20 e 21)

Figura 20 – Plantas esquemáticas.



Fonte: Rocha-Peixoto, 2019.

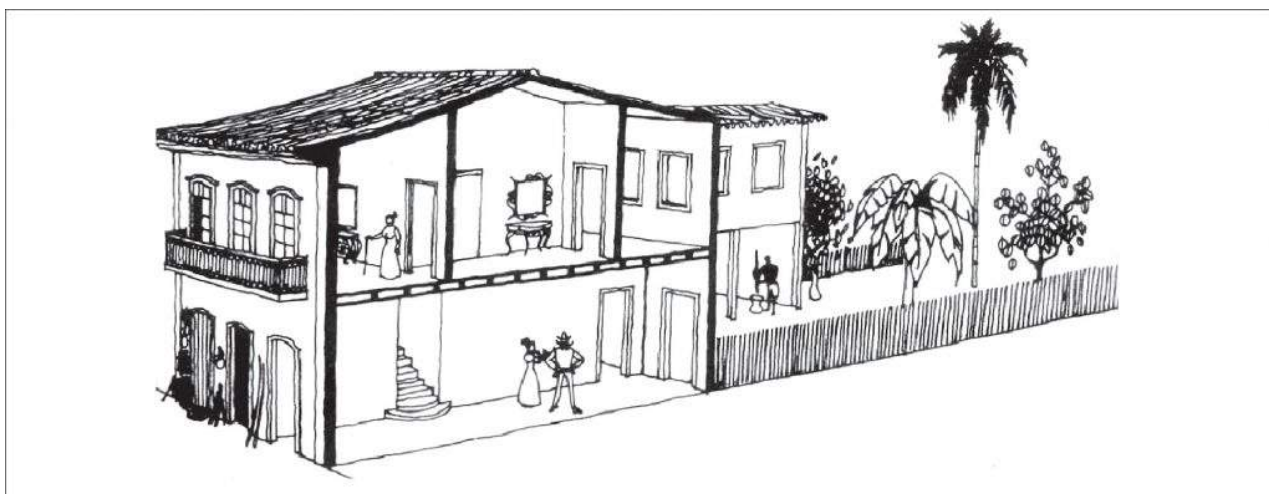
Figura 21 – Casa de morada e meia. São Luiz, MA.



Fonte: Gomes, Varum e Costa, 2012.

A maioria os lotes eram compridos e estreitos, fato que favorecia o desenvolvimento de mais de um pavimento, dando vida aos sobrados (**Figura 22**). Estes eram residências maiores e que davam *status* para os seus habitantes. Havia, portanto, uma distinção social relacionada com essas duas tipologias de moradias urbanas.

Figura 22 – Corte esquemático de um Sobrado do Brasil Colonial.

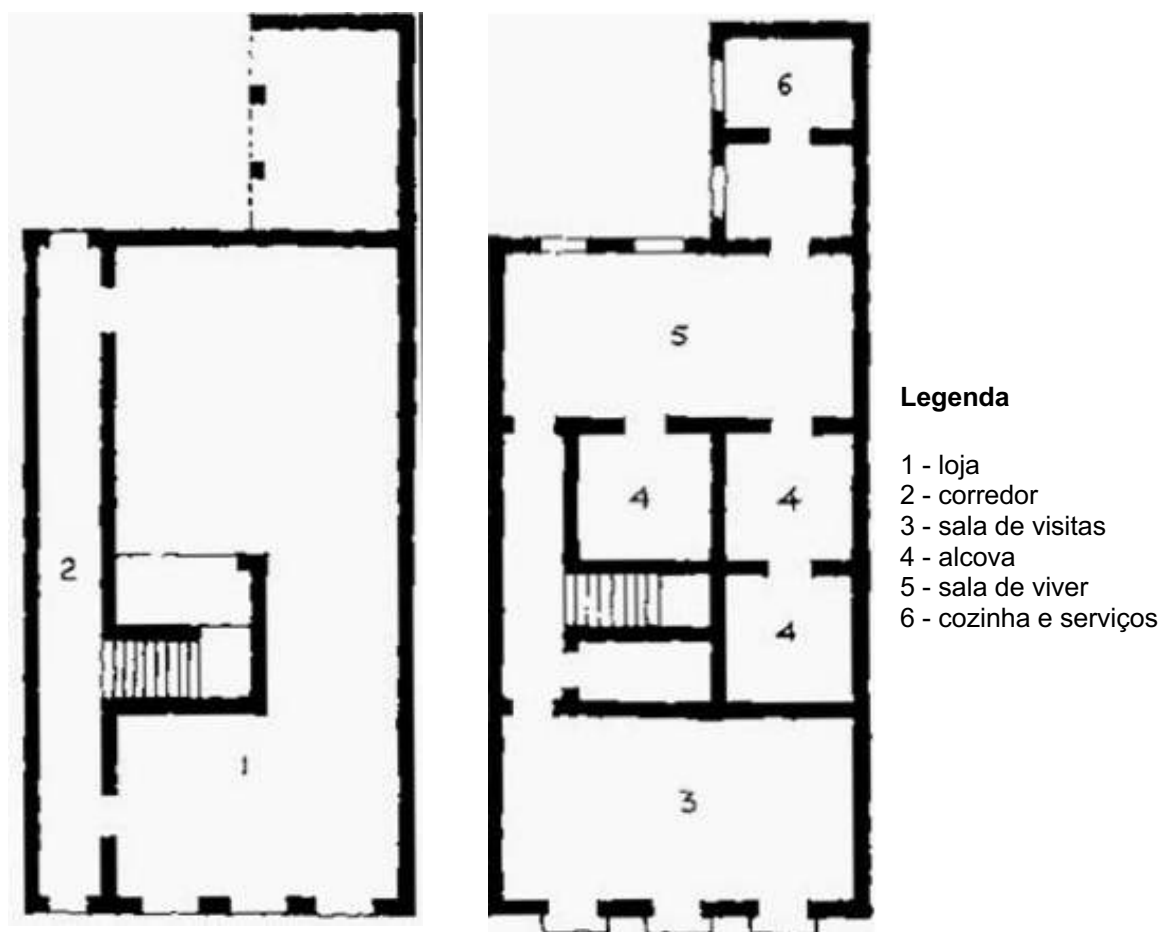


Fonte: Reis Filho, 1978, p. 29.

Lemos (1996) trata dessa tipologia residencial e observa que no Recife, não só os reflexos das Companhias Gerais do Comércio, mas também da produção açucareira, provocaram um especial adensamento populacional que fundamentou o aparecimento dos característicos “sobrados magros” - altas e estreitas construções que continuaram a ser construídas por muito tempo, dando à cidade uma fisionomia peculiar. **(Figura 23)**

Tais sobrados tiveram a peculiaridade de possuir três, quatro ou até cinco pavimentos elevados. No térreo, sempre o comércio. No primeiro pavimento elevado, escritório e, às vezes, acomodações para caixeiros. Daí em diante, de baixo para cima, os andares tinham as atribuições assim encadeadas nesta ordem certa: área de receber visitas ou estranhos, área das alcovas para o repouso familiar, área de estar íntimo, onde se comia e, finalmente, arrematando a construção, a cozinha (LEMOS, 1996, p.35).

Figura 23 – Planta baixa de um sobrado.



Fonte: Tourinho e Silva, 2016.

No que se refere às fachadas dos sobrados, essas continuam mantendo a métrica das casas térreas, com as janelas dos pavimentos térreo correspondentes às do pavimento superior (**Figura 24**). A casa colonial, sendo ela térrea ou sobrado, era construída lado a lado, por isso o vento ocorria somente em um sentido, deixando-a pouco ventilada. Esse fato também influenciou na iluminação, tendo em vista que as aberturas eram só na fachada e na parte posterior da casa.

E em seguida que serão essas construções alongas que não recebem ar e luz senão pelas duas extremidades? Essa forma rígida, esse tipo único. Comprimido na largura, não se presta nada, bem o compreendeis, a uma grande variedade de disposições internas (VAUTHIER apud RODRIGUES, 1975, p. XXI)

Figura 24 - Sobrados na cidade de Ouro Preto. Fonte: Eráclito Pereira, 2011.



Fonte: Pecly e Araújo, 2014.

Um fato evidente é que as casas térreas sempre foram relacionadas à pobreza e ao extrato popular ao longo dos séculos, haja vista que os nobres sempre fizeram questão de morar em casas de mais de um andar, os assim chamados sobrados. Segundo preceitua Weimer (2012) mesmo até com a disponibilidade abundante de terras, as famílias dominantes insistiam na construção de sobrados que deixavam patente a sua privilegiada posição social.

Ao longo do século XVIII, por todo o Brasil colonial foram construídos sobrados imponentes, o dinheiro do açúcar justificou esplêndidas construções oficiais, religiosas e também residências riquíssimas. Mas foi com a mudança da família real portuguesa que aconteceu na virada de 1807 para 1808, quando Portugal foi invadido pelas tropas napoleônicas, que a família real se estabeleceu no Rio de Janeiro e iniciou uma série de transformações que colocaram o Brasil em um novo patamar. Foi então, que se consolidou a ideia de grandes residências como os solares, verdadeiros palacetes neoclássicos.

3.1 Período Imperial

A Revolução Industrial inglesa, desencadeada no século XVIII, torna a Europa um modelo de “civilidade” e a Inglaterra, passou a ser uma potência econômica internacional, mas também a França, que em meados de 1817, passou por um grande impulso migratório e Paris se tornou uma das maiores concentrações operárias da Europa.

Diante desse cenário, a família Real Portuguesa, já instalada no Brasil desde 1808, com residência fixa no Rio de Janeiro à comando de D. João VI, instaurava no país novos aspectos sociais e culturais vindos com sua corte. Com o advento do Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas, neste mesmo ano, as cidades passaram por um processo de comercialização em grande escala. Cidades como Rio de Janeiro e Recife, logo depois, Salvador, Porto Alegre e Belém viraram grandes centros comerciais.

Dentro desse contexto, Lemos (1996) elucida que foram realizadas construções de pontes, obras para alargamento e calçamento de ruas, aterro de terrenos alagadiços, dentre outras modificações as quais procuravam dotar a capital do reino de ares mais europeus. Isto posto, as edificações brasileiras também passaram a contar com uma maior variedade de elementos construtivos que chegavam ao Brasil. Assim, D. João VI decidiu por organizar e trazer para o Brasil uma Missão de artistas franceses com o intuito de criar, no Rio de Janeiro, uma Escola Real de ciências, artes e ofícios, a qual se dedicaria à formação de artistas e profissionais para contribuir com o desenvolvimento do Brasil.

Então, pela primeira vez no Brasil, uma cidade passou a irradiar novos aspectos culturais às outras do país. [...] O Rio não só era capital administrativa, ou legislativa, ou ainda o centro das decisões políticas, como também o núcleo de onde partiam as novas correntes de comportamento envolvendo até a moda, todo um jeito de se vestir, a música, o mobiliário, a decoração de interiores e as novas maneiras de morar, de construir, de abrir ruas em esquadro (LEMOS, 1996, p.103).

Neste contexto, o conhecimento técnico dos artistas franceses e saberes estéticos foram fundamentais para dotar a cidade de obras consideradas mais civilizadas e mais sofisticadas no período ainda colonial. Diante disso, o neoclassicismo foi introduzido no Brasil de maneira mais objetiva através da influência dos membros da Missão Artística Francesa. Lemos (1996) explica que um pouco antes, já se observavam algumas tentativas de introduzir aspectos do neoclássico em construções realizadas aqui no Brasil. Entretanto, tudo era feito de forma acanhada e sem muitos conhecimentos a respeito desse estilo, de maneira que o resultado não atendia plenamente às regras apresentando, às vezes, características de outros estilos, como o barroco.

Na Europa esse neoclassicismo respondeu a um apelo de fundo moral pela sobriedade decorativa na arquitetura e outras formas utilitárias de arte. Tal como ocorrera durante o Renascimento em relação ao gótico, o século XVIII rejeitou deliberadamente a profusão ornamental do rococó e dos últimos desdobramentos do barroco tardio em nome de uma contenção que não significou a rejeição de qualquer forma de ornato, mas apontou para a escolha dos temas decorativos passíveis de serem racionalmente justificados (ROCHA-PEIXOTO, 2000, p.26).

Rocha-Peixoto (2000) ressalta ainda a relação desse estilo não só com a arte, mas também com os escritos filosóficos e literários do período. Esses contribuíram para a formação das ideias e anseios por transformações na sociedade, os quais envolviam reformas na organização do Estado, da justiça, e dos costumes. Assim, o neoclassicismo na Europa não dizia respeito apenas a uma revivescência de aspectos artísticos e características decorativas das obras da Antiguidade clássica.

No entanto, o neoclassicismo não se instalou no Brasil com as mesmas características fundamentais que na Europa. A sua incorporação estava mais relacionada ao desejo por modernização do país. O estilo neoclássico no Brasil não conseguiu avançar para muito além das aparências. Havia uma grande preocupação por se distanciar do passado colonial, de modo que os membros da corte

procuraram nos principais centros europeus as referências para as novas ações e empreendimentos da nova sede do reino português.

As inovações que partiam do Rio de Janeiro chegavam às províncias de todo o Brasil, influenciando os moradores que tinham desejos de introduzir o novo estilo nas suas construções, fossem elas oficiais ou residenciais, afirma Lemos (1996). Nas residências, tanto urbanas quanto rurais, as técnicas construtivas e a mão-de-obra permaneceram nas mesmas condições do período colonial. Assim também como os materiais, que se mantiveram inalterados na maioria dos casos, apresentando exceções no caso das famílias com poder aquisitivo mais elevado, podendo assim, adquirir materiais e produtos importados (**Figura 25**).

Figura 25 - Detalhe da fachada posterior da Casa da Marquesa de Santos, Rio de Janeiro, RJ.



Fonte: Rocha-Peixoto, 2000.

Entretanto, o neoclássico experimentou no Brasil, alguns elementos e características diferenciados nas edificações brasileiras. Assim, as platibandas que escondiam os telhados foram se tornando recorrentes. O pé-direito das construções tornou-se mais alto e as esquadrias já contavam com mais opções de modelos, o que envolvia

diferentes tipos de vergas, como as em arco pleno, em arco abatido, ou as tradicionais vergas retas. Um outro elemento bastante recorrente no período, foi o frontão triangular, usado tanto em exemplares de edifícios leigos e religiosos.

O espaço interno das moradias também não sofreu alterações significativas quanto à formação espacial, mantendo a mesma distribuição tradicional das três zonas: de receber; de estar/íntima; de serviço. Entretanto, essa mesma divisão não impediu que algumas mudanças ocorressem em relação ao comportamento da sociedade. Os hábitos da corte influenciaram a elite da capital e também das províncias, de maneira que o ato de receber em casa adquiriu uma importância grande nesse período. A vida social se intensificava e diante do novo contexto, a sala de visitas, adquire maior destaque dentro da residência, pois esse espaço passava a se abrir mais para as pessoas de fora da família, por isso recebia um tratamento especial e o mais sofisticado. Ressaltando que, com a possibilidade de se adquirir bens importados, instaurou um novo aspecto no que diz respeito ao luxo e à ostentação de riqueza.

De tal maneira, sempre que possível, os donos das residências no período imperial procuravam introduzir elementos de decoração e mobiliário com mais requinte às suas salas de visita, assim poderia exibir um ambiente mais sofisticado que os colocavam em condição de destaque perante os seus convidados. Dessa forma, fica evidente uma transformação em relação aos interiores das casas coloniais, as quais se apresentavam com poucos objetos e mobiliário escasso.

As transformações arquitetônicas limitavam-se, porém às superfícies. Os papéis decorativos importados da Europa ou as pinturas eram aplicados sobre as paredes de terra, socada pelos escravos, com o objetivo de criar a ilusão de um espaço novo, semelhante aos interiores das habitações dos países europeus. Em certos exemplos o fingimento atingia o absurdo: pintavam-se motivos arquitetônicos greco-romanos – pilastras, arquivoltas, colunatas, frisos, etc. – com perfeição de perspectiva e sombreamento, sugerindo uma ambientação neoclássica jamais realizável com as técnicas e materiais disponíveis no local. Em outros, pintavam-se janelas nas paredes, com vistas sobre ambientes do Rio de Janeiro ou da Europa, sugerindo um exterior longínquo, certamente diverso do real, das senzalas, escravos e terreiros de serviço (REIS FILHO, 2006, p.131-134).

A verdade é que era maior o desejo por se modernizar do que as condições reais de se realizar as transformações necessárias para seguir os ditames da Europa. Isto posto, a maioria dos proprietários incorporavam os elementos de ornamentação e decoração de forma mais superficial, em alguns casos, faziam simulações, como nos

informa Reis Filho (2006), criando ilusões de construções ou de espaços mais modernos. A aparência de modernidade implicava um *status* especial, indicando o proprietário como uma pessoa conhecedora das novidades e inovações da corte, sugerindo uma proximidade com a elite da capital. Esse desejo por se modernizar era latente, mas alguns aspectos da estrutura colonial, como o baixo nível tecnológico das construções e também o trabalho escravo, impossibilitava um avanço maior na primeira metade do século XIX.

Nos casos de edificações oficiais ou na construção de casas de famílias mais abastadas, o neoclássico se expressou de forma mais próxima da que era ensinada pelos mestres franceses. Um exemplo que se destaca desse tipo de construção é a obra realizada por Grandjean de Montigny, nos anos 1820, para a sua própria residência, no Rio de Janeiro (**Figura 26**). Rocha-Peixoto (2000) esclarece que o arquiteto trabalhou a edificação em dois pavimentos sobre um porão, tendo acesso ao primeiro piso através de uma grande escadaria que antecede a residência e se localiza no centro da fachada, respeitando a simetria defendida pelo estilo.

Figura 26 - Vista da fachada principal da casa de Grandjean de Montigny, Rio de Janeiro, RJ.



Fonte: Arthur Max, 2017.

Na segunda metade do século XIX, continuaram as ações para se modernizar e cada vez mais mudanças no espaço da casa foram introduzidas. O Brasil

experimentava um contato mais intenso com as inovações tecnológicas de outros países, como a iluminação artificial que vinha sendo desenvolvida na Europa desde o século XVIII. Por outro lado, a iluminação a gás só começou a ser utilizada em ambientes residenciais europeus a partir de 1840 com uma grande importância para a vida das pessoas daquela época. Rybczynski (2002) afirma que o alcance desse tipo de iluminação era maior do que a das velas ou dos lampiões a óleo, possibilitando iluminar não apenas uma mesa ou uma área reduzida, mas sim um cômodo inteiro. Destarte, as atividades que ocorriam no interior das residências encontraram novos arranjos e novas dinâmicas.

O efeito dos interiores mais claros não foi somente de mais conforto. Uma luz melhor tornava possível ler à noite e incentivava um aumento geral dos níveis de instrução. Os ambientes mais claros também coincidiram com um aumento da consciência de limpeza, tanto pessoal quanto doméstica (RYBCZYNSKI, 2002, p. 149).

A iluminação a gás começou a ser utilizada no Brasil na década de 1860, outrossim, como a maioria das demais inovações, era encontrada apenas nas casas das famílias mais ricas. Com uma iluminação melhor, as pessoas passaram a exercer mais atividades durante a noite, como reuniões, jogos, leituras, costuras, entre outras mais difíceis de serem realizadas devido à pouca iluminação noturna.

Além disso, outros aspectos culturais também foram incorporados com essas mudanças no espaço da casa que avançavam na segunda metade do século XIX. A inclinação da elite brasileira de se aproximar da Europa, principalmente da França, é intensificada, ao passo que os membros das famílias privilegiadas falavam francês e mantinham contato com publicações nesse idioma como folhetins, romances e operetas. Nesse contexto, o piano entra nos lares brasileiros sendo considerado um bem sofisticado que confere modernidade à casa e *status* para os seus proprietários.

De alto valor agregado e de imediato efeito ostentatório – as duas características que fazem desde então a felicidade respectiva dos importadores e dos consumidores brasileiros de renda concentrada –, o piano apresentava-se como objeto de desejo dos lares patriarcais. Comprando um piano, as famílias introduziam um móvel aristocrático no meio de um mobiliário doméstico incaracterístico e inauguravam – no sobrado urbano ou nas sedes das fazendas – o salão: um espaço privado de sociabilidade que tornará visível, para observadores selecionados, a representação da vida familiar (ALENCASTRO, 1997, p.47).

Nas casas das famílias mais abastadas, os grandes fazendeiros do café, era comum haver várias salas, como a de música, a de dança e a de fumar, todas existindo

concomitante à sala de visitas tradicional. A sociedade brasileira, desde os tempos coloniais, procurava evidenciar uma boa condição social e a sua distinção em relação às camadas mais pobres. Assim, os mais diversos recursos eram empregados para ostentar as suas posses, o que, em alguns casos, levava as pessoas a investirem demasiadamente no setor de recepção da casa, deixando o restante com tratamento pouco elaborado.

Um outro ponto de grande relevância, foram as estradas de ferro, que implantadas em diversos trechos mais importantes do século XIX, contribuíram de forma determinante para muitas transformações na arquitetura. Com esse novo meio de transporte ficou mais fácil percorrer as grandes distancias entre as regiões rurais e os núcleos dos principais centros urbanos. Dessa forma, permitiu que tivessem acesso aos produtos industrializados que chegariam com custos mais baratos, em função da capacidade de carga dos trens e de sua rapidez. Outrossim, as notícias, as novas modas, os objetos, as revistas, o vestuário, dentre outros artigos, se tornavam mais acessíveis.

Com móveis e roupas chegaram também elementos prontos de arquitetura industrializada: varandas e escadas de ferro, formas para estuques, papéis e tecidos de parede e artefatos de *pedra artificial* moldados em concreto de *cimento portland*. Um novo universo de formas decorativas invadiu os campos e as cidades. O que os reúne em um conjunto não é mais a uniformidade estilística ou o convencionalismo construtivo, mas o patrocínio do café (ROCHA-PEIXOTO, 2006, p. 227).

Diante dessas transformações e com a implantação das ferrovias, se estabeleceu um novo programa arquitetônico: as estações de trem. Disseminadoras das novas técnicas de construção, tiveram um papel importante, que passaram a ser incorporadas às diversas outras tipologias construtivas, como nas residências, onde o uso da alvenaria de tijolos se difundiu nesse momento. Rocha-Peixoto (2006) chama a atenção para o fato de que as estações de trem adotaram o uso de elementos metálicos, pois em várias delas poderiam ser encontradas cobertas com componentes metálicos.

Neste contexto, a segunda metade do século XIX incorpora a seus núcleos urbanos e rurais um novo estilo: o ecletismo, que explorou as possibilidades da alvenaria de tijolos e os elementos metálicos da mesma forma, oferecendo novas oportunidades de composições que os outros materiais não permitiam.

3.2 Primeiras décadas do Período Republicano

Um dos principais acontecimentos do final do século XIX no Brasil foi a Abolição da Escravatura instituindo mudanças significativas na sociedade brasileira. Houve uma grande transformação na organização do trabalho, os fazendeiros que ainda não haviam extinguido o trabalho escravo em suas propriedades de café por conta própria sofreram com a mudança repentina na estrutura de trabalho em suas terras. Já os proprietários menores foram os que mais tiveram perdas com essa determinação, pois não contavam com tantos recursos como os grandes fazendeiros.

Não teve repercussões apenas nas atividades ligadas à terra, mas a todos os serviços que antes eram executados pelos escravos, inclusive, o trabalho doméstico. Tal fato provocou uma mudança no espaço da casa, pois até o início de 1888 toda a dinâmica residencial estava estruturada no trabalho dos escravos que realizavam as atividades para melhorar as condições de habitabilidade da casa. Diante disso, a moradia brasileira se viu em uma situação nova, pois não se havia pensado em soluções que pudessem facilitar ou diminuir o trabalho doméstico.

Carlos Lemos (1996) afirma que desde a Lei do Ventre Livre no ano de 1871 e dos Sexagenários em 1885 foram sendo feitas adaptações no ambiente residencial e as famílias que tinham condições procuraram contratar criadas para cuidar das tarefas domésticas. No entanto, a casa tradicional apresentava grandes distâncias a serem percorridas na execução das tarefas e a contratação de criados para a realização desses serviços era uma alternativa, mas essa mão-de-obra era remunerada e não podia contar com o mesmo número de empregados à época pré Abolição da Escravatura.

Logo após a Abolição da Escravatura, ocorreu a Proclamação da República em 1889, que também contribuiu para as transformações sociais do final do século XIX. Neste momento, o ecletismo já se manifestava no Brasil e assumiu a preferência nacional como o estilo da nova ordem. Uma vez que o neoclássico havia se consolidado como o estilo oficial do Império, com o rompimento desse sistema de governo, o estilo das edificações do novo momento não continuaram com a mesma linguagem por muito tempo. Assim, o ecletismo adquire maior evidência,

simultaneamente com o fato de que a sua versatilidade favorecia a incorporação das inovações tecnológicas.

Na Europa, essas inovações foram providenciadas pelo progresso da indústria que avançava de forma significativa nesse período. Ademais, o cenário europeu no século XIX apresentava mais diversidade, o que demandava uma postura que conseguisse abarcar toda a heterogeneidade da nova situação.

A acomodação se tornou no século XIX uma atitude necessária. O crescimento das populações urbanas forçou o aumento da tolerância conciliatória de diferenças. As cidades tinham não somente mais gente, mas, sobretudo, eram formadas de pessoas de origens culturais diferentes. A curiosidade pelo exótico, o gosto pelas viagens a terras desconhecidas e a afeição europeia por apropriar-se de elementos de culturas estranhas e absorvê-los em seu sistema cultural, cada vez mais amplo e civilizado, encontraram apoio na máquina a vapor. Aplicada aos navios e trens ela diminuiu as distâncias globais e gerou uma aproximação de culturas diferentes. O mesmo maquinário, aliado à preponderância militar das potências industriais, acarretou um novo tipo de colonialismo europeu, forçou a partilha da África e atingiu o Oriente. Indianos circulavam em Londres, ingleses na África do Sul. Havia franceses na Argélia e libaneses em Paris. Essas diferenças culturais deviam ser acomodadas e provocar, por bem ou por mal, a coexistência e as trocas (ROCHA-PEIXOTO, 2000, p.5).

O ecletismo se estabeleceu por um curto período da arquitetura no Brasil e segundo observa Rocha-Peixoto (2000) esse estilo se afirmou no momento em que a burguesia se consolidou passando a exigir melhores condições para suas residências. Diante disso, novas questões invadiram o cenário do século XIX, de modo que a exclusividade das referências neoclássicas da Antiguidade grega e romana não satisfazia mais a todos.

No Brasil, o ecletismo foi inicialmente um estilo incorporado pelas elites que tinham acesso não só aos bens e tecnologias importados, mas também aos arquitetos habilitados a executar obras nesse novo estilo de estética complexa.

Nessa hora, o nosso patrimônio cultural viu-se invadido: o dinheiro do café, por exemplo, importou arquitetos, mestres de obras, pedreiros e toda sorte de material de construção – tudo, absolutamente tudo, vinha da Europa e dos Estados Unidos. Essas construções ecléticas, portanto, nada tinham a ver com o nosso elenco de elementos fornecidos naturalmente pelo meio ambiente (LEMOS, 1996, p. 51).

Dentro desse contexto, a casa começou a se modificar e seus espaços ficaram menores, são diminuídos também, os tamanhos dos cômodos e as distâncias a serem percorridas para a execução das tarefas. Dessa forma, as principais mudanças ocorreram na cozinha, que passou a ser frequentada pela dona da casa

que, muitas vezes, era a única responsável pelas atividades que ocorriam nesse ambiente. Nas famílias mais afortunadas, as mulheres contavam com empregadas e com governantas. No entanto, na maioria dos casos, a dona da casa precisava frequentar esse setor da residência e essa presença na cozinha contribuiu para a modernização da mesma.

Mais uma vez é a presença da mulher que determina mudanças representativas na melhoria dos interiores. Assim como nos banheiros, os pisos decorados começam a se fazer presentes em ladrilhos hidráulicos, no princípio do século – pastilhas, a partir da década de 40 e cerâmicas lisas ou decoradas, de 50 em diante (VERÍSSIMO E BITTAR, 1999, p.112).

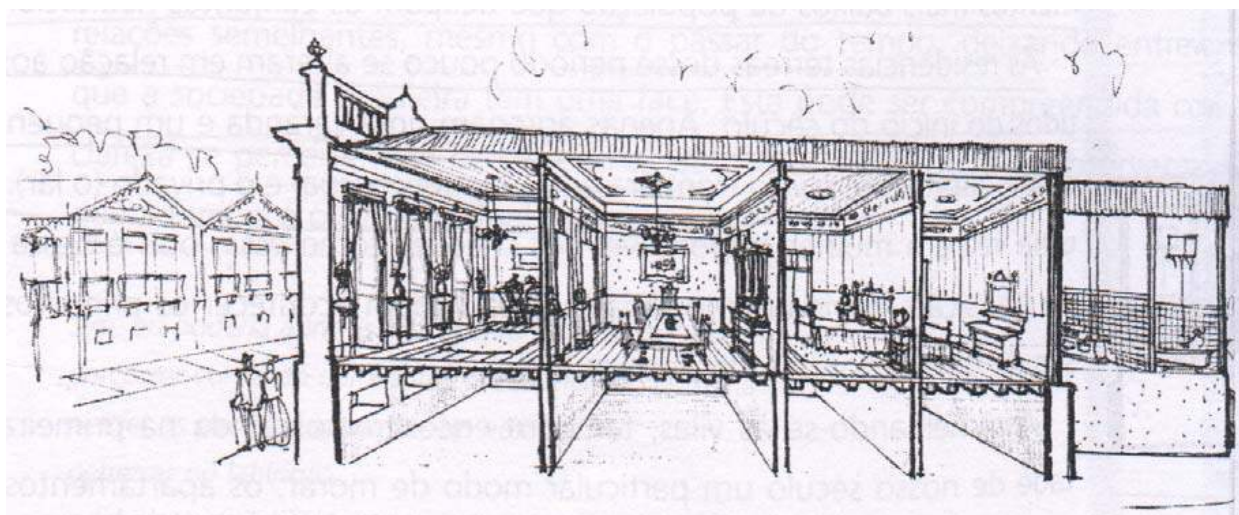
Veríssimo e Bittar (1999) observa que esse espaço já contava com água corrente e também com ladrilhos hidráulicos para revestimento do piso. Havia casas que já substituíam o fogão à lenha pelo fogão à gás, os materiais e equipamentos passaram a ser mais elaborados com uma preocupação formal. Os quintais também sofreram modificações e tiveram o seu tamanho reduzido havendo uma delimitação da área destinada à realização de serviços de limpeza, como um tanque e espaço para lavar, secar e passar roupas. Os criados eram alojados em pequenos cômodos, denominados edículas, que se localizavam, frequentemente, nos fundos dos quintais separados da edificação principal.

A incorporação do banheiro nas casas brasileiras do século XIX também foi uma inovação tecnológica, porém os materiais como tubulações e peças de ferro esmaltado eram caros, de maneira que sua utilização inicialmente era apenas nas casas mais ricas, tendo sua localização determinada pela proximidade com a cozinha, já que esta também precisava das tubulações para a água encanada na pia. Tal situação alterava também os hábitos de higiene pois, até aquele momento, as atividades relacionadas ao banho eram realizadas em local separado da latrina.

Uma outra transformação nas residências, incorporada durante a adoção do ecletismo, foi a eliminação da varanda em muitas casas (**Figura 27**). Com as transformações sociais que ocorreram no início do século XX, esse cômodo deixou de existir e a sala de jantar ganhou maior destaque firmando-se como um espaço de encontros sociais. Contudo, surge um espaço dentro da moradia que articula a sala de jantar e a cozinha. Qual seja, a copa ou da sala de almoço, era o local onde a família se reunia para fazer as refeições cotidianas, além de ser um apoio para

transição de pratos e louças quando os proprietários recebiam convidados para jantar.

Figura 27 - Desenho esquemático do interior de uma residência urbana do século XIX.



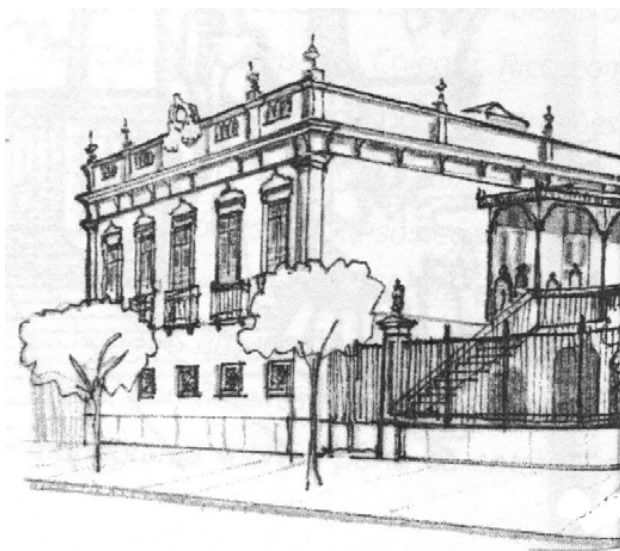
Fonte: Veríssimo e Bittar, 1999.

Com os novos conhecimentos do século XIX, foi dada maior importância a implantação da casa, evitando-se cômodos que não recebiam ventilação e luz naturais diretamente. Dessa forma, as moradias passam a contar com um corredor lateral do terreno para onde se abriam as janelas dos cômodos que antes não contavam com essas aberturas.

O porão alto, inovação daquele período, trouxe vantagens ao isolar o piso da umidade do solo, seus óculos ou seteiras permitiam a sua ventilação e eram frequentemente fechados com gradis de ferro, que garantiam a sua vedação sem impedir a circulação de ar por esse espaço. Ainda, os porões faziam com que a edificação se apresentasse mais elevada em relação à rua, fato que contribuía para preservar a intimidade dos moradores, uma vez que os transeuntes não teriam acesso visual ao interior dos espaços. O acesso principal à moradia foi muitas vezes deslocado para a lateral, onde era localizada a escada que dava acesso a um alpendre (**Figura 28**). Este espaço antecedia a porta da sala de visitas e também recebia um tratamento cuidadoso. Como as casas construídas nos períodos anteriores eram implantadas sobre o alinhamento e os limites laterais, a presença do alpendre não era muito comum, nem nas casas térreas, nem nos sobrados. Mas, a

introdução do porão-alto e o afastamento da edificação de pelo menos um dos limites laterais permitiram que os alpendres se tornassem mais comuns nas residências urbanas.

Figura 28 – Casa com porão alto e entrada lateral realizada através do alpendre antecedido pela escada.



Fonte: Veríssimo e Bittar, 1999.

O ecletismo introduziu mudanças principalmente nas fachadas das residências, possuindo vínculos com os preceitos estéticos instituídos pela Europa. Observa-se características através do uso de elementos como colunas, cornijas, faixas, frisos e outros detalhes na composição das fachadas, incluindo as platibandas, as quais já existiam desde o período Imperial, mas passaram a apresentar um repertório mais elaborado com elementos decorativos.

Geralmente, as esquadrias possuíam ao menos duas folhas com almofadas, podendo ter venezianas e vidro. Havia também os gradis e demais elementos em ferro que se tornaram mais recorrentes no fechamento das aberturas dos porões-altos, nos portões e também nas estruturas dos alpendres laterais. Os elementos em ferro apresentavam belas composições, contribuindo para o requinte e sofisticação das moradias. Nas casas mais abastadas era possível encontrar nos jardins outros elementos metálicos como chafarizes, bancos, estufas e quiosques. Contudo, os elementos metálicos nem sempre ficavam evidentes. Era comum a utilização de elementos estruturais em ferro cobertos com argamassa, tijolos ou pedras com a intenção de camuflar o verdadeiro sistema estrutural do edifício para harmonizar os

estilos utilizados como referência para a composição da obra. A aparência estilística desejada era garantida pela ornamentação, que era encarregada de manter a estética pretendida.

A aparência dos edifícios possuía grande importância, isso era percebido através de uma característica fundamental do ecletismo: o conceito de *architecture parlante*, ou “arquitetura falante”, o qual considerava que a obra deveria expressar a função do edifício através da sua forma, assim afirma Rocha-Peixoto (2000). As edificações oficiais e as obras da elite acabaram se tornando modelos para a classe média que copiava as características desses edifícios, menosprezando determinados aspectos que eram incorporados sem maiores cuidados e atenção em relação à composição e à proporção.

Ainda na segunda metade do século XIX, um grande número de imigrantes chegou no país, exercendo grande influência na introdução de variações do ecletismo. Provenientes de diversos países, esses imigrantes vinham suprir a escassez de mão-de-obra nas fazendas ou, eventualmente, estabelecer seus próprios negócios ou acordos comerciais. No entanto, um grande contingente acabou migrando para as cidades, atuando de forma determinante no desenvolvimento da indústria e também do comércio.

A intenção dos imigrantes de trazer um pedaço da sua terra natal para o Brasil encontrou, no final do século XIX, espaço apropriado para o desenvolvimento uma diversidade de tipos arquitetônicos. Por conseguinte, a classe média foi influenciada tanto pelas construções dos operários e trabalhadores imigrantes, quanto pelas construções da elite.

Ao contrário do que ocorreu em outras ocasiões, como no litoral canavieiro colonial ou em Minas, quando as lições e modelos vinham de cima para baixo, servindo a classe média de ponte entre as manifestações ricas e disciplinadas da classe dominante e as inevitáveis interpretações e reinterpretações do grande povo, na São Paulo do século passado [século XIX] a novidade arquitetônica, ao contrário, surgiu tanto na classe alta, através de renomados arquitetos, como na classe operária auto-suficiente imigrante, restando à burguesia quatrocentona o papel de simples espectadora destinada a absorver lições de ambos os extremos sociais (LEMONS, 1996, p.11).

Esses novos moradores das cidades e das áreas rurais brasileiras introduziram também mudanças nos programas de necessidades das casas, principalmente nas áreas de serviço, diminuindo o seu tamanho e facilitando a realização das tarefas.

Nesse contexto, as obras ecléticas foram se multiplicando pelas cidades e também pelas residências rurais mais importantes. Reis Filho (2006) explica que, com a variedade de opções que esse estilo admitiu, abriu espaço para que surgisse uma arquitetura diversificada e, nesse cenário, ganhou espaço a tipologia do chalé (**Figura 29**). Os chalés ganharam força em função do seu caráter de modernidade combinado com a alusão que faziam às habitações rurais europeias, especialmente às suíças. Entretanto, estas edificações brasileiras eram executadas com recursos e técnicas locais e com algumas limitações devido aos materiais e elementos decorativos. Os telhados eram em duas águas com as empenas voltadas para a rua, ou seja, no sentido oposto ao costume do período colonial. Isto posto, as águas das chuvas corriam para as laterais da casa, o que tornava necessário o isolamento da construção no terreno, afastando-a dos limites laterais. Esses telhados eram arrematados por lambrequins de madeira, importante elemento decorativo que caracteriza essa tipologia.

Figura 29 - Residência construída segundo a tipologia do chalé em Taubaté, SP.



Um outro tipo de habitação surgiu no século XIX, estas para a população de baixa renda: o cortiço. Tipo de moradia que apareceu em um momento em que o crescimento populacional de algumas cidades era acelerado, agravando o problema da falta de moradias. Nessa conjuntura, edifícios compostos por uma ou duas fileiras de pequenos cômodos em sequência foram construídos para a habitação das pessoas menos favorecidas. As instalações sanitárias e os tanques desse tipo de moradia eram de uso comum a todos os moradores. Lemos (1996) observa que esse tipo de habitação coletiva não oferecia boas condições de higiene e eram condenados do ponto de vista social pelo caráter de promiscuidade que apresentavam. Um cômodo único atendia a todas as funções da casa, mesmo que fosse nessas condições precárias. Assim, as condições mínimas oferecidas por esses locais não permitiam que tais habitações apresentassem qualquer preocupação formal ou de setorização do espaço. Diante desse fato, observa-se que o ecletismo e todas as novidades que chegavam nesse período só puderam ser desfrutados pela elite e pela camada da classe média.

A residência no final do século XIX e início do século XX não era considerada apenas o local de abrigo, mas também exercia um papel determinante na vida social dos proprietários. Ademais, a valorização do receber influenciou para a residência adquirir a função de cenário para esses encontros sociais. Carvalho (2000) chama a atenção para o exemplo da residência da Marquesa de Itu em São Paulo (**Figuras 30 e 31**), projetada por Ramos de Azevedo.

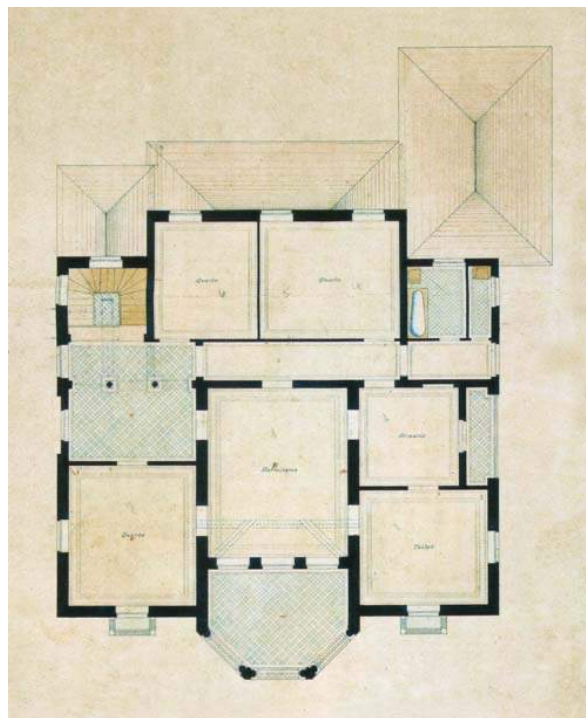
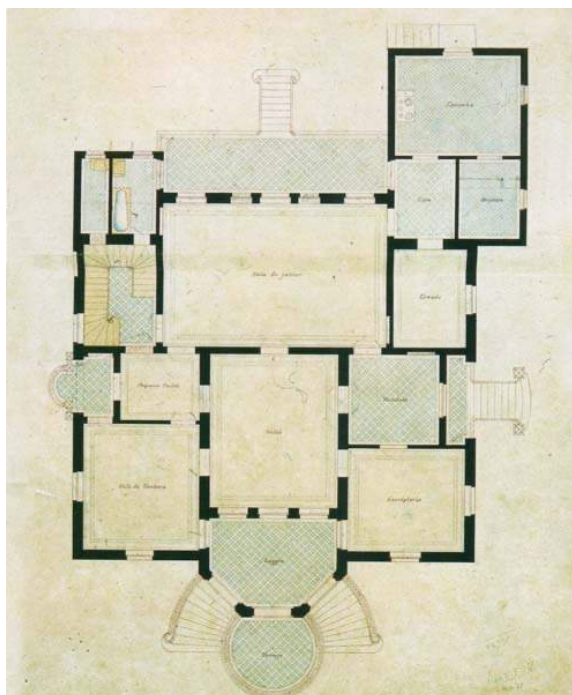
O programa da casa, bem como sua distribuição, poderia, eventualmente, sugerir algumas peculiaridades advindas da condição da Marquesa, viúva sem filhos. No entanto, ao estudá-lo nada parece indicar que ali vivesse uma pessoa solitária. Ao contrário, é o programa típico de uma residência familiar rica de final de século, com seus agenciamentos também dos mais usuais. Isso parece contradizer a premissa de um projeto voltado especialmente para o cliente, mas é necessário lembrar o papel da residência no cenário de representações e como símbolo da condição social de seu proprietário (CARVALHO, 2000, p. 278).

Figura 30 - Vista da casa da Marquesa de Itu, São Paulo (SP), final do século XIX.



Fonte: Carvalho, 2000.

Figura 31 - Plantas dos pavimentos térreo e superior da casa da Marquesa de Itu, São Paulo, final do século XIX.



Fonte: Carvalho, 2000.

Outros exemplos de residências que mostram um pouco dessa Bela Época da Elite Paulistana são as casas das famílias dos Barões do Café, do Comércio e Indústria que foram erguidas na Avenida Paulista no fim do século XIX e início do século XX (**Figuras 32, 33, 34 e 35**). A Avenida Paulista foi inaugurada em 1891, muito larga, com três vias separadas por magnólias e plátanos e com imensos lotes de cada lado. Aos poucos, ela se transformou no centro de animação da cidade. Assim, os ricos senhores do café, os grandes comerciantes e os chefes das indústrias construíram elegantes mansões nos lotes da avenida.

Figura 32 – Vila do Conde Egídio Pinotti Gamba, São Paulo - SP, 1924.



Fonte: Amaral, 2011.

Figura 33 – Residência Cardoso de Almeida, São Paulo - SP, 1915.



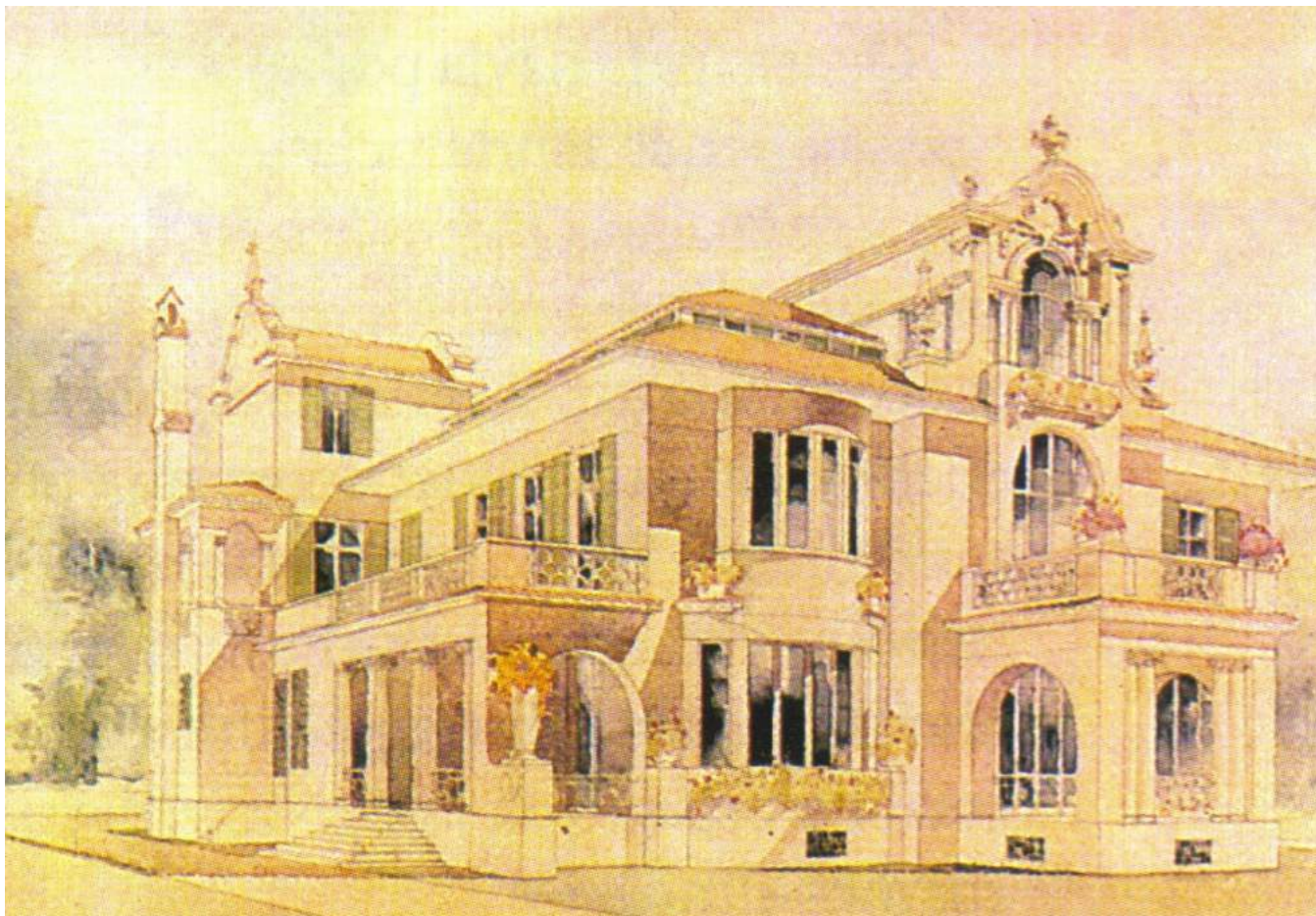
Fonte: Amaral, 2011.

Figura 34 – Residência de Josefa Gavião Peixoto, São Paulo – SP, 1915.



Fonte: Amaral, 2011.

Figura 35 – Mansão da Baronesa de Arary, São Paulo – SP, 1916.



Fonte: Amaral, 2011.

No início do século XX, o Rio de Janeiro também era local de grandes transformações urbanas e em 1919 foi inaugurada a nova Avenida Atlântica, com pista dupla e iluminação no canteiro central, o que embelezou mais ainda a praia de Copacabana. Diante disso, muitas residências das famílias mais abastadas foram construídas no estilo eclético configurando belos palacetes ao longo dessa avenida (**Figuras 36, 37 e 38**).

Figura 36 – Palacete Guingle, Rio de Janeiro – RJ, 1917.



Fonte: site São Paulo antiga, 2011.

Figura 37 – Palacete na Avenida Atlântica Rio de Janeiro – RJ, 1919.



Fonte: site São Paulo antiga, 2011.

Figura 38 – Palacete Edgard Duvivier, Rio de Janeiro – RJ, 1923.



Fonte: site São Paulo antiga, 2011.

Muitas novidades foram inauguradas com o período do ecletismo no Brasil e introduziu no país não apenas um novo estilo e inovações técnicas, mas também novos materiais e tecnologias que proporcionaram uma série de possibilidades construtivas, ao passo que trouxe também profissionais e um novo “saber fazer” que instituíram mudanças importantes na nossa arquitetura residencial. As residências passaram por transformações importantes no século XIX e início do século XX, mas que não aconteceram apenas pelos fatores relacionados diretamente aos aspectos construtivos. A Abolição da Escravatura instituiu uma nova ordem social não só nas lavouras das fazendas, mas também nos lares brasileiros, que passariam a se organizar de forma independente dessa mão-de-obra. E também a Proclamação da República que foi um divisor de águas para o momento histórico do país. Foram, então, determinantes para o desenvolvimento da arquitetura brasileira, para o estabelecimento das bases e das condições fundamentais para o surgimento de novas possibilidades no século XX. Diante disso, o ecletismo constituiu-se em uma importante etapa da arquitetura no país, elaborando transformações de grande importância para o modo de vida das pessoas.

*“Nunca desembarcamos de nós
Quem cruzou todos os mares, cruzou somente a monotonia de si”
- Fernando Pessoa -*

4. A ARQUITETURA RESIDENCIAL NO RECIFE

A produção do açúcar extraído da cana de açúcar foi uma forte razão para a ocupação do nordeste do Brasil no século XVI, combinando a natureza de seu solo com a proximidade do mercado consumidor, a Europa.

No núcleo da capitania de Pernambuco, Recife se apoiava no escasso traçado da organização urbana portuguesa do século XVI. Segundo nos relata Reynaldo (2017) a cidade do Recife apesar da colonização portuguesa, era reduzida a uma estrutura urbana embrionária que tinha como centro um porto natural para embarque da produção do açúcar. Em 1630, a ocupação holandesa teve grande impacto no processo de urbanização nesta capitania e Recife cresceu rapidamente pela presença das tropas invasoras, do porto e pela mudança de parte da população que vinha de Olinda. De tal forma, seguindo diretrizes distintas do traçado português, a ocupação holandesa (1630-1654) se expandiu sobre o istmo, apropriando-se de terrenos vazios entre o mar e o rio. No centro da ocupação, a pequena igreja do Corpo Santo se destacava e orientava o modesto traçado de ruas até Olinda e ao continente.

A partir de 1637, com o início do governo do Conde Nassau, os esforços para fazer do Recife a capital do Império tomaram forte impulso. Já em 1642, a densa ocupação da península portuária, a chamada Ilha de Antônio Vaz, leva a reconhecê-la como a capital do Império Holandês no Brasil. A Ilha de Antônio Vaz, com a Cidade Maurícia, formava a expansão da cidade do Recife que possuía área diminuta, estando a Cidade Maurícia a oeste e a Cidade do Recife a leste, ligadas por uma ponte (**Figura 39**). Ao governador do império holandês, Mauricio de Nassau, recaiu à decisão de localizar a sede do governo na ilha de Antônio Vaz.

Não foi julgado cômodo o Recife, uma vez que não é possível obter uma casa satisfatória para Paço da Câmara, todos os terrenos estão ocupados, mas Antônio Vaz, pelo contrario é um lugar muito bem situado, o qual se pode atingir, de todos os pontos do País, (...) será, também uma ocasião muito oportuna para construir uma Casa de Câmara que, desse modo, será beneficiada e o povo, por isso, construirá lá com mais gosto e será o lugar,

juntamente com Recife, considerado como se devendo converter rapidamente em uma cidade notável (MELLO, 1987,p.68)

Figura 39 – Sobrados construídos no período holandês na antiga rua dos Judeus atual Bom Jesus, 1637.



Fonte: Wagener, 1641.

Segundo Silva (2008), nesse período a ocupação da cidade ocorria às margens do Rio Capibaribe, o que justifica que os principais exemplares dessa arquitetura se encontram no centro histórico da cidade. O rio tinha grande importância para a vida urbana da cidade, de maneira que as fachadas frontais eram voltadas para ele. No entanto essa característica foi se perdendo com o decorrer do desenvolvimento do Recife.

Pode-se considerar que a relação da população recifense com o Capibaribe tem se alterado no percurso da história. Contudo, sua presença, negativa ou positiva, na vida da cidade é demonstrada pelas diversas formas de uso de suas margens. No período colonial, os casarios, localizados às margens do Capibaribe tinham as suas frentes voltadas para o rio. O rio era parte do cotidiano dos habitantes de Recife. Com o desenvolvimento da cidade, ele tornou-se, fétido. Os casarios lhe viraram as costas. No entanto o Capibaribe nunca deixou de atrair pessoas (SILVA, 2008, p.32).

Reis Filho (1997) completa que, além de se voltar para o rio, as casas determinavam as ruas, o que era comum na época, de modo que o tecido urbano apresentava ruas

estreitas. Um ponto de vista considerável é o depoimento de Louis-François Tollenare sobre suas impressões ao se deparar com as casas na cidade do Recife e discorre sobre as casas localizada no bairro de Santo Antônio.

Cinco sextos das casas de Santo Antônio têm apenas um pavimento térreo; só em volta da praça e em algumas das ruas principais é que se encontram casas elevadas como as do Recife. As casas térreas tem janelas, mas sem vidraças: em seu lugar há uns caixilhos gradeados de maneira. Estes caixilhos tem duas charneiras na parte superior (Carvalho, 2002, p.28, apud Tollenare, 1992, p. 95).

O mesmo autor ainda observa que as casas baixas de Santo Antônio utilizavam uma mobília que consistia em apenas uma rede, uns poucos vasos de barro e algumas esteiras. Na sua visão anunciava a miséria e imundice do local.

(...) mas que não pertence ao comercio porquanto quase todos os negociantes moram no Recife. Deixando-se a rua principal, seguem-se outras, igualmente retas e guarnecidas de calçadas, mas que são margeadas apenas de casinha de um só pavimento (Carvalho, 2002, p.28, apud Tollenare, 1992, p. 96).

Maurício de Nassau se dedicou à administração e renovação da capital holandesa no Brasil e graças à sua visão desenvolvimentista construiu pontes, aterros, jardins, fortificações e um observatório, fazendo do Recife uma das mais importantes cidades do período colonial. Dois grandes palácios foram construídos, o Vrijburg (Friburgo), situado no local onde hoje se encontra a Praça da República e o da Boa Vista, usado como residência e localizado no atual Convento do Carmo.

Em 1654, um ataque terrestre realizados pelos luso-brasileiros, fez com que o governo holandês se rendesse. Observa Reynaldo (2017) que a urbanização do Recife entrou em período de intenso desenvolvimento após a expulsão dos holandeses, consolidado como centro de negócios, passou a concorrer em importância social e política com Olinda, capital de direito. Data da segunda metade do século XVII construções de sobrados portugueses com influência holandesa, altos e estreitos, com dois, três e até quatro pavimentos. Com a influência holandesa presente nas características e detalhes construtivos de alguns desses primeiros sobrados, eles eram construídos contrastando com as casas térreas isoladas no lote usadas posteriormente por classes abastadas em Recife, bem como em outras cidades brasileiras no período colonial.

Isto posto, a área portuária mantém o nome do Recife, enquanto o nome Maurícia é esquecido e a Ilha Antônio Vaz passou a ser denominada de bairros de Santo

Antônio e São José. A nova organização urbana teve a conformação tipológica do sobrado e da construção térrea como área comercial em Santo Antônio e residencial em São José. Em se tratando do Bairro do Recife, os sobrados incrementaram a altura, compartilhando com os edifícios religiosos o protagonismo da configuração urbana a partir da segunda metade do século XVII até finais do XVIII.

Neste período, a arquitetura civil assumia características bem definidas: ou eram urbanas ou rurais, devendo ser edificadas obedecendo aos parâmetros construtivos e arquitetônicos de padronização física e tipológica, quando estabelecidos nos códigos de construção. As casas térreas eram, geralmente, residenciais, enquanto que os sobrados urbanos poderiam assumir o uso misto, sendo o rés-do-chão, ou o andar térreo, destinado ao armazém de comércio ou ao acolhimento de criados e animais, e os pavimentos superiores voltados para a serventia residencial das famílias. Quando os sobrados possuíam muitos pavimentos, podia-se perceber a destinação do primeiro pavimento para uso de escritórios dos comerciantes e os demais à moradia.

Enquanto que os dois tipos fundamentais de habitação urbana eram a casa térrea e o sobrado, o extrato social de situação mais privilegiado economicamente residia nos sobrados. Isto valia tanto para os comerciantes e mercadores, quanto para o clero e burocratas que viviam na cidade. A aristocracia agrária, que tinha suas casas-grandes em seus latifúndios, por motivos de conforto e abastecimento, também mantinham seus sobrados urbanos para neles se instalarem em suas visitas à cidade e épocas de entressafra. Estes hábitos reforçavam a vinculação das províncias ao mundo rural, fato que irá perdurar até os fins do século XIX.

Segundo Lemos (1989) o termo sobrado, até a segunda metade do século XVIII, designava o espaço sobrado ou ganho devido a um soalho suspenso. E assim, surgiu o aproveitamento que se fazia de espaços não originalmente constituídos da casa, reflexo dos declives de terrenos acidentados. A população, menos favorecida financeiramente, morava em casas térreas, muito simples, quase precárias, praticamente sem nenhuma mobília.

O sobrado recifense além das características principais de ser magro e alto, tinha uma cobertura em duas águas bastante inclinada e o seu sótão utilizado como

cozinha. Essa tipologia já existia em Portugal, mas essas características, dos sobrados em Recife, explicam-se pela limitação do espaço urbano para construção.

A menos que a cozinha alta venha a ser de fato uma invenção pernambucana, não é de somenos lembrar que tal hábito era às vezes seguido em Portugal, talvez como consequência remota do costume mourisco de vida sobre os terraços que cobriam as casas. James Murphy, em 1789, viu no Porto cozinhas usually placed in the attic story enquanto William Bromley, já em 1624, havia dito que as cozinhas de Lisboa ficavam all above stairs (SMITH, 1969, p. 52).

Segundo Smith (1969) alguns levantamentos cartográficos da cidade do Recife, efetuados pelos holandeses no século XVII, mostram quanto terreno se ganhou com os aterros, especialidade dos holandeses nas suas terras baixas de origem.

Ainda na segunda metade do século XVII, as construções religiosas aparecem como componente significativo do processo de urbanização do Recife. Estas eram construídas com rendas próprias e donativos dos senhores de engenho em troca de privilégios religiosos. Reynaldo (2017) relata expressiva demanda de construção de igrejas até o final do século XVIII, substituindo alguns elementos mais emblemáticos erigidos durante a ocupação Holandesa.

A arquitetura da sociedade do açúcar em Recife abrangia além dos edifícios religiosos e dos sobrados que ganhavam em altura o que lhe faltava de solo em decorrência dos estreitos lotes. Havia também as unidades produtivas, que eram os engenhos localizados nos arrabaldes da colônia. Posteriormente, foram erguidos os solares para residência desses senhores de engenho e comerciantes na cidade.

Os engenhos da capitania de Pernambuco se destacavam em produção e pelo conjunto edificado. O termo engenho passou a abranger a propriedade rural onde se desenvolviam todas atividades, além de, naturalmente, o plantio e a colheita da cana. Maurício de Nassau trouxe consigo artistas e cientistas para documentar a exótica terra conquistada. Assim, Pintores holandeses como Frans Post (**Figura 40**), Albert Eckhout e Zacharias Wagener reproduziram um conjunto de pinturas e gravuras de certo valor documental sobre os engenhos que eram localizados mais afastados do Recife.

Figura 40 - Engenho, pintura óleo sobre madeira, Frans Post, 1668.



Fonte: Gomes, 2006.

São exemplos de engenhos pernambucanos como o Poço Comprido, situado em Vicência, um dos mais antigos e importantes, construído no final do século XVIII (**Figura 41**), o Massangana situado no Cabo de Santo Agostinho, que teve sua origem no início da colonização portuguesa no século XVI e foi onde morou Joaquim Nabuco líder abolicionista da escravidão. Um outro exemplo é o Engenho Moreno erguido em 1616 e recebeu a visita do Imperador Dom Pedro II em 1859.

Figura 41 - Engenho, pintura óleo sobre madeira, Frans Post, 1668.



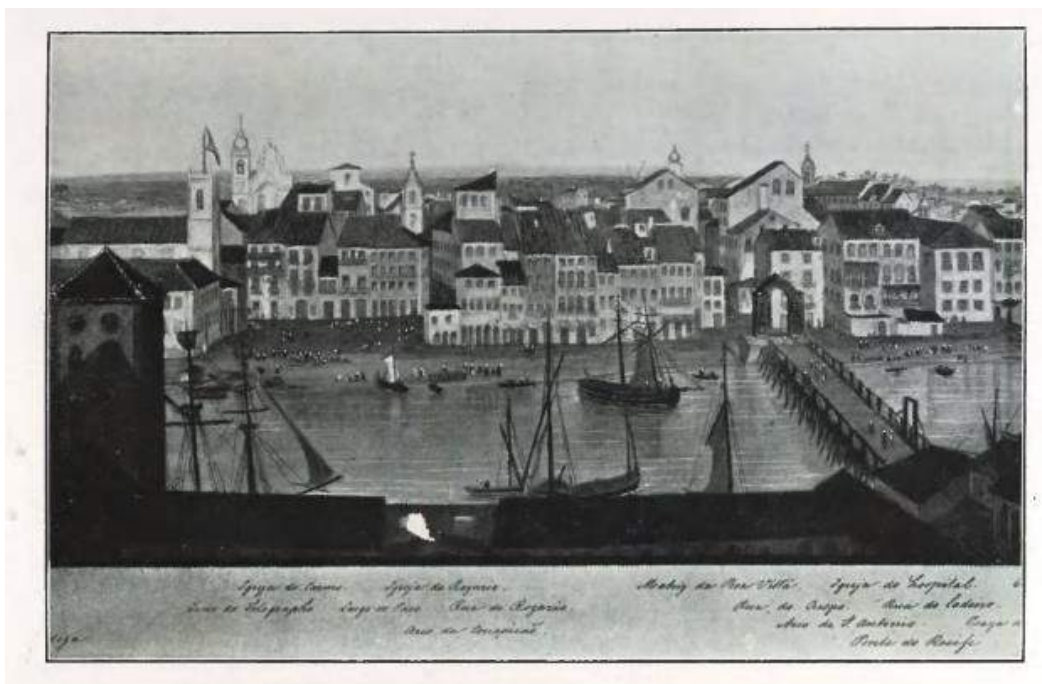
Fonte: Gomes, 2006.

4.1 Período Imperial

No início do século XIX o Recife continuou seu desenvolvimento graças às atividades portuárias, realizadas pelos comerciantes portugueses e brasileiros. Grande parte da cidade vivia em função do porto, que era um elemento essencial à manutenção de uma economia produtora e exportadora de bens primários (**Figura 42**).

O Recife possuía em torno de 20 mil habitantes, com o decorrer dos anos, passou a ocupar naquela época, o posto de terceira cidade mais populosa do Brasil, sendo ainda o polo de desenvolvimento da Região Nordeste, e tendo chegado a mais de 100 mil habitantes no início do século seguinte, assim informa Marroquim (2016).

Figura 42 – Panorama do Recife em aquarela, início do século XIX.



Fonte: Tollenare, 1905

Através de carta régia, em 1805, foi criada a freguesia de N. Senhora da Boa Vista. Teve sua origem com o Palácio da Boa vista, construído em 1643 por Mauricio de Nassau para o seu lazer. Foi construída também a Ponte da Boa Vista, onde aterraram a área em suas proximidades fazendo surgir a rua do Aterro, hoje chamada de Imperatriz Tereza Cristina, bem como as ruas da Aurora e Formosa, atualmente chamada de avenida Conde da Boa Vista. Posteriormente, outros mangues foram aterrados dando margem ao surgimento do Ginásio Pernambucano e da Assembleia Legislativa.

O bairro da Boa Vista deu ensejo à dois aspectos primordiais da urbanização da cidade. Segundo Reynaldo (2017) constituiu o primeiro solo urbanizado no continente, portanto o início da ocupação suburbana do Recife e se configurou pela construção isolada em grandes terrenos, distinta da tipologia entre medianeiras, predominante na ocupação do bairro do Recife, Santo Antônio e São José.

Em 1815 as capitanias passaram a se denominar províncias, em virtude da carta régia que considerou o Brasil reino unido ao de Portugal. Já em 1823, através de carta imperial, a Vila do Recife recebeu foros de cidade. O período Imperial no Brasil, enfoca a construção do conjunto de normas e preceitos estabelecidos pela

Câmara Municipal do Recife, codificado sob o nome de Posturas, que obrigava os municípios a cumprirem certos deveres de ordem pública, especialmente aqueles ligados à organização, ao disciplinamento e à construção do espaço da cidade, como instrumento de modernização.

Por resolução do Conselho do Governo, o Recife foi elevado a capital da província em 1827. Segundo observa Silva (2010) isso se deu pelo fato da abertura dos Portos às Nações Amigas, em 1808, ocorrendo um grande avanço no crescimento urbano desde então. Logo depois, foi criada a comarca do Recife, abrangendo o Cabo, Olinda, Igarassu e Itamaracá.

Com a lei de 1º de outubro de 1828, torna-se obrigatório o cumprimento das chamadas “posturas municipais”. Souza (2002) observa que tais medidas impositivas, visava à regulamentação sobre o espaço da cidade no que se refere ao ordenamento físico, à higiene e à segurança pública; a organização das atividades urbanas, inclusive as atividades econômicas e o disciplinamento do comportamento em via pública.

De acordo com Souza (2002), as posturas, com relação a Polícia Urbana são divididas em:

Vias públicas e edificações envolvendo alinhamento, conservação e reparos das vias públicas locais e das estradas; e regulamentação das edificações. (SOUZA, 2002, p. 162).

Higiene pública envolvendo limpeza de vias públicas, esgotamento de pântanos, águas estagnadas, localização de equipamentos que possam corromper o ar atmosférico (SOUZA, 2002, p. 163).

Segurança pública, envolvendo edificações em ruínas, lançamento de elementos em vias públicas e divagação de pessoas ou animais que ameacem a segurança do transeunte (SOUZA, 2002, p. 163).

Com a chegada do engenheiro alemão Johann Bloem, contratado pela Câmara Municipal do Recife em 1830, como responsável para a elaboração de um plano de modernização da cidade, são criadas numerosas normas com relação ao traçado urbano e as edificações, que deveriam seguir um padrão específico de alinhamento em suas fachadas. A Câmara Municipal deixa claro seu objetivo de embelezamento da cidade, publicando um edital onde expressa que todas as casas e ruas, a partir

daquele momento, iriam ter que seguir as regulamentações elaboradas pelo engenheiro alemão.

Destarte, Bloem cria tais regras de composição arquitetônica para as casas térreas e sobrados da cidade, estabelecendo a altura das edificações, bem como altura e largura de portas e de janelas, e impondo a reforma das biqueiras e a colocação de platibandas com cornijas, como observa Souza (2002).

Em dezembro de 1838, assume o governo da província Francisco do Rego Barros, posteriormente conde da Boa Vista, cuja administração foi assinalada por importantes melhoramentos urbanos. É nesta conjuntura que em 1840 inicia-se um processo de modernização e de expansão da antiga cidade colonial, com a intenção de adaptá-la às necessidades do crescimento demográfico e econômico.

Uma outra lei provincial criou também a freguesia de S. José do Recife, tendo por matriz a igreja de São José. Em 1870, criou a freguesia de N. Senhora das Graças da Capunga e posteriormente os distritos de Afogados, Boa Vista, Encruzilhada, Graças, Poço da Panela, Santo Amaro, Santo Antônio, S. Frei Pedro Gonçalves, S. José e Várzea, integrados ao Recife.

Foi neste cenário, que ocorreu um contato direto dos pernambucanos com inúmeros estrangeiros, principalmente ingleses e franceses. A Inglaterra e a França eram países que estavam em ascensão na Europa, sendo símbolos de modernidade e evolução, enquanto o Brasil ainda estava em lento processo de desenvolvimento. Silva (2010) explica que os europeus ao chegarem a província pernambucana obtiveram impressões bem diferentes, pois Pernambuco era completamente diferente dos padrões europeus, tendo uma aparência pouco desenvolvida.

Pernambuco, com a abertura dos portos brasileiros às nações amigas no princípio do século XIX, passou, devido à sua proximidade da Europa, a receber influência direta, agora sem a intermediação de Portugal, da cultura dos países mais desenvolvidos, notadamente a Inglaterra e a França. A arquitetura aqui realizada até os fins do século XVIII foi fortemente influenciada pelos modelos portugueses. O domínio holandês, do qual tanto se fala, durou somente vinte e quatro anos, de 1630 a 1654 e representa um curto episódio no período colonial. Embora o Recife tenha se desenvolvido pelos holandeses num ritmo nunca visto até então na colônia, pouco restou da influência holandesa no urbanismo e na arquitetura da capital pernambucana. Tudo leva a crer que a excelente cartografia holandesa hoje conhecida, no que se refere a cidade do Recife, trata mais de projetos do que de realizações. Assim, foi o modo português, muito mais à vontade, que voltou a imperar na reorganização urbana e nas edificações (FABRIS, 1987, p.181)

As transformações urbanas desenvolvidas na segunda metade do século XIX nos bairros do Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista impulsionam um significativo conjunto de tipos de edifícios e usos inovadores, capaz de transformar a cidade das igrejas no centro urbano da cidade em expansão.

O convívio com os estrangeiros trouxe um desejo, por uma boa parte da população, de mudanças na cidade, inclusive o estético, almejando uma sociedade mais civilizada, de acordo com os ditames das cidades europeias. Conforme preceitua Freyre (1960), os jornais destacavam em suas publicações anúncios de aulas de variados assuntos como geometria, aritmética, latim, história, geografia, entre outras matérias ministradas em francês. Vestir-se aos modos europeu e saber falar francês era quase como uma regra para aristocracia da época.

As modificações que aconteceram em Recife no século XIX, foi o início de uma tentativa de deixar para trás o aspecto colonial e se modernizar. Modificações estas, que foram influenciadas por uma tentativa de se adequar ao ideal europeu. É a partir do governo de Francisco do Rêgo Barros e com a vinda de engenheiros franceses à cidade que se intensificam as modificações estéticas tanto nas residências quanto na cidade como um todo.

Seguindo os preceitos europeus do bem-morar, que seriam fortalecidos com as políticas sanitaristas no século seguinte, já no século XIX os recifenses buscavam o campo, os arrabaldes e os banhos de rio como refúgio para os males da “cidade grande”. O padrão tipológico suburbano difere do sobrado, sendo residências de famílias ricas, onde os terrenos eram de grandes dimensões, as casas eram soltas no lote, com aberturas em todas as fachadas e com estilo arquitetônico neoclássico que estava em alta na época.

Em uma nova condição urbana que valorizava a paisagem do rio, os aterros davam lugar aos palacetes dos arredores do Recife que dialogavam com o Rio Capibaribe. Essas novas povoações nos subúrbios ou arrabaldes foi permitida por meio da construção de estradas e equipamentos que deram respaldo à essa expansão.

O movimento tem inicialmente um caráter sazonal: trata-se de abandonar a vila nos meses de verão para fugir às doenças ou para beneficiar-se das virtudes curativas e dos deleites edênicos dos banhos de rio. [...] Depois, veio a democratização do subúrbio. [...] Os banhos de mar, e a irritação que

o sal promovia, não impediam que parte menos afortunada da população os escolhesse (MELLO, 1987, p 88, apud Paraíso, 2004, p. 67).

Uma parte dos arrabaldes do Recife foi a grande área dos Engenhos de Casa Forte, Apipucos, Monteiro e Dois Irmãos. A área formada por estes engenhos tinha, como paisagem de origem, densa vegetação de mata atlântica, os canaviais e áreas para a criação de gado bovino, além da presença de água assegurada pelo rio (**Figura 50**). A presença de água e a fertilidade do solo contribuíram para o desenvolvimento da economia canavieira. Esta paisagem é marcada tipicamente pelos volumes plantados, dando à área características rurais.

Em 1802, foi aberta uma estrada com o interesse de unir tais engenhos, tal caminho transformou-se na Estrada Real. Ao longo do mesmo século, segundo Menezes (2019) com o parcelamento do Engenho Casa Forte foram sendo instaladas moradias nessa área. Destarte, formou-se um povoado pela descoberta de um poço nesse local e ao longo deste século, em razão da subdivisão das terras surgem pequenas aglomerações como a do Chacon e Santana.

Figura 43 – Poço da Panela, 1847.



Fonte: Menezes, 2019

Tal área ganhou notoriedade e em 1817 foi erguida uma paróquia dedicada à Nossa Senhora da Saúde. Assim, nasce o Poço da Panela local em que os banhos do Capibaribe faziam bem à saúde e eram parte da vida de toda a população. O local ficou conhecido por sua salubridade e pelos banhos mais saudáveis, com isso atraiu a classe financeiramente mais abastada e residências importantes foram construídas nesse bairro. O francês Louis François Tollenare descreveu a paisagem deste trecho do Capibaribe, em 1817, elogiando o povoado de Poço da Panela.

É raro encontrar margens mais risonhas do que as do Capibaribe, quando se o sobe em canoas até o povoado do Poço da Panela. Ora são lindas casas de campo, cujos jardins e terraços avançam até o rio; ora belas planícies bordadas de mangues ou de plantações de mangueiras magníficas, de laranjeiras e de cajueiros. Há um lugar, um pouco acima de Ponte D'Uchoa, onde o leito do rio, até então bastante largo, parece perder-se sob um imenso caramanchão de verdura formado pelas altas palheteiras vermelhas, cujos ramos superiores se encontram ou estão ligados por cipós floridos, pendentes em guirlandas. Quando se entra sob esta abóbada crê-se penetrar no palácio encantado da deusa do rio.

A limpeza das águas permite ver um fundo de areia pura, que toma um colorido verde-esmeralda escuro, do reflexo da folhagem, o cardeal, vestido de escarlata, e mil pássaros, adornados de brilhantes plumagens. Cardumes de pequenos peixes saltam em redor da canoa, miríades de caranguejos se arrastam sobre a margem, em busca de presa; o tatu escamoso, a cotia do focinho pontudo, mostram-se à entrada de suas tocas nos lugares mais elevados; tudo é animado em meio do silêncio, e experimenta-se uma frescura deliciosa; mas, todas essas belezas desaparecem ante o espetáculo das lindas banhistas (SILVA, 2006, apud Tollenare, 1992)

As casas construídas no interior destes sítios eram predominantemente soltas no terreno e no entorno havia muita área verde, com abundantes árvores. As primeiras casas construídas nos sítios tinham a sua fachada frontal voltada para o rio Capibaribe e eram servidos por um pequeno cais de embarque e desembarque.

Estas residências possuíam em sua maioria varandas, jardins, pomares, fruteiras e pastagens, mantendo na área as características rurais (**Figuras 44, 45 e 46**). Alguns estilos arquitetônicos adotados dessa arquitetura eclética foram o neoclássico e também o chalé, uma referência às casas de campo da França e da Suíça. Esta paisagem se diferenciava muito do que se via no centro do Recife, onde predominavam os sobrados de forma contígua, colados uns aos outros (**Mapa 01**).

Figura 45 – Casario do bairro do Poço da Panela (mapa 1 – item 02).



Fonte: Menezes, 2019

Figura 46 – Residência no Poço da Panela (mapa 1 – item 03).



Fonte: Menezes, 2019

Uma residência que se destaca na atmosfera bucólica do Poço da Panela, localizada na Rua do Chacon, às margens do rio Capibaribe, é a construção de 1870 onde viveu o escritor Ariano Suassuna, cuja fachada foi revestida, posteriormente, de azulejos criados pelo artista plástico Francisco Brennand (**Figuras 47, 48 e 49**). Do portão, é possível ver obras de arte que foram acrescentadas por Ariano como esculturas de contornos oníricos, painéis cerâmicos e mosaicos que reverenciam a religiosidade e o legado do ilustre morador, que, apesar de conhecido pelo talento com as letras, flertava com as artes plásticas.

Figura 47 – Residência de Ariano Suassuna, rua do Chacon, Poço da Panela (mapa 1 – item 04).



Fonte: Rogério Maranhão, 2014.

Figura 48 – Fachada da Residência de Ariano Suassuna.



Fonte: Rogério Maranhão, 2014.

Figura 49 – Interior da residência de Ariano Suassuna, Poço da Panela.



Fonte: Rogério Maranhão, 2014.

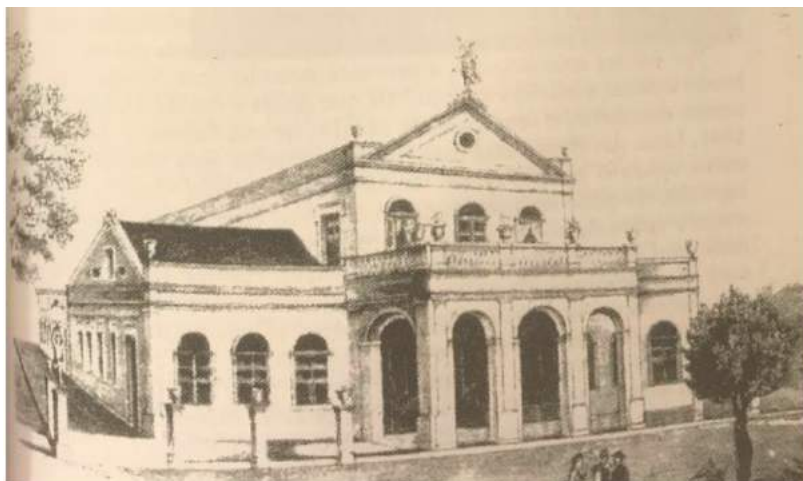
Figura 51 - Madalena, bairro aristocrático de então, quando os palacetes olhavam para o rio, 1878.



Fonte: Sette, 1948.

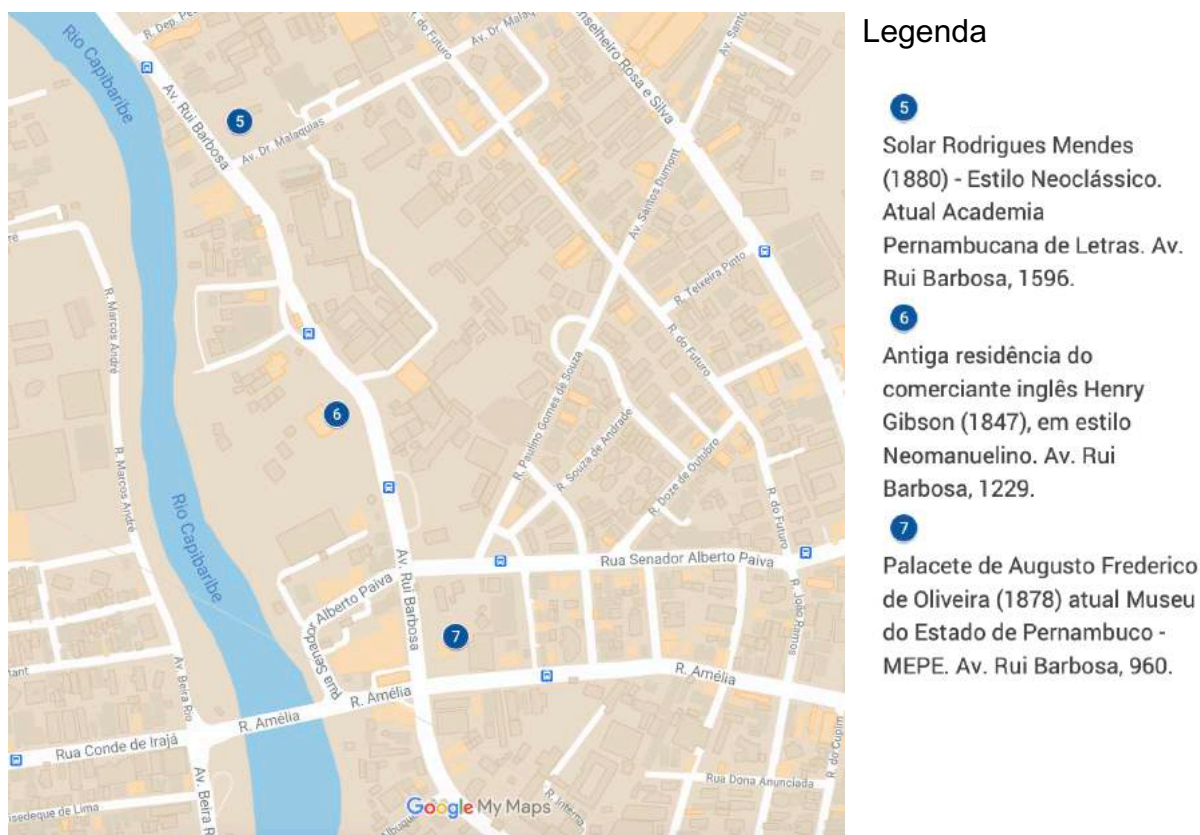
Um exemplo do tipo de residência da classe mais abastada que despontava nos arrabaldes do Recife (**Mapa 02**), mas precisamente na Ponte d'Uchoa, que a priori era local de veraneio e passou a ser ambiente de inúmeras edificações de uma sociedade que respirava Paris e vivia reflexos de uma bela época europeia, é o Solar Rodrigues Mendes. Menezes (2002) esclarece que o ano e a autoria dessa construção são incertos, estimando entre 1840 e 1863, período em que vários estrangeiros permaneceram no Recife, incluindo o francês Louis Legèr Vauthier entre outros. Localizado na Av. Rui Barbosa, foi propriedade do Barão Rodrigues Mendes e sua família durante o Recife oitocentista (**Figura 52**).

Figura 52 - Solar Rodrigues Mendes por volta de 1880.



Fonte: Sousa, 1999, p. 153.

Mapa 2 - Exemplares Arquitetônicos, Graças.



Fonte: autora, 2020.

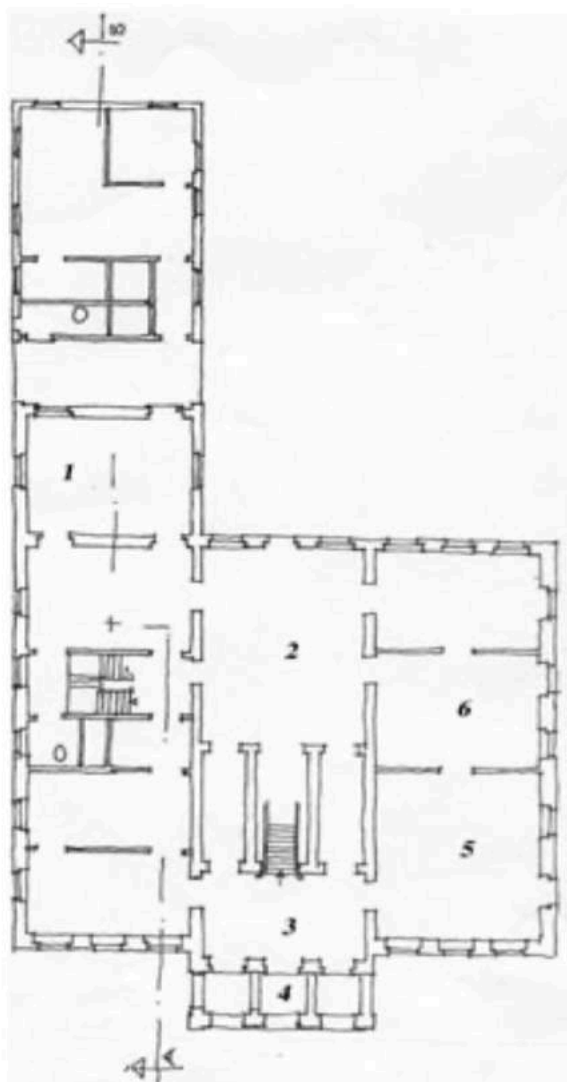
Como a própria nomenclatura esclarece, arrabalde é aquilo que está distante, fora do perímetro urbano adensado. A várzea do Capibaribe ainda era pouco ocupada se comparada ao centro do Recife, nos bairros do Recife, Boa Vista, Sto. Antônio e São José.

Sousa (1999) explica que o solar Rodrigues Mendes representa o exemplar máximo do classicismo imperial residencial do Recife, denominando-o como o mais perfeito exemplar da residência classicista deixado como legado ao país e, "uma das joias da arquitetura classicista doméstica mundial" (SOUSA, 1999, p. 150).

O exemplar residencial passou por algumas reformas depois que foi adquirido em 1863 pelo Barão Rodrigues Mendes (**Figura 53**). No entanto, segundo Carvalho (2002), as principais características arquitetônicas foram mantidas. Conforme relata Menezes (2019), o solar tornou-se à altura do prestígio e posição social do Barão, com seu jardim e pomar coberto por uma excelente variedade de árvores frutíferas, onde todo seu esplendor deveria ser avistado para encantar as pessoas que, no

trem urbano, passavam diante da casa tão imponente. Carvalho (2002, p.175) observa que “a edificação situa-se livre, no centro do sítio, que anteriormente, na segunda metade do século XIX, tinha dimensões bem maiores. O sítio com o passar das décadas, fora deveras retalhado”.

Figura 53 – Planta-baixa esquemática pavimento térreo do Solar Rodrigues Mendes.



Planta-baixa do pavimento térreo, onde vemos o corpo principal do solar e o prolongamento ainda existente, feito pelo Barão, quando da sua aquisição. Identificamos os antigos ambientes da copa (1), a sala de jantar (2), a sala de entrada (3), o foyer (4), a sala de música (5), e a sala dos retratos da família (6). (Crédito da Ilustração: cópia de planta encontrada na mapoteca do IPHAN, 5ª. Superintendência Regional).

Fonte: Carvalho, 2002, p.180.

Sousa (1999, p. 150) expõe sobre a sua volumetria que “a massa apresenta-se na elevação principal, fragmentada em quatro volumes dispostos segundo eixos, (um vertical e os demais, horizontais) que convergem para um ponto central”. O edifício,

ainda segundo descreve o mesmo autor, recebeu um tratamento requintado, contendo em sua fachada principal um pórtico térreo com arcadas e em cima recebeu um terraço (**Figura 54**). “Dão o tom dominante do desenho da fachada as vergas semicirculares dos vãos, decoradas com finas arquivoltas e assentadas sobre impostas levemente salientes” (SOUZA, 1999, p. 150).

Na fachada principal, o pórtico em arcada dá origem ao terraço com balaustrada. As portas e janelas dessa fachada são de arco pleno, folhas venezianas e vidros. O pavimento superior possui três portas em arco pleno com folhas venezianas, dando para o terraço. O frontão triangular, vazado por óculo no tímpano, é encimado por estátua e platibanda corrida. Os corpos laterais possuem fachada principal com três janelas, telhados de duas águas para frente, escondido por platibanda. Nas laterais, três janelas e uma porta de cada lado, de vergas retas. Há também a mansarda, com janela ladeada por óculos redondos (CARVALHO, 2002, p.174 apud CARRAZZONI, 1980 p. 298).

Figura 54 - Solar Rodrigues Mendes atual Academia (mapa 2 - item 05).



Fonte: Fonte: Sousa, 1999, p. 151

Ao tempo da reforma realizada pelo Barão Rodrigues Mendes, o Solar recebeu um revestimento externo de azulejos portugueses, certamente pelo fato de ele ser natural de Portugal. Conforme Carvalho (2002), no século XIX iniciou-se o uso de azulejos na arquitetura civil. Anteriormente à esse período, era apenas usado em construções religiosas. A calçada também foi reformada e recebeu a colocação de pedras de lilós, assim como “a balaustrada de louça branca do terraço descoberto do 1º andar, os jarrões e as pinhas de louça branca da fábrica de Santo Antônio no Porto, e figuras ornamentais, inclusive o "mercúrio" da fachada” (CARVALHO, 2002, p.174).

Considerando o interior da casa, foi somado à residência uma copa, ante copa, uma escadaria anexada à copa e um torreão, segundo descreve Carvalho (2002). Uma observação pertinente feita por Menezes (2019) é que esta reforma foi útil para criar um acréscimo desde o sótão, prolongado sobre a ala de serviço e agregada à casa, incluindo quartos e um banheiro. No entanto, foram demolidos quando uma posterior intervenção restauradora foi feita na edificação, resgatando a simetria do estilo neoclássico originário.

Sobre a decoração interna do Solar, seguia o contexto da arquitetura residencial no século XIX, a maioria das residências da alta sociedade do Recife oitocentista aderiram à características semelhantes. Segundo Carvalho (2002), nas salas da residência, as paredes exibiam um papel de parede francês, não mais existentes no atual edifício, sendo comum nas casas burguesas a partir da segunda metade do século XIX. Na sala de jantar principal do Solar Rodrigues Mendes, haviam seis murais de pinturas à óleo, realizadas pelo pintor francês Eugênio Lassailly, os quais ainda permanecem no mesmo lugar. Ainda compunham as suas salas, lustres de cristal Baccarat e jarros de louça fina, ambos de origem francesa (**Figura 55 e 56**). E “Na sala dos retratos da família, as molduras douradas dos retratos eram francesas. Muito se utilizou, a burguesia da época, das molduras francesas douradas, para emoldurar os retratos, paisagens e terras de propriedade familiar.” (CARVALHO, 2002, p.177).

Os tetos, tanto das salas do térreo quanto do primeiro andar, são estucados com frisos e florões. Na sala de jantar pende enorme lustre de cristal pico de jaca, com 12 braços de luz p/ gás carbônico e agora adaptados para luz elétrica. No final do XIX os forros em madeira, tão utilizados anteriormente, vão cedendo espaço aos forros estucados, ricamente adornados e inspirados no Rococó francês (CARVALHO, 2002, p.177).

Figura 55 – Sala de Jantar com lustre Baccarat. Fotografia antes da restauração.



Fonte: Menezes, 2019.

Figura 56 – Vestíbulo do Solar Rodrigues Mendes, Recife – PE.



Fonte: Menezes, 2019.

A então residência, atualmente é sede da Academia Pernambucana de Letras (**Figura 57**), tombada no ano de 1968 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

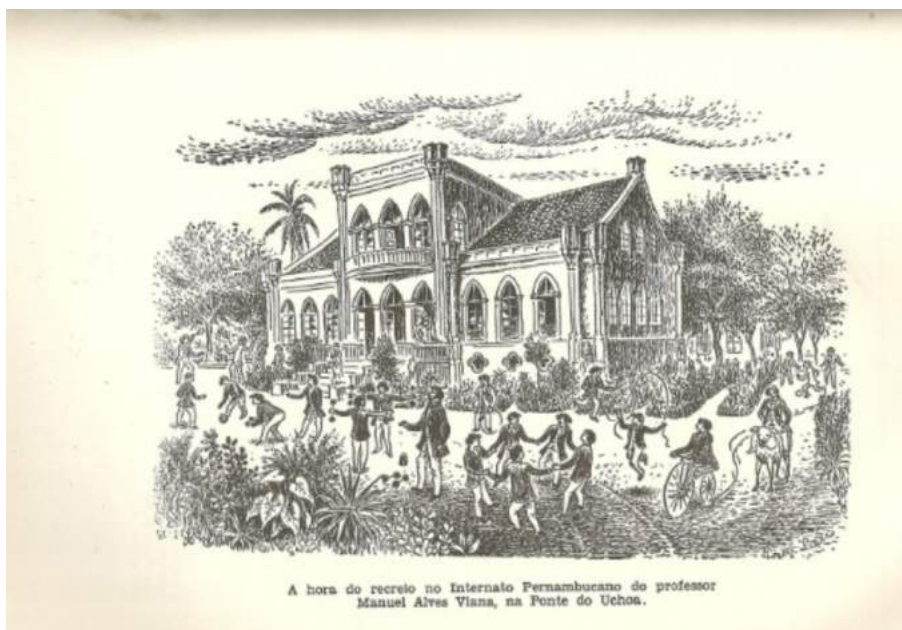
Figura 57 – Atual Academia Pernambucana de Letras (mapa 2 - item 05).



Fonte: Roteiros PE, 2020.

Uma outra residência que chama atenção, também na passagem da Ponte D'Uchoa, é o Palacete do comerciante inglês Henry Gibson, construído em 1847 ao estilo neomanuelino, em referência ao estilo Manuelino, caracterizado por uma variação portuguesa do gótico no reinado de Dom Manuel (1469-1521). A edificação é referência de um estilo e trata-se de um dos poucos edifícios neomanuelinos construídos no Brasil e o único de importância que tenha sido erguido no Brasil por um particular (**Figura 58**).

Figura 58 – A residência quando era o Internato Pernambucano do professor Manoel Alves, 1877.



Fonte: Gibson, 2012.

A mansão, segundo Sette (1948) tem frente para a Av. Rui Barbosa e fundos para o Rio Capibaribe, com acesso exclusivo a este. Na segunda metade do século XIX, usava-se o Capibaribe como balneário e em suas margens, outras belas residências foram edificadas. Conforme Sette (1948) era onde a Sociedade Pernambucana de então passava os verões, fugindo do calor.

A imponente mansão foi uma das primeiras construções a mesclar elementos historicistas em Pernambuco. Foi considerada, pela imprensa da época, como uma “construção de mau gosto” (Diário de Pernambuco de 12 de novembro de 1855). Os comentários se devem, em parte, ao fato de o edifício ser a primeira residência no estado a se utilizar de uma ornamentação com influências neomanuelinas e neogóticas, esta última, ainda muito ligada às construções religiosas.

Depois do falecimento de Henry Gibson, no Jornal do Recife de 1875, foi anunciado um leilão que informava os imóveis de propriedade dos herdeiros de Henry e na relação estão estes dois itens: "uma parte do engenho Forno da Cal" e também "uma parte da grande casa e sítio na Ponte D'Uchoa, do finado Henry Gibson" (GIBSON, 2012). Assim, posteriormente, na residência funcionou o Internato Pernambucano, considerado o mais aristocrático colégio da época, sob a direção do professor Manoel Alves Viana, no então governo do Barão de Lucena.

Atualmente a casa pertence à família Batista da Silva, descendentes de Jorge Batista da Silva, banqueiro do Banorte e importante industrial da segunda metade do século XIX, que procedeu uma reforma, acrescentando um segundo piso nas laterais da construção, igualando-os com o bloco central da casa, no entanto, tiveram o cuidado de preservar o estilo (**Figura 59**). Uma outra modificação foi que se antes a fachada principal era voltada para o rio Capibaribe, hoje em dia não é mais, pois a família Batista da Silva transformou a parte limítrofe com o rio em área de lazer íntimo da família (**Figura 60**).

Figura 59 – Antiga residência do comerciante inglês Henry Gibson, construída em 1847, em estilo neomanuelino. Recife – PE (mapa 2 - item 06).



Fonte: Pedro Valadares, 2006.

Figura 60 – Atualmente, residência da família dos Batista da Silva, Recife, PE (mapa 2 - item 06).



Fonte: Gibson, 2012.

Conforme explica Sette (1978), no final do século XIX, o serviço de transporte do Recife passou a contar com os bondes elétricos da Pernambuco Transway, conectando quase todos os subúrbios aos bairros do Recife. As maxambombas pararam de circular na paisagem dos arrabaldes e, por volta de 1916, passam a circular os bondes elétricos que chegavam no arrabalde de Casa Forte.

Diante disso, através das estradas que conectavam as áreas consideradas como distantes passou a se integrar ao restante da cidade. Pouco a pouco, esta área vai se modernizando e se incorporando à cidade. Esta incorporação, apesar de ter como fator principal às linhas de circulação, foi condicionada também pelo transporte fluvial porque não foram abandonadas as vantagens do rio, seja como transporte ou lazer.

Com certeza, os transportes foram de grande importância para a incorporação dos arrabaldes à malha urbana da cidade. Dessa forma, “aos poucos esses sítios

deixaram de servir apenas para passatempo de festas, tornaram-se bairros residenciais” (SETTE, 1978, p 119).

4.2 Primeiras décadas do Período Republicano

No fim do século XIX, muitos dos arrabaldes já haviam se transformado em povoados e com a urbanização, tornaram-se bairros. Ocorreu também uma evolução fundiária, já que muitos sítios foram divididos. Mello (1987, p.64) esclarece que “esses sítios foram sendo divididos em terrenos para residências, através de loteamentos, pelos seus proprietários e por pessoas ou empresas que os adquiriam”.

Com a chegada do século XX, o avanço capitalista e o ideal de progresso atingem o Recife, que não poderia fugir a esse contexto de modernização. Diante dos avanços tecnológicos, novas relações de trabalho e produção, advindos dos reflexos da Primeira Guerra Mundial, o marco decisivo de um novo tempo que vigorava, Recife, então ainda uma cidade provinciana e reconhecidamente tradicionalista, se viu impressionada com as transformações e, principalmente, da rapidez com que aconteciam.

No início do século XX, o Recife era uma cidade muito influente, só perdia em importância político-econômica para o Rio de Janeiro. Em 1910, a cidade pretendia se modernizar, tal como ocorreu com Paris no século XIX, através da reforma do porto e construções de largas avenidas, sem preocupação com a preservação dos edifícios históricos, a maioria dos quais completamente demolidos. Como em todo o Brasil, isso afetou as graves diferenças sociais e assim, iniciou-se um período de agitação cultural. Essa fase de grande crescimento da cidade e reformas urbanas no Recife, sendo os principais objetivos melhorar a mobilidade e embelezar a cidade, mostrou uma preocupação com a higiene e a salubridade no meio urbano. Diante desse fato, a adoção do estilo eclético nas reformas das construções existentes e nas novas construções foram implementadas na maioria da cidade.

Nessas circunstâncias, destaca-se, entre 1909 e 1913, o plano de saneamento elaborado pelo engenheiro Saturnino de Brito. Este plano, além de adotar um sistema de saneamento para a cidade através de rede coletora, trouxe importantes benefícios como construções mais salubres em lotes estreitos. Ao que se refere às

tipologias construtivas, os principais reflexos dessas mudanças no Recife foi a busca da modernização das edificações, observadas no início de um processo de verticalização e do afastamento das tipologias características do período colonial e imperial. Percebe-se que a fidelidade ao estilo neoclássico deu lugar ao gosto eclético.

Alguns arquitetos procuravam seguir influências de diversos estilos em uma única construção, utilizando influências do Barroco, Arte Oriental, Clássico e também dos recém surgidos Art Déco e Art Nouveau. [...] A arquitetura Eclética tem para a história grande valor porque relata esses momentos de profundos paradoxos na vida do homem moderno. [...] Acontecia um crescimento rápido de muitas cidades brasileiras, de maneira que no início do séc. XX, a casa [...] ganha um acesso e varanda laterais e comumente é geminada com sua vizinha. Os portões e gradis são de ferro e essa casa pode receber ainda uma profusão de influências de períodos distintos do passado (ARALDI e VISOLI, 2009).

Algumas outras características da arquitetura eclética confirmam que novos traços foram combinados com novos espaços para atender ao desejo por uma moradia mais elegante.

No centro de uma das questões fundamentais do Ecletismo (está) a da representação, a da teatralização da vida. Não é por acaso que sua manifestação mais importante se concentra na fachada [...] a arquitetura deve ser representativa, deve evidenciar através da forma exterior e da estrutura o status de seu ocupante, seja ele o Estado, seja ele o indivíduo particular. É por isso que a decoração se torna um elemento indispensável a ser usado em larga escala, que se multiplica a função ilusionista dos materiais (FABRIS, 1993).

Fabris (1993) afirma que nos bairros de classe intermediária e também em bairros de população menos favorecida economicamente, verificou-se o surgimento de edificações mais simples que “sintetizavam as aspirações de prestígio e ascensão social de seus habitantes e a vontade de contribuir, na medida do possível, à qualificação e ao embelezamento da cidade, patrimônio imaginário comum a toda a sociedade”.

Segundo Reis Filho (1996) o ecletismo nesta época propunha uma pacificação entre os estilos, sendo um condutor estético eficiente para a compreensão de avanços tecnológicos importantes. Permitindo ser possível aos arquitetos soluções construtivas e plásticas mais complexas, tornando ainda viáveis recursos de conforto semelhantes aos de moradias da Europa.

Ao mesmo tempo em que o Ecletismo se tornava popular, conforme descreve Cantarelli (2020) outro movimento ganhou força, qual seja, a Arquitetura Historicista, ou Revivalista, que já havia chegado ao Brasil no século XIX, a exemplo do palacete do comerciante inglês Henry Gibson, que buscava recriar estilos arquitetônicos do passado. Diante do avanço das técnicas arqueológicas que ocorreu ao longo do século XIX, permitiu a realização de cópias idênticas dos edifícios antigos, possibilitando que todos os períodos da história da arquitetura pudessem ser revividos, tal qual eram no passado. O mesmo autor ressalta que o Revivalismo na arquitetura é um movimento que buscou resgatar em novas edificações os elementos tirados de obras antigas. O gosto pessoal passou a ser o guia construtivo e todos os estilos estavam liberados, inclusive os mais exuberantes. Surgiram assim, construções Neogóticas, Neobarrocas, Neomouriscas, Neobizantinas, Neochinesas ou Neopersas, entre outras.

Diferenciando-se do Ecletismo, o Revivalismo buscava uma reprodução mais fiel dos modelos antigos, enquanto nos edifícios ecléticos a composição era completamente nova e fantasiosa. Os limites que diferenciam os dois movimentos são muito tênues e, por esse motivo, alguns autores consideram que os Revivalismos fazem parte do Ecletismo (CANTARELLI, 2020, p. 15).

No Recife, o ecletismo é mais acentuado de 1890 até 1930, período que aos poucos arquitetura do período colonial e imperial de sobrados magros e altos construídos em lotes estreitos foi substituída por uma arquitetura de grandes edifícios ecléticos, como as sedes do London & River Plate Bank, da Companhia Aliança da Bahia ou da Associação Comercial, marcadas por influências historicistas europeias (**Figura 61**).

Figura 61 - Avenida Marquês de Olinda após a Reforma do Bairro do Recife, início do século XX.



Fonte: Cantarelli, 2020.

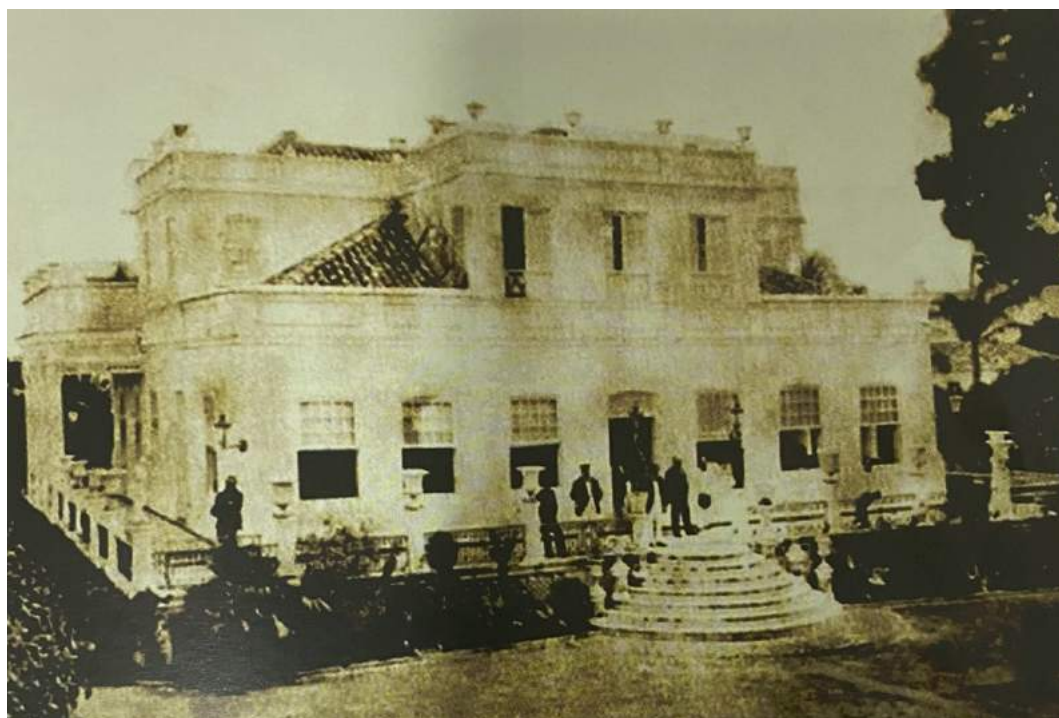
No entanto, a arquitetura de caráter historicista não se fez presente apenas no centro da cidade, mas também se popularizou pelos arrabaldes do Recife. O palacete de dois andares, que hoje abriga o Museu do Estado de Pernambuco, antes o antigo solar imperial do Dr. Augusto Frederico de Oliveira, neto do Barão de Beberibe, é exemplo das transformações que muitas construções passaram para se modernizar. Em 1878, o prédio foi modificado com o acréscimo do segundo pavimento, conforme indica Menezes (2019), possuindo belo jardim repleto de acácias, flamboyants, mangueiras, goiabeiras, jambeiros, entre outras árvores. Já em 1906 o palacete passa por outra modificação e apresenta seu lado eclético nas janelas de inspiração góticas da casa original, nas colunas clássicas e nas musas gregas que decoram a varanda (**Figuras 62, 63, 64 e 65**).

Figura 62 – Palacete de Augusto Frederico de Oliveira, Litografia de Henrich Carls, Ponte d'Úchoa, 1878 (mapa 2 - item 07).



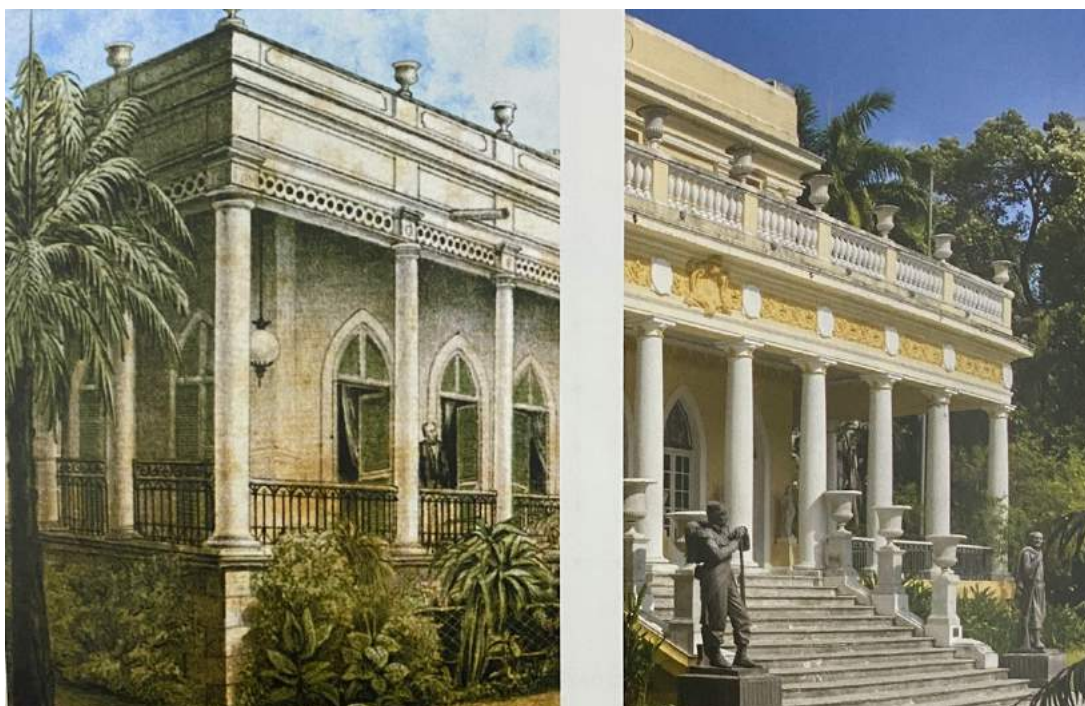
Fonte: Menezes, 2019.

Figura 63 – Após reformas de Augusto Frederico, 1930.



Fonte: Menezes, 2019.

Figura 64 – Comparação entre as duas intervenções.



Fonte: Menezes, 2019.

Figura 65 – Atual Museu do Estado de Pernambuco (mapa 2 - item 07).



Fonte: Menezes, 2019.

Figura 66 - Conjuntos de edifícios na Rua da Santa Cruz, Boa Vista (mapa 03 – item 08).



Fonte: Edja Trigueiro, 1986.

Figura 67 - Palacete eclético localizado na Avenida Manoel Borba, nº 292, Boa Vista (mapa 03 – item 09).



Fonte: Edja Trigueiro, 1986.

Figura 68 - Casas ecléticas conjugadas, localizadas na Rua Capitão Lima, nº 307 e 321, Santo Amaro (mapa 03 – item 10).



Fonte: Edja Trigueiro, 1986.

A atual área do bairro da Madalena foi no passado uma das grandes zonas produtoras de açúcar. Com o passar do tempo, transformou-se em sítios onde a nobreza recifense do século XIX veraneava, à época dos banhos de rio no Capibaribe (**Figura 69**). Assim, formou uma das ruas mais charmosas do Recife, Rua Benfica (**Mapa 04**), onde os casarões dos jardins vistosos e dos bailes nas varandas se destacavam.

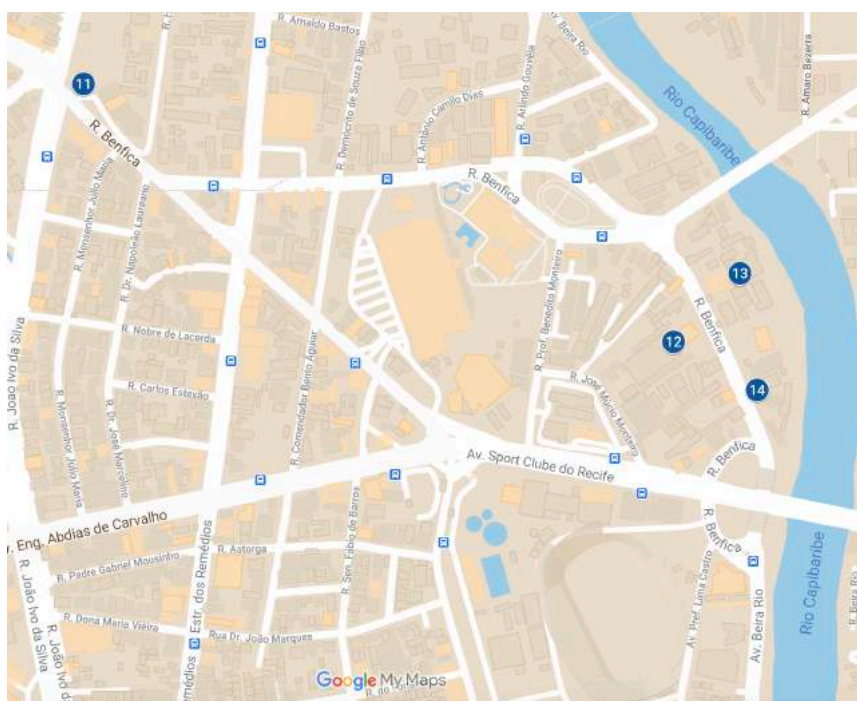
A área de moradias do bairro da Boa Vista terminava, junto ao Rio Capibaribe, diante da Ilha do Retiro, que na época pertencia à Madalena. “Desde a atual Praça do Chora Menino, um caminho seguia, hoje Rua do Paissandu, até uma passagem em barco para as terras do Engenho da Madalena (MENEZES, 2019, p. 14).

Figura 69 - Casarões na Passagem da Madalena, 1890.



Fonte: Dantas, 2020.

Mapa 4 - Exemplares Arquitetônicos, Benfica.



Legenda

- 11
Solar da Madalena, no estilo Eclético, atual Museu da Abolição, séc. XIX. Rua Benfica, 1150.
- 12
Palacete de Frederika von Söhsten (1860), no estilo Eclético, atual Blue Angel recepções. Rua Benfica, 251.
- 13
Casarão em estilo Sarraceno, início do séc. XX, atual Colégio GGE. Rua Benfica, 286.
- 14
Casarão no estilo Eclético, séc. XIX, atual sede da FACEPE. R. Benfica, 150.

Fonte: autora, 2020.

Um exemplo do esplendor das residências da Rua Benfica é o Casarão da Madalena, com arquitetura típica do século XIX, conhecido como Sobrado Grande da Madalena (**Figura 70**). A casa-grande onde viviam os proprietários possuía desde sua construção dois pavimentos. Conforme relata Carvalho (2002) no pavimento térreo existem várias arcadas, o que pode-se concluir que, outrora, era destinado à arrecadação, ficando o primeiro andar para a moradia da família, com entrada principal pelo lado da rua do Benfica. O pavimento térreo abrigava ainda, o armazém de formas de açúcar e cavalariça.

O Solar da Madalena foi onde residiu o terceiro Barão de Goiana, João Alfredo Correia de Oliveira, conselheiro na época do Império. E serviu de Paço Imperial hospedando a 2ª Imperatriz em 1859.

Figura 70 - Solar da Madalena, século XIX (mapa 04 – item 11).



Fonte: Dantas, 2020.

O casarão sofreu alterações nas fachadas na segunda metade do século XIX, recebendo revestimentos em azulejo português, acresceu platibanda sobre cornija saliente e arremate vertical com cunhais. Dessa reforma veio a conformação classicista que mantém até os dias atuais.

Foram aplicadas molduras de massa nas janelas e balcões exteriores e realçadas ombreiras e vergas. A porta frontal compõe, juntamente com 3 janelas envidraçadas de cada lado, de vergas arqueadas, a fachada principal. No pavimento superior, temos sete janelas rasgadas e envidraçadas, com balcões sacados guarnecidos por gradis, intervenção muito comum a partir da introdução dos artefatos de ferro importados de que foi alvo o Brasil quando da abertura dos portos para a Inglaterra. As janelas e portas laterais seguem a mesma conformação (CARVALHO, 2002, p.103).

Atualmente é o Museu da Abolição. Passou por uma restauração na década de 1960 para abrigar sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), mantendo-se as fachadas oitocentistas (**Figura 71**).

Figura 71 - Solar da Madalena, atual Museu da Abolição (mapa 04 – item 11).

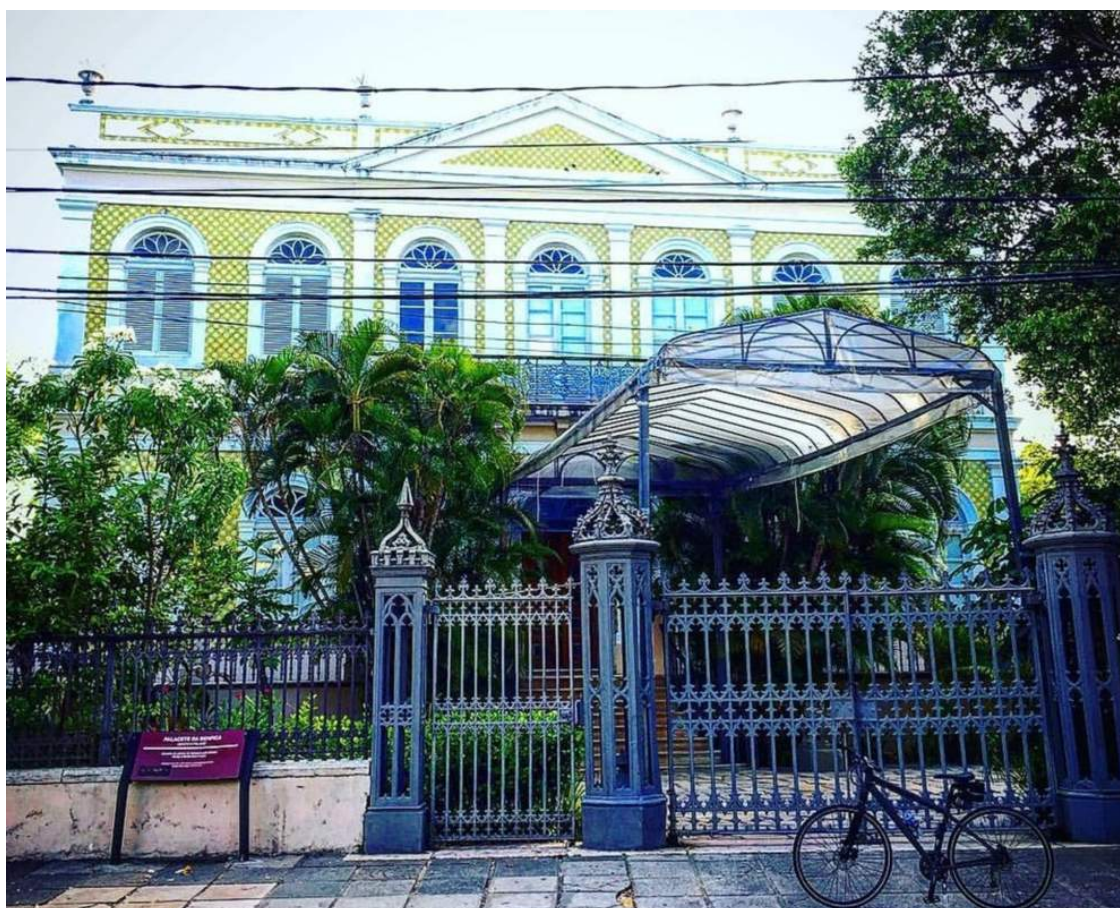


Fonte: Dantas, 2020.

Outros palacetes importantes para nosso patrimônio histórico e que denotam o brilho do século XIX e início do século XX que o Recife viveu estão também na Rua Benfica com estilos neoclássico, eclético, neomourisco, entre outros que caracterizaram esse período. A mansão de Frederika von Söhsten é um exemplar ao gosto neoclássico da arquitetura recifense localizado no número 251, desta rua da Madalena e teve a sua construção no século XIX, na década de 60, fruto também da

sociedade açucareira de Pernambuco. Possui fachada simétrica, com emprego de azulejos portugueses e está disposta em dois pavimentos. O conjunto arquitetônico oitocentista é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e hoje abriga a casa de recepções Blue Angel (**Figura 72**).

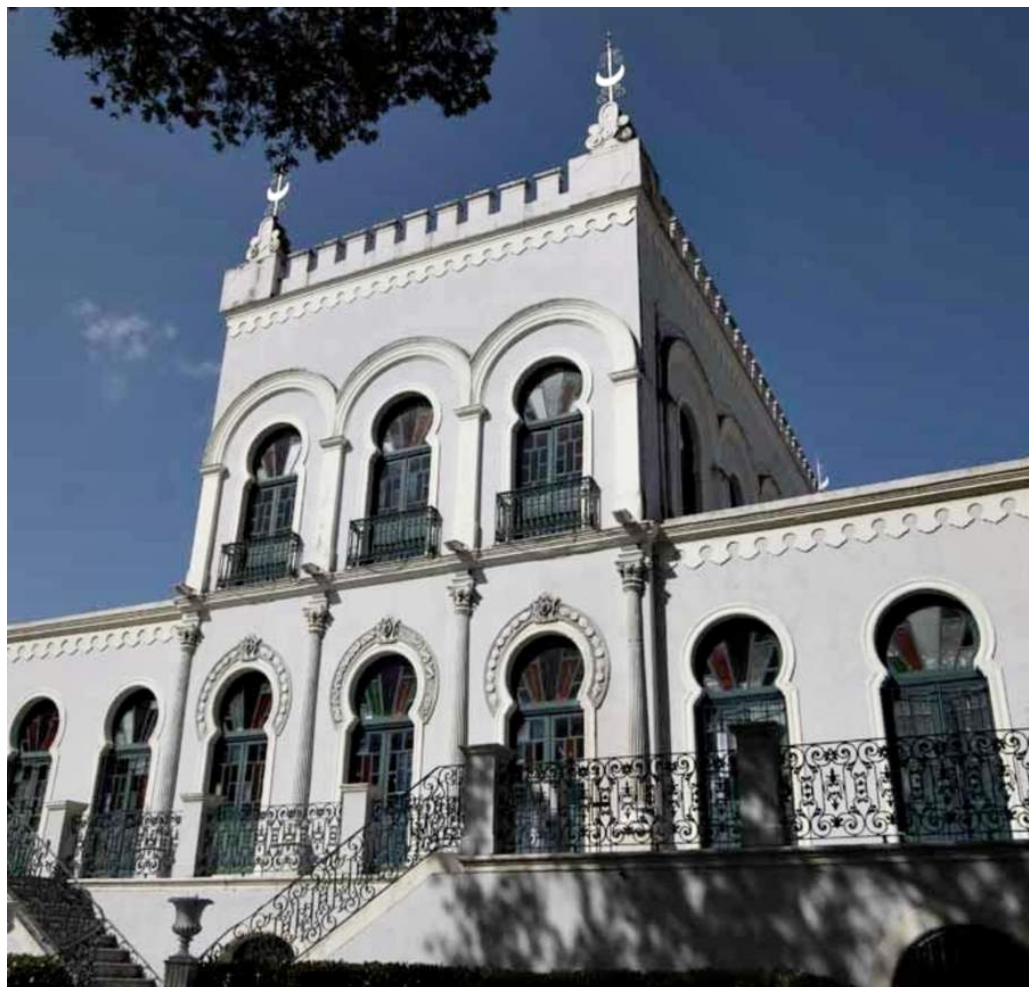
Figura 72 - Palacete de Frederika von Söhsten, hoje Blue Angel recepções (mapa 04 – item 12).



Fonte: Dantas, 2020.

Uma outra edificação eclética localizada no nº 286, desta rua, ficou conhecida como o Sobrado Sarraceno, onde funcionou a Pensão Landy. Foi um importante lugar de encontro de políticos e empresários, nas primeiras décadas do século XX. O palacete foi da alemã Alma Von Landy e possui detalhes como arcos em ferradura, típicos da arquitetura mourisca e uma torre central encimada por ameias. O estilo pode ser percebido também nos vitrais coloridos e nos detalhes da fachada, ainda conservados. Cantarelli (2020, p.98) esclarece que “percebe-se a presença, em seus acrotérios, do Crescente, elemento símbolo do Império Otomano, que comumente coroa minaretes de mesquitas, fazendo da edificação o único exemplar neoárabe existente em Pernambuco” (**Figura 73**).

Figura 73 - Casarão em estilo Sarraceno, hoje Colégio GGE (mapa 04 – item 13).



Fonte: Dantas, 2020.

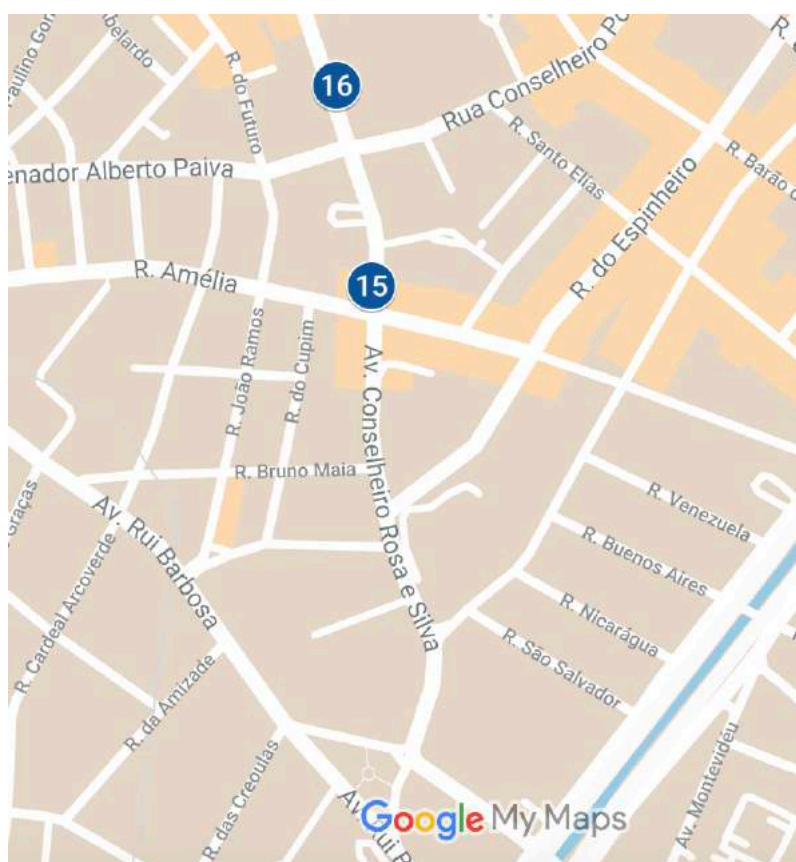
O casarão onde já funcionou a antiga Escola de Belas Artes da Universidade de Pernambuco também faz parte do acevo de casarões das famílias mais abastadas da sociedade pernambucana. O Solar do Amorim, atualmente abriga a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (Facepe). A edificação neoclássica possui duas esculturas de leões, posicionadas ao lado do portão de acesso ao imóvel, mantidas desde sua construção, no século XIX. Segundo Menezes (2020) a composição é simétrica e o pavimento térreo da moradia esta situado acima do nível natural do terreno (**Figura 74**).

Figura 74 - Casa nº 150, Rua do Benfica, hoje sede da FACEPE (mapa 04 – item 14).



Fonte: Dantas, 2020.

Uma outra área da cidade do Recife onde também foram edificadas residências de famílias mais abastadas no século XIX e início do século XX foi na atual Avenida Rosa e Silva (**Mapa 05**) que recebeu esse nome por conta da influencia do líder político da oligarquia açucareira e vice-presidente no governo Campos Sales, o Conselheiro Rosa e Silva. Em quase todo o seu trajeto, esta Avenida apresenta edificações antigas que guardam e contam a história da arquitetura recifense com casas ecléticas.

Mapa 5 - Exemplos Arquitetônicos, Aflitos.**Legenda**

15

Solar Costa Azevedo (1934), no estilo Eclético. Av. Conselheiro Rosa e Silva, 707.

16

Palacete J.J de Melo (1928), no estilo Eclético. Atual sede do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Av. Conselheiro Rosa e Silva, 950.

Fonte: autora, 2020.

Como exemplo dessa arquitetura tem-se o Palacete Costa Azevedo, projetada pelo arquiteto italiano Giacomino Palumbo, em 1934, o mesmo que projetou o Palácio da Justiça de Pernambuco, localizado na Praça da República (**Figura 75**). O casarão possui área de 1.215 metros quadrados e uma planta assimétrica. A volumetria saliente está disposta, em volta de um torreão central, possuindo dois pavimentos, onde o terceiro andar é ocupado apenas por um mirante. O proprietário ainda o adornou com um grande vitral, do alemão Heinrich Moser. O toque final foi dado com louças e metais sanitários da Inglaterra. Ademais, a residência possui vários bens artísticos integrados à construção como forros em estuque, pinturas parietais, um elevador de ferro fundido e lustres em cristal. Atualmente o palacete pertence ao edifício residencial de mesmo nome, servindo de espaço de eventos do prédio.

Figura 75 - Casarão Costa Azevedo, Av. Rosa e Silva, nº 707, Graças. Construído em 1934 (mapa 05 – item 15).



Fonte: Dantas, 2020.

Uma outra importante residência desta área é o Palacete J.J. de Melo, hoje sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em Pernambuco (**Figura 76**). O casarão de número 950 da Avenida Conselheiro Rosa e Silva, foi construído com estilo eclético em 1928, solto no grande terreno, possuindo três pavimentos, sendo o último um mirante. A edificação possui um jogo de volumes assimétrico, com aberturas de formas variadas. Destaca-se o módulo central da fachada que remete a um templo grego, embora sem entablamento, ao mesmo

tempo em que se utiliza outros elementos revivalistas, a exemplo dos três arcos do mirante, combinação comum na arquitetura românica.

Figura 76 - Palacete J.J. de Melo, hoje sede do INCRA Pernambuco (mapa 05 – item 16).



Fonte: Dantas, 2020.

Nos bairros do Recife são facilmente encontrados alguns exemplos de residências em estilo eclético (**Apêndice A**), sejam elas edifícios simples, mais antigos, atualizados para o novo gosto arquitetônico em voga no século XIX e primeiras décadas do século seguinte, sejam novas construções, como os palacetes que serviram de morada a uma nova camada social emergente da época.

*“Há tempos em que é preciso abandonar as roupas usadas
que já tem a forma do nosso corpo.
E esquecer os nossos caminhos
que nos levam sempre aos mesmos lugares.
É o tempo da travessia.
E se não ousarmos fazê-la,
teremos ficado para sempre à margem de nós mesmos”
- Fernando Pessoa -*

5. CONCLUSÕES

A trajetória da arquitetura brasileira e as transformações que ocorreram desde a chegada dos colonizadores portugueses no país fizeram parte introdutória da pesquisa desse trabalho. Assim, conforme entendimento de Weimer (2012) determinados aspectos resistiram à passagem do tempo, as relações entre modo de vida, condicionantes climáticos, disponibilidade de materiais, conhecimentos técnicos, e outros, constituíram fatores que, combinados, conformaram as principais características das moradias brasileiras.

As moradias do Brasil, desde o início da colonização, caracterizaram-se por uma organização espacial interna dividida em três setores básicos: a zona de recepção, a zona de estar/íntima e a zona de serviço. Segundo Lemos (1989) essa conformação estrutural havia sido definida a partir dos costumes portugueses, mas foi também influenciada pelas características do território, o qual apresentava temperaturas quentes na maior parte do ano. O período colonial foi marcado pela sociedade patriarcal e pelo uso da mão-de-obra escrava, fatores que influenciaram o modo de habitar a casa. Ao mesmo tempo, o uso do trabalho escravo para a realização das tarefas domésticas contribuiu para o descaso dos proprietários em relação às áreas de serviço. Não havia assim, uma preocupação em aprimorar as condições de execução dessas tarefas, nem interesse em melhorar os espaços internos, com o intuito de tornar mais eficiente a realização dos serviços domésticos. De tal forma que esses condicionantes acabaram por contribuir para que a estrutura das casas não sofressem grandes alterações por mais de dois séculos.

Os engenhos, propriedades rurais fundamentais para a manutenção da sociedade colonial, contavam ainda com as senzalas e com as capelas. As primeiras eram edificações muito simples, divididas em pequenos cômodos sem recursos, destinados ao repouso dos escravos. Em relação às capelas, eram construções um pouco mais elaboradas, devido à grande importância que a religião tinha naquele

período. A casa dos senhores de engenho, a casa-grande, apresentava-se em maiores dimensões, com mais cômodos, além de ser estruturada na tradicional divisão dos três setores, separando as atividades.

Essas relações também existiam nos centros urbanos, onde as acomodações dos escravos foram substituídas por cômodos precários localizados nos fundos dos lotes, em sótãos ou no pavimento térreo dos sobrados. Os costumes tradicionais no período colonial estavam assim fortemente apoiados na estrutura da sociedade patriarcal e escravocrata, além da importância que se dava à religião conforme entendimento de Freyre (1951).

No período colonial, os recursos eram escassos e a disponibilidade de materiais acabava limitando as técnicas construtivas em cada região. Diante disso, as construções não apresentavam muitas diferenças entre si. Contudo, mesmo diante da escassez de recursos, as moradias também exerciam um papel importante sociedade e, neste caso, as distinções se estabeleciam em função do tamanho das edificações.

Nesse contexto, muitos proprietários procuravam dotar as suas residências de aspectos mais sofisticados, mas não o faziam em toda a casa. Segundo Carvalho (2002) eles ornamentavam e decoravam apenas os espaços que seriam vistos e frequentados por pessoas de fora do núcleo principal da família, como a fachada frontal e a sala de visitas.

Com as transformações que ocorreram no século XIX, sobretudo após a chegada da corte portuguesa ao Brasil, em 1808, surgiu a possibilidade de melhorar e embelezar as residências, as pessoas de classe mais abastadas podiam dotar suas casas de elementos que pudessem sugerir uma distinção maior. Esse acontecimento significou um marco de grande importância para o Brasil, em várias instâncias, uma vez que esse território deixava de ser apenas uma colônia e passava a ser a sede do reino. O Rio de Janeiro, cidade onde a corte foi instalada, ganhava novos ares de modernidade e passava por uma série de transformações consideradas necessárias naquele momento sob forte influência estrangeira, principalmente Paris.

Nesse contexto, a abertura dos portos às nações amigas foi determinante, pois o Brasil passou a ter acesso direto aos bens industriais importados e às demais

inovações europeias. A presença da corte no Rio de Janeiro foi fundamental também para a modificação em determinados hábitos tradicionais da sociedade brasileira. A vida social dos europeus que chegavam ao Brasil era mais intensa e valorizava-se muito o ato de receber. Ao mesmo tempo, esses novos hábitos de influência europeia, juntamente com o acesso maior aos bens importados, contribuíram para fortalecer e diversificar os costumes.

O rei de Portugal, instalado no Brasil, procurou promover o desenvolvimento do país e, diante desse objetivo, uma das principais medidas que tomou foi a organização de uma Missão de artistas franceses que chegaram ao Brasil em 1816, os quais contribuíram de forma decisiva para a implantação dos princípios do neoclássico que se estabeleceu como o estilo da nova ordem do país. Esse estilo tinha grande significação simbólica, pois representava um novo tempo para o Brasil, momento em que o país deixava de ser colônia e buscava sua inserção junto às principais nações do mundo ocidental, sobretudo a França. Contudo, mesmo com a presença dos artistas da Missão Francesa em determinadas cidades do país, o neoclássico raras vezes foi incorporado com o rigor dos princípios orientadores desse estilo. O que se verificava, na maioria dos casos, especialmente nas províncias e nas localidades mais afastadas dos principais centros, era uma incorporação superficial dos detalhes desse estilo. Além disso, surgiram também muitas obras de reformas em edifícios coloniais. O objetivo era mudar a feição destas edificações, acrescentando detalhes e ornamentos que lhes conferissem uma aparência neoclássica.

Contudo, apesar dessas dificuldades e limitações, alguns conhecimentos sobre salubridade das edificações começaram a ser incorporados, como as casas com porão alto. Naquele momento, valorizava-se a entrada de ar e luz em todos os cômodos, fato que acabou abolindo as alcovas das novas residências do século XIX, que, juntamente com a solução do porão alto, tornaram-se importantes transformações implementadas nas casas, sob influência dos novos conhecimentos sobre salubridade. Essa foi a principal modificação das casas promovida pela primeira metade do século XIX. Aspectos como a valorização do ato de receber e uma maior variedade dos recursos ornamentais e decorativos também São apontados como mudanças ocorridas, mas estas não chegaram a promover transformações mais decisivas na estrutura das casas brasileiras.

Na segunda metade do século XIX, a Abolição da Escravatura foi um outro acontecimento de grande importância, com a libertação dos escravos no Brasil, todos os setores que contavam com esses trabalhadores tiveram que encontrar soluções para substituir essa mão-de-obra. Tal situação se refletiu também nas residências, as quais contavam com empregados cativos para a execução dos afazeres domésticos, tanto no campo, quanto nos núcleos urbanos. Diante disso, conforme Veríssimo e Bittar (1999) fez-se necessária uma revisão do espaço da casa, com o intuito de torná-la menos dependente de um número muito grande de criados para a sua manutenção. Além disso, essa nova situação passou a demandar a presença dos moradores, principalmente da dona de casa, nos espaços da área de serviço, fato que contribuiu para melhorar e modernizar as condições dessas dependências.

As novidades e inovações tecnológicas, assim como os novos conhecimentos e ideias, chegavam cada vez mais rápido nas mais diversas regiões do país, sobretudo através da ferrovia. Da mesma forma, o acesso aos novos materiais e a disseminação de novas técnicas construtivas também foram ampliados. Isso contribuiu significativamente para a difusão e incorporação do ecletismo que, com a Proclamação da República, ganhava maior proeminência dentro do cenário nacional. Assim, o ecletismo, que já figurava nas principais cidades europeias, foi rapidamente adotado nesse período no Brasil.

O ecletismo incorporou os avanços técnicos e tecnológicos de seu tempo, mas como eles não estavam de acordo com a aparência de modernidade pretendida, foram camuflados nas composições, mas não eliminados. Como explica Cantarelli (2020) o ecletismo teve grande aceitação, por parte dos brasileiros, durante o século XIX, tendo chegado inclusive até o início do século XX.

O período do século XIX e início XX teve então grande importância para a arquitetura residencial. Nesse sentido, a adoção do ecletismo como estilo oficial da república estava carregado de um desejo por se aproximar cada vez mais dos principais centros do mundo ocidental do período, o que promoveu uma valorização muito grande dos aspectos estrangeiros e um desejo por se distanciar de tudo aquilo que tivesse relação com os períodos colonial e imperial brasileiros.

Em Recife não foi diferente, ao longo do século XIX, a cidade do Recife passou por diversas transformações e com a abertura dos Portos às Nações Amigas em 1808, a capital pernambucana passou a receber diversos estrangeiros em suas terras, principalmente oriundos da França e da Inglaterra. Fato este que deu ensejo a mudanças nos hábitos sociais da elite recifense e o desejo de uma cidade mais “civilizada”, seguindo as regras da Europa. Com o governo de Francisco do Rêgo Barros, em 1837, a cidade passou por um grande processo de modernização, principalmente, influenciada por características francesas.

O Recife que se construiu nesse recorte temporal não era mais, apenas, ligado ao bairro portuário, aos bairros de Santo Antônio e São José e ao núcleo Antigo da Boa Vista, mas sim um Recife que se espalhou e se adensou pelos arredores da Boa Vista e pelos arrabaldes localizados nas margens dos rios da capital pernambucana.

Os movimentos de ocupação do território recifense estão impressos de forma evidente na malha urbana atual e podem ser facilmente percebidos através das principais vias de penetração a partir da região central, os eixos de expansão da cidade, que acompanham as margens do rio Capibaribe.

O trabalho buscou contemplar a arquitetura residencial do Recife que se expandiu a partir do século XIX e início do século XX. As edificações exemplificadas foram estudadas a partir de características de composição estilística das fachadas. Dessa forma, a linguagem formal das fachadas talvez seja um dos elementos de análise que melhor sejam caracterizadores das edificações, pois são aqueles mais facilmente perceptíveis e que eram de execução onerosa. As composições estilísticas das fachadas que foram identificadas, num primeiro momento, situam as edificações recifenses numa trajetória da história da arquitetura produzida no país. Surgiram assim, construções neoclássicas num primeiro momento e depois ecléticas com variações de estilos Neogótico, Neobarroco, Neomourisco, etc.

Pretendeu-se assim, fazer a identificação de alguns exemplares significativos da cidade para demonstrar em que medida a arquitetura residencial no Recife do século XIX ao início do século XX, seguiu os padrões estilísticos e tipo morfológicos ditos por Lemos (1989), Weimer (2005) e outros teóricos, como recorrentes no Brasil daquele período. Confirmando a hipótese de que apesar da arquitetura residencial no Recife do século XIX ao início do século XX ter seguido os mesmos padrões

vigentes nas demais grandes cidades do país, em Recife seguiu soluções próprias. Haja vista, que ao longo do século XIX e início do século XX, diversas obras arquitetônicas, principalmente as residências das famílias de classe social mais alta, foram construídas na cidade do Recife carregadas de influências estrangeiras e também com condicionantes climáticos, disponibilidade de materiais, conhecimentos técnicos e outros fatores diferentes do resto do país, um exemplo disso é a incorporação do estilo neomanuelino, incomum no Brasil, visto no casarão de Henry Gibson.

Dessa forma, foram apresentados alguns edifícios, como o Solar Rodrigues Mendes, a mansão de Henry Gibson, o Casarão da Madalena, palacete Costa Azevedo entre outras edificações da sociedade pernambucana no recorte temporal especificado.

A arquitetura residencial do século XIX e primeiras décadas do século XX foi de grande valor histórico e concebeu uma sociedade marcada por transformações relevantes em Recife produzindo casas que refletem a importância da alta sociedade recifense. Muitas das quais se fazem existentes até os dias de hoje apesar de, algumas, terem sofrido alterações ao longo do tempo em construções originais, são edificações marcantes na paisagem recifense, sendo exemplares arquitetônicos notórios dos tempos em que o Recife recebeu grande influência estrangeira e vivia um esplendor de uma época áurea, compondo um conjunto significativo de edificações ecléticas.

Durante muito tempo as construções arquitetônicas ecléticas foram menosprezadas pela crítica de arquitetura no Brasil, colocando essas produções em uma posição de ostracismo, hoje já superado. Contudo, essa superação não se deu sem antes ocorrer a perda de vários exemplares significativos de um período relevante da produção arquitetônica recifense, que, nos seus primeiros momentos, não contemplou, nas políticas de preservação de um patrimônio construído.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ANDRADE, Maria do Carmo. **Casa-grande (engenho)**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Acesso em: 17 maio 2020.
- ARALDI, Débora. VISOLI, Laís. **Arquitetura eclética**. Em: <http://arquibrasil.wordpress.com/2009/09/28/arquitetura-ecletica>. Acesso em: 18 nov. 2020.
- BICCA, Briane Elisabeth Panitz; BICCA, Paulo Renato Silveira (Org). **Arquitetura na formação do Brasil**. Brasília: UNESCO, 2006.
- BUENO, B. **Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822)**. FAU/USP, São Paulo, 2009.
- BURY, John. **Arquitetura e Arte no Brasil Colonial** / John Bury; organizadora Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira. – Brasília, DF: IPHAN / MONUMENTA, 2006.
- CANTARELLI, Rodrigo. **Historicismo na arquitetura dos subúrbios recifenses, um recorte da coleção**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2020.
- CAMPELLO, Cecília Barthel C. **Casas de Câmara e Cadeia: uma análise tipológica de Portugal à colônia**. Recife: O autor, 2012.
- CARVALHO, Gisele Melo de. **Interiores Residenciais Recifenses: A Cultura Francesa na Casa Burguesa do Recife no Século XIX**. Recife: UFPE, 2002. Originalmente apresentado como Dissertação de Mestrado em História.
- CARVALHO, Maria Cristina Wolff de. **Ramos de Azevedo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- FABRIS, AnnaTeresa. et al. **Ecletismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Nobel Edusp, 1987.
- FIDEM. **Cidade do Amanhã**. Recife, 1987.
- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mocambos**. Recife: Livraria José Olympio Editora, 1951.
- GIBSON, Gustavo. **Arcevo da Família Gibson**. Disponível em: <https://familiagibson.com.br>. Acesso em: 20 nov. 2020.

GRANDJEAN de Montigny. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa214530/grandjean-de-montigny>. Acesso em: 28 set. 2020.

GOMES, Geraldo. *Arquitetura do açúcar*. In: BICCA, Briane Elisabeth Panitz; BICCA, Paulo Renato Silveira (Org). **Arquitetura na formação do Brasil**. Brasília: UNESCO, 2006.

GOMES DE FIGUEIREDO, Margareth; VARUM, Humberto; COSTA, Aníbal. *Aspectos da arquitetura civil edificada no século XIX, em São Luís do Maranhão*. In: **Brasil Conservar Patrimônio**. Lisboa, Portugal, 2012.

HALLEY, Bruno Maia. **Dos moinhos de açúcar aos sítios de arrabaldes: a formação dos bairros continentais na cidade do Recife**. Revista de Geografia (UFPE) V. 30, No. 3, 2013.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942.

LEMOS, Carlos A. C. **História da Casa Brasileira**. São Paulo: Contexto, 1996.

LEMOS, Carlos A. C. *Ecletismo em São Paulo*. In: FABRIS, Annateresa (Org). **Ecletismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Nobel; Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

MARROQUIM, Dirceu. **O Recife do século XIX: Cidade, costumes e escravidão**. Recife, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tJ57Y1VryVc>. Acesso em: 27 de Out de 2020.

MELLO, José Antônio Gonçalves de. **Tempo dos flamengos**. 3.ed. Recife, Massangana, 1987.

MENEZES, José Luiz Mota. **Palacetes e Solares dos Arredores do Recife – Passagem da Madalena, Ponte d’Uchoa, Poço da Panela e Apipucos** – Recife: Bureau de Cultura, 2019.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 11 ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

REYNALDO, Amélia. **As catedrais continuam brancas: planos e projetos do século XX para o centro do Recife**. Apresentação Joaquim Sabaté. 1. Ed. Recife: Cepe, 2017.

ROCHA-PEIXOTO, Gustavo. *Introdução ao neoclassicismo na arquitetura do Rio de Janeiro*. In: Centro de arquitetura e urbanismo do Rio de Janeiro. **Guia da arquitetura colonial, neoclássica e romântica no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000. Curadoria e organização de Jorge Czajkowski e Coordenação de Fernando Sendyk.

RYBCZYNSKI, Witold. **Casa: pequena história de uma ideia**. Tradução: Betina Von Staa. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SETTE, Mario. **Arruar. História pitoresca do Recife Antigo**. Rio de Janeiro: Casa do estudante do Brasil, 1948.

SILVA, Geraldo Gomes da. **Arquitetura do ferro no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1987. 248p.

SILVA, Leonardo Dantas. **Poço da Panela (bairro, Recife)**. Pesquisa Escolar online. Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2006. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=600. Acesso em: 15 nov. 2020.

SILVA, Luciana Helena da. **A verticalização do espaço urbano: o caso do bairro do Prado – Recife/ PE**. Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFPE: dissertação de mestrado, 2008.

SMITH, R. C. **Arquitetura Civil no Período Colonial**. Ministério da Educação e Cultura, 1969.

SOUZA, Maria Ângela de Almeida. **Posturas do Recife Imperial**. Recife: UFPE, 2002. Originalmente apresentado como Tese de Doutorado em História.

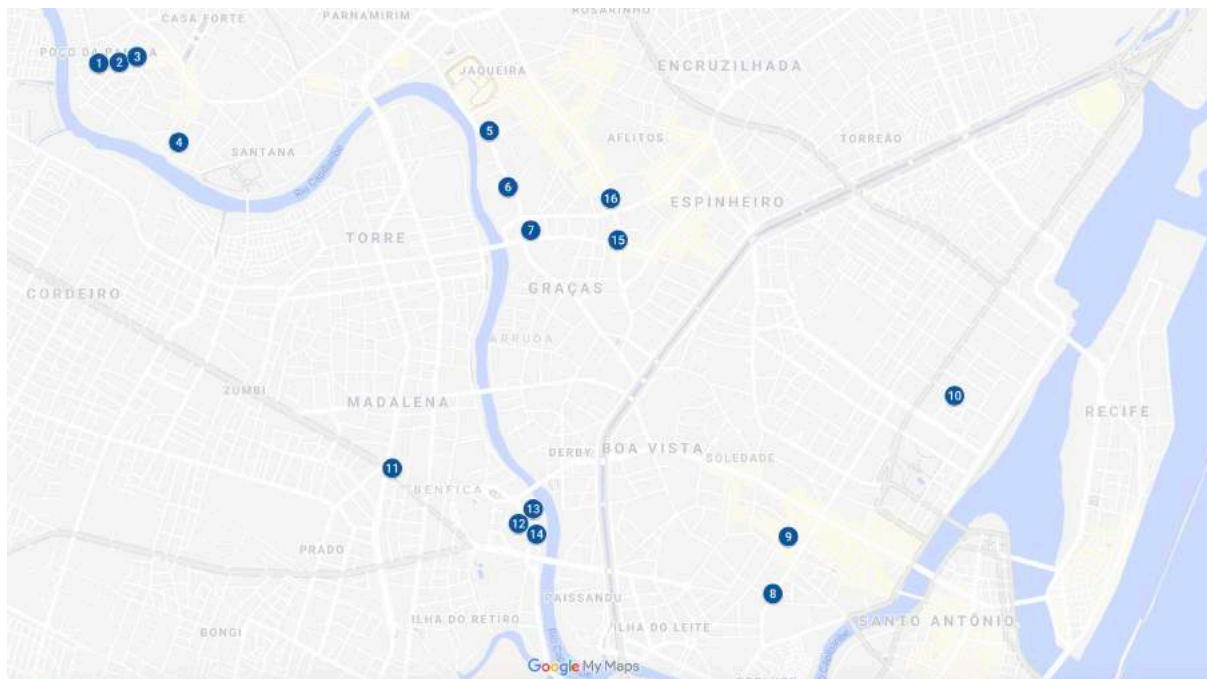
TEXEIRA, R; TEXEIRA, E. **A praça, a igreja e a casa de Câmara e Cadeia. Símbolos, usos e relação de poder**. Anais – II Encontro Internacional de História Colonial. Natal: RN, 2008.

VAUTHIER, L.L. *Casas de residência no Brasil*. In: RODRIGUES, José Wasth; et al. **Arquitetura Civil I**. São Paulo: FAU USP, MEC – IPHAN, 1975. p. 01-94.

VERÍSSIMO, Francisco Salvador; BITTAR, William Seba Mallmann. **500 anos da casa no Brasil: as transformações da arquitetura e da utilização do espaço de moradia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

WEIMER, Günter. **Arquitetura Popular Brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

APÊNDICE A - Mapa geral de exemplares arquitetônicos selecionados do séc. XIX e início do séc. XX no Recife.



Legenda:

- | | | | | |
|---|--|--|--|---|
| <p>1 Casario Poço da Panela - séc. XIX; Estrada Real do Poço, 467. Residência onde morou o litógrafo Henrich Carls.</p> <p>2 Residência em Estilo Eclético - Poço da Panela, séc. XIX. Estrada Real do Poço, 329.</p> <p>3 Casario no estilo Eclético do Poço da Panela - séc. XIX. Estrada Real do Poço, 218.</p> <p>4 Residência Ariano Suassuna - séc. XIX. Estilo Eclético. Rua do Chacon, 328. Poço da Panela.</p> | <p>5 Solar Rodrigues Mendes (1880) - Estilo Neoclássico. Atual Academia Pernambucana de Letras. Av. Rui Barbosa, 1596.</p> <p>6 Antiga residência do comerciante inglês Henry Gibson (1847), em estilo Neomanuelino. Av. Rui Barbosa, 1229.</p> <p>7 Palacete de Augusto Frederico de Oliveira (1878) atual Museu do Estado de Pernambuco - MEPE. Av. Rui Barbosa, 960.</p> | <p>8 Conjuntos de edifícios em estilo Eclético, séc. XIX. Rua da Santa Cruz, 19C. Boa Vista.</p> <p>9 Palacete em estilo Eclético, séc. XIX, localizado na Avenida Manoel Borba, 292, Boa Vista.</p> <p>10 Casas conjugadas, no estilo Eclético., séc. XIX. Rua Capitão Lima, 307 e 321, Santo Amaro.</p> | <p>11 Solar da Madalena, no estilo Eclético, atual Museu da Abolição, séc. XIX. Rua Benfica, 1150.</p> <p>12 Palacete de Frederika von Söhsten (1860), no estilo Eclético, atual Blue Angel recepções. Rua Benfica, 251.</p> <p>13 Casarão em estilo Sarraceno, início do séc. XX, atual Colégio GGE. Rua Benfica, 286.</p> <p>14 Casarão no estilo Eclético, séc. XIX, atual sede da FACEPE. R. Benfica, 150.</p> | <p>15 Solar Costa Azevedo (1934), no estilo Eclético. Av. Conselheiro Rosa e Silva, 707.</p> <p>16 Palacete J.J de Melo (1928), no estilo Eclético. Atual sede do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Av. Conselheiro Rosa e Silva, 950.</p> |
|---|--|--|--|---|